



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**Saberes e fazeres da equipe técnica no sistema socioeducativo
em meio aberto no município de Manaus:
“as(os) especialistas são vocês!”**

KÍSSIA VALÉRIA CAVALCANTI LUNA

Manaus/AM

2020

KÍSSIA VALÉRIA CAVALCANTI LUNA

**Saberes e fazeres da equipe técnica no sistema socioeducativo
em meio aberto no município de Manaus:
“as(os) especialistas são vocês!”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio.

Coorientador: Prof. Dr. Marcelo dos Santos Mamed.

Manaus/AM

2020

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L961s Luna, Kíssia Valéria Cavalcanti
Saberes e fazeres da equipe técnica no sistema socioeducativo em meio aberto no município de Manaus: "as(os) especialistas são vocês!" / Kíssia Valéria Cavalcanti Luna . 2020
173 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Cláudia Regina Brandão Sampaio
Coorientador: Marcelo dos Santos Mamed
Dissertação (Mestrado em Psicologia: Processos Psicossociais) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Adolescente em conflito com a lei. 2. Equipe Psicossocial. 3. Autoconfrontação. 4. Clínica da Atividade. 5. Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. I. Sampaio, Cláudia Regina Brandão. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

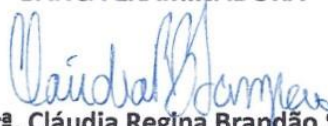
KISSIA VALÉRIA CAVALCANTI LUNA

“Saberes e fazeres da equipe técnica no sistema socioeducativo em meio aberto no município de Manaus: ‘As (Os) especialistas são vocês!’.”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, na **Linha de Processos Psicossociais**.

Aprovado em 07 de fevereiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Cláudia Regina Brandão Sampaio
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS



Prof. Dr. Ronaldo Gomes Souza
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS



Prof. Dr. Enio de Souza Tavares
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

DEDICATÓRIA

Às vidas de minha vida, dedico com todo amor:

Aos meus filhos Kalel e Kaian.

Faz escuro mas eu canto

*Faz escuro mas eu canto,
porque a manhã vai chegar.
Vem ver comigo, companheiro,
a cor do mundo mudar.*

*Vale a pena não dormir para esperar
a cor do mundo mudar.
Já é madrugada,
vem o sol, quero alegria,
que é para esquecer o que eu sofria.*

*Quem sofre fica acordado
defendendo o coração.
Vamos juntos, multidão,
trabalhar pela alegria,
amanhã é um novo dia.*

Thiago de Mello

AGRADECIMENTOS

“A felicidade aparece para aqueles que choram, para aqueles que se machucam, para aqueles que buscam e tentam sempre e para aqueles que reconhecem a importância das pessoas que passaram por suas vidas.”

(Clarice Lispector)

Por isso eu agradeço e tenho muito a agradecer.

Primeiramente e, acima de tudo, a Deus! Pelo dom de minha vida, pelo seu infinito amor e misericórdia, pela força que me move todos os dias, por tudo que tenho e tudo que sou.

Aos meus filhos, Kael e Kaian, pelas ausências negociadas e, às vezes, nem tão negociadas assim, pela paciência nos meus momentos de impaciência, pela experiência de amor sublime, por me inspirar, a todo o momento, a querer ser uma pessoa melhor. É por vocês que luto!

Ao amor de minha vida, Adriano Luna (Meu Bem), pelo incentivo de sempre, pelo companheirismo e escuta sensível, pelo carinho e cuidado constantes, por me fazer rir nos momentos que eu só quero chorar, por dividir comigo o cotidiano da vida. “Por onde for, quero ser seu par!”.

Aos meus pais, Eliete e Pedro, a quem tanto amo! Mesmo tão distantes fisicamente, estão sempre ao meu lado. Por sonharem comigo o meu sonho, desde sempre, de “querer ser alguém na vida”, pelos sacrifícios e renúncias, para me proporcionar e ao meu irmão, uma educação de qualidade, por serem exemplos de humildade, luta, coragem e fé.

A minha família que está em Recife, meu irmão Pedro (Kinho), a minha cunhada (Roberta), minha querida sobrinha Maria Cecília (Ceci) e a minha tia Maria, obrigada pela compreensão e pela torcida.

Ao meu querido sobrinho Matheus (Teteu), pela doçura e carinho comigo, pela compreensão com ausências da tia nesse período.

A minha família que ganhei quando casei, minha sogra (Odete), meu sogro (Antônio), cunhados (Gerlane e Allan) e aos meus sobrinhos do coração Letícia e Vinícius (Lelê e Vini).

À minha querida professora Dra. Cláudia Sampaio (Profe), pessoa que admiro mesmo antes de conhecer. Agradeço demais pela paciência, pelas orientações, por ser inspiração, construção e desconstrução, por ter sido rede de apoio e suporte emocional, por ser presença de luta e compromisso com uma Psicologia implicada com a transformação social.

Ao professor Dr. Marcelo Mamed, pela coorientação nesta pesquisa, por me apresentar a metodologia de pesquisa, pelas trocas realizadas, pela confiança e incentivo no estudo.

À Jéssica Cunha, minha psiconerd favorita, amiga que o mestrado me deu, desde o processo seletivo, foi amizade à primeira vista. Agradeço por ser presença afetiva e efetiva, pelos risos, olhares e cafés compartilhados, por aceitar ser a pessoa que a vida escolheu pra dividir comigo os sabores e dissabores dessa trajetória acadêmica.

À Larissa Albertino (Lari), por conseguir transformar em arte meus rabiscos, por solucionar minhas dúvidas tecnológicas, por me ajudar com as transcrições, processo que exige confiança e, por isso, a ela confiei e, principalmente, por ser calma nas minhas tempestades.

À minha querida Franciente (Nete), por ter me enviado o edital do mestrado, por acreditar em mim mais que eu mesma, por se fazer presente do início ao fim dessa jornada.

À Renata (Renatinha), minha companheira de equipe técnica no Centro de Internação Provisória do Recife. Agradeço por ter me introduzido no fazer socioeducativo, por ter sido paciência, alegria e conforto no início da minha atividade laboral, por se fazer presente, por todo apoio e amizade.

À Fernanda Calegare, idealizadora e coordenadora do Projeto Espaço de Vivência em Socioeducação, por ter me acolhido tão bem, pela alegria contagiante de querer fazer uma socioeducação com o coração.

Às amigas manauaras, Paulinha, Carole, Nete e Larissa, pelo apoio e incentivo, carinho de sempre.

Às amigas recifenses Kríssia, Camila e Ana Roberta, por ser presença na distância, pelas risadas e angústias compartilhadas, pela busca por uma socioeducação cada vez melhor.

À Luana Beatriz, por ter enviado o edital pra mim e acompanhar cada etapa comigo, pela leitura atenta do projeto de pesquisa, por me mostrar os caminhos e se fazer presente na caminhada.

Ao Prof. Dr. Benedito Medrado (Bené), Coordenador do GEMA/UFPE – Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidades, vinculado à Universidade Federal de Pernambuco. Fundador do Instituto Papai. Gratidão por ter despertado em mim o gosto pela pesquisa acadêmica durante os três semestres que passei sob sua orientação.

Às professoras doutoras, Adinete Sousa da Costa e Ana Cláudia Leal Vasconcelos, que participaram da banca de qualificação do projeto e trouxeram contribuições significativas.

Aos professores doutores, Ênio de Souza Tavares e Ronaldo Gomes Souza, por terem aceitado participar da banca examinadora e pelas contribuições realizadas.

Às equipes técnicas do sistema socioeducativo em meio aberto de Manaus, pela acolhida, pela paciência com que me explicavam tudo, pela confiança de terem compartilhado comigo o cotidiano profissional, pelo envolvimento e participação na pesquisa com muito protagonismo.

Aos adolescentes participantes da pesquisa, por me permitirem acompanhar os atendimentos e compartilharem comigo suas histórias de vida, sonhos e desejos, pela rica contribuição com a pesquisa, por me fazer acreditar ainda mais que a socioeducação é um caminho possível.

Às coordenadoras e demais funcionários dos CREAS, por me receberam muito bem e por permitirem adentrar na rotina de trabalho das equipes técnicas.

À SEMASC, pela autorização para a realização da pesquisa, especialmente à Mirella Cristina Lauschner – diretora do DPSE, Ana Lúcia Mitoso de Araújo Carvalho – coordenadora da Média Complexidade e Géssyka e Sousa Trindade – gerente das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, por terem concedido todas as autorizações necessárias para entrada no campo de pesquisa.

Ao juiz titular do Juizado de Infância e Juventude, Luís Cláudio, por ter autorizado o acesso aos documentos relativos ao cumprimento da medida socioeducativa, pela entrevista concedida e pela realização de uma socioeducação mais efetiva no Estado.

À Faculdade de Psicologia e a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, pela excelência e responsabilidade com o ensino de qualidade.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação de Psicologia – PPGPSI, nas pessoas do prof. Dr. Marcelo Calegare, coordenador do programa; prof^a Dra. Adriana Rosmaninho, vice-coordenadora do programa, durante o primeiro ano do mestrado, e a prof^a Dra. Gisele Resende, atual vice-coordenadora.

Aos docentes do PPGPSI e aos funcionários da secretaria do mestrado, em especial à Tereza e ao Felipe.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, pela bolsa concedida e pelo compromisso e incentivo com a pesquisa no Estado.

Ao querido Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário – LABINS, por ser um espaço de conhecimento importante na comunidade acadêmica da graduação e pós-graduação e pelas contribuições trazidas com as pesquisas realizadas na Psicologia Social.

A Cleonice (Cléo) minha diarista, pessoa que me ajudava semanalmente nos cuidados com as atividades do lar.

A Joice (irmã da Cléo), minha atual diarista, que assumiu o posto da irmã depois que a Cléo engravidou e não teve mais condições de continuar como diarista.

Aos amigos do Grupo de Oração Sentinelas da Manhã, por todo apoio, incentivo e compreensão, em especial ao núcleo, na pessoa da minha coordenadora Samantha.

Aos colegas de turma de mestrado, pelos momentos de construção do conhecimento, pelo incentivo e companheirismo mútuo, pelos sonhos, alegrias, angústias e cafés compartilhados.

A todos aqueles que me auxiliaram nessa jornada e que fizeram o caminhar mais leve.

RESUMO

A presente pesquisa enfoca as práticas das equipes psicossociais que atendem adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto nos CREAS - Centros de Referência Especializados de Assistência Social de Manaus-AM. Apesar de preferíveis às restritivas de liberdade, as medidas em meio aberto tem se caracterizado pela complexidade de sua operacionalização, resultando em incertezas por parte da equipe acerca da efetividade das ações desenvolvidas. A partir da execução do projeto “Espaço de Vivências em Socioeducação”, o qual promovia encontro entre as equipes profissionais onde as mesmas problematizavam o seu fazer, trocavam experiências e construíam conjuntamente propostas visando à solução de algumas de suas demandas, postulou-se realizar um estudo objetivando compreender as práticas destas profissionais, a partir da confrontação que realizam sobre o próprio fazer, destacando a potencialidade e a fragilidade de suas ações, atentando para os movimentos de mudança a fim de superar dificuldades. Tendo como base o referencial teórico da Psicologia Histórico-cultural e a Clínica da Atividade, propôs-se uma pesquisa de cunho qualitativo através de autoconfrontações simples e cruzadas com os profissionais dos cinco CREAS existentes da cidade. Nestas sessões, os participantes avaliaram o próprio fazer e de seus pares. Posteriormente, adolescentes atendidos pelas equipes foram entrevistados acerca do fazer dos profissionais responsáveis por acompanhar a medida. Como resultado, percebeu-se a criação de novos quadros discursivos para acolher e entender a potencialidade e a percepção de que em diferentes momentos do percurso do adolescente no sistema socioeducativo, as ações socioeducativas revelavam fragilidades. Com o auxílio da Teoria Fundamentada para a análise dos dados, construiu-se uma hipótese integradora que mostra que a prática é mediada por instrumentais e pela prescrição legal-institucional, com a presença de fatores que interferem negativamente no cumprimento da medida. Contudo, mediante as exigências do real da atividade, os profissionais apresentam variações de estilo que ora renovam, ora mantém o gênero profissional, no intuito de superar as dificuldades do fazer e ampliar o poder de agir individual e coletivamente. Concluiu-se que as autoconfrontações geraram envolvimento participativo dos profissionais, fator fundamental ao processo reflexivo, compreensão das instâncias do trabalho, desenvolvimento das equipes de trabalho e daquilo que faz o gênero profissional. Destaque é dado na hipótese integradora à mediação dos instrumentos em todas as esferas e relações concernentes ao processo socioeducativo, à criatividade da equipe na transformação do seu fazer e aos vínculos constituídos entre profissionais e jovens. As falas dos adolescentes atendidos pelas equipes de referência corroboram que o fazer desses profissionais favorece o estabelecimento de um ambiente favorável, promotor de mudanças na vida dos cumpridores de medida socioeducativa em meio aberto.

PALAVRAS-CHAVES: Adolescente em conflito com a lei, Equipe Psicossocial, Autoconfrontação, Clínica da Atividade, Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

Knowledge and practices of the technical team in the non-custodial socio-educational system in the city of Manaus: “The experts are you!”.

ABSTRACT

This research focuses on the practices of psychosocial teams that assist adolescents in compliance with socio-educational measures in an open environment at CREAS [Specialized Reference Centers for Social Assistance] in Manaus, Amazonas. Although non-custodial measures are preferable to restricting freedom they are characterized by the complexity of their operationalization, resulting in uncertainties on the part of the team about the effectiveness of the actions developed. From the execution of the project “Socio-education Experiences Space”, which promoted meetings between professional teams where they problematized their work, exchanged experiences and jointly built proposals aimed at solving some of their demands, another study was proposed. This had the objective of understanding the practices of these professionals, from the confrontation they carry out on their own, highlighting the potential and fragility of their actions, focusing on the movements of change in order to overcome difficulties. Based on the theoretical framework of Historical-Cultural Psychology and the Clinic of Activity, a qualitative research was proposed, through simple and cross-team confrontations with professionals from the city’s five existing CREAS. In these sessions, participants evaluated their own and their peers’ practice. Subsequently, adolescents, who were attended by the teams, were interviewed about the actions of the professionals responsible for monitoring the measure. As a result, it was observed that new discursive frameworks to welcome and understand the potential and fragility of socio-educational actions at different moments of the adolescent’s journey were created. With the aid of Grounded Theory to analyse the data, an integrative hypothesis was built that shows that the practice is mediated by instruments and by the legal-institutional prescription, with the presence of factors that interfere negatively in the fulfillment of the measure. However, due to the demands of the reality of the practice, the professionals present variations of style that at different times either renew or maintain the professional genre, in order to overcome the difficulties of doing the work and expand the power to act individually and collectively. It was concluded that the self-confrontation method generates participatory involvement of professionals, a fundamental factor in the reflective process; understanding of work instances; development of work teams and understanding what defines the Professional genre, as presented by Yves Clot. Emphasis is given in the integrative hypothesis to the mediation of instruments in all spheres and relationships concerning the socio-educational process, the creativity of the team in transforming their actions and the bonds established between professionals and young people. The statements of the adolescents served by the teams corroborate that the actions of the teams build a favorable environment, that promotes changes in the lives of those who comply with non-custodial socio-educational measures.

KEYWORDS: Adolescente in conflict with law; Psycho-social team; Self-confrontation; Clinic of Activity; Socio-educative measures.

LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS

ACS – Autoconfrontação simples

ACC – Autoconfrontação cruzada

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CASE – Centro de Atendimento Socioeducativo – Jaboatão

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

COIJ – Coordenadoria da Infância e Juventude

CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNASE – Fundação de atendimento Socioeducativo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IS – Internação Sanção

LABINS – Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário

LA – Liberdade Assistida

LAC – Liberdade Assistida Comunitária

LAI – Liberdade Assistida Institucional

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MSEMA – Medida Socioeducativa em Meio Aberto

ONG – Organização não Governamental

PAEFI – Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PIA – Plano Individual de Atendimento

PNAS – Política Nacional da Assistência Social

PSC – Prestação de Serviço a Comunidade

SEDH – Secretaria Especial dos Direitos Humanos

SEMASC – Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania

SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

SGD – Sistema de Garantias dos Direitos

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SPDCA – Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

TJAM – Tribunal de Justiça do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 01 – Levantamento bibliográfico

Tabela 02 – Levantamento bibliográfico por área temática

Quadro 01 – Levantamento bibliográfico – Prática profissional dos profissionais dos CREAS

Quadro 02 – Disposição das Equipes Técnicas das Medidas Socioeducativas em Manaus

Quadro 03 – Incidência de atos infracionais por sexo em Manaus

Quadro 04 – Registro Mensal de Atendimentos dos CREAS – 2018

Quadro 05 – Adolescentes em cumprimento de MSEMA – 2018 (Casos novos)

Quadro 06 – Quantitativo de campos e participantes que integraram o estudo

Quadro 07 – Lista de Instrumentais

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Fluxograma da itinerância do adolescente

Figura 02- Carta do adolescente

Figura 03 – Hipótese integradora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 OBJETIVOS	30
2 MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO E OS FAZERES DAS EQUIPES TÉCNICAS: PROPONDO UMA BASE TEÓRICO-CONCEITUAL	31
2.1 UMA COMPREENSÃO DA ADOLESCÊNCIA E CONFLITUALIDADE	31
2.1.1. Dos direitos da infância e da adolescência.....	31
2.1.2 Adolescentes em conflito com a lei e a Questão Social.....	35
2.2 AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E OS DADOS SOBRE O MEIO ABERTO	39
2.2.1 Apresentando as Medidas Socioeducativas.....	39
2.2.2 A interface Medidas em Meio Aberto e a Política de Assistência.....	41
2.2.3 Série Histórica do Levantamento de Dados sobre as MSEMA	44
2.3 A PRODUÇÃO SOBRE A ATUAÇÃO DAS EQUIPES TÉCNICAS DAS MSEMA	48
2.4 A CLÍNICA DA ATIVIDADE: TEORIA, MÉTODO E HORIZONTES DE TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO	55
2.4.1 Clínica da Atividade: principais conceitos.....	56
2.4.2 Clínica da Atividade e Saúde	63
2.4.3 Psicologia histórico cultural e a Clínica da Atividade	65
2.4.4 O método da Autoconfrontação	67
3 AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO NA CIDADE DE MANAUS/AM.....	68
4 O PERCURSO METODOLÓGICO OU “OS BASTIDORES DA PESQUISA”	73
3.1 “DAQUILO QUE VI, OUVI E SENTI”	73
3.2 A NATUREZA DA PESQUISA.....	77
3.3 LOCAL DA PESQUISA: ENTRADA NO CAMPO DE PESQUISA	77
3.4 PARTICIPANTES	80
3.5 MATERIAIS E INSTRUMENTOS	82
3.6 PROCEDIMENTOS PARA A PRODUÇÃO DAS INFORMAÇÕES.....	83
3.7 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	84
3.8 CUIDADOS ÉTICOS	85
3.9 “DAQUILO QUE AINDA VEJO, OUÇO E SINTO”.....	86
5 A CLÍNICA DA ATIVIDADE COMO MOVIMENTO E TRANSFORMAÇÃO DO FAZER DAS EQUIPES TÉCNICAS DAS MSEMA	87
5.1 “ENTRANDO NO SISTEMA”	89
5.1.1 A acolhida no CREAS.....	91
5.1.2 Adesão da família.....	97

5.1.3 Prescrições, instrumentais e procedimentos na entrada do sistema	103
5. 2 CUMPRINDO A MEDIDA	107
5.2.1 Instrumentais e Mediação do trabalho	107
5.2.2 Relação com o judiciário	111
5.2.3 Fatores que interferem no cumprimento	114
5.2.4 Equipe interdisciplinar	117
5.2.5 Saúde dos profissionais	118
5.3 PENSANDO NO FUTURO/DESLIGAMENTO DO SISTEMA	119
5.4 O FAZER DA EQUIPE TÉCNICA, SEGUNDO O ADOLESCENTE.....	124
5.5 HIPÓTESE INTEGRADORA	127
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134
APÊNDICES	141
ANEXOS	148

1 INTRODUÇÃO

*“Um passo à frente e você não está mais no mesmo lugar”
(Chico Science)*

No campo da luta pelos direitos da criança e do adolescente é imprescindível problematizar o direito à palavra, ou seja, o direito de produzir discursos acerca de suas vivências e construções subjetivas. À proporção em que são legitimadas e visibilizadas suas produções discursivas, ampliam-se as possibilidades dos adolescentes e sociedade poderem desenvolver mudanças sobre as condições que os mantêm em determinados lugares. Por certo, a abertura para esse espaço de fala dentro da nossa sociedade não se dá sem maiores conflitos, dado que o poder da prática discursiva é, também, o poder de exercer transformação sobre a realidade.

Em se tratando das(os) profissionais que atuam junto a adolescentes autores de atos infracionais, o espaço da fala também é problemático, sobretudo se estes expressam pautar suas reflexões na perspectiva dos Direitos Humanos e na plena aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Como evidência do movimento que limita ou impede a produção discursiva situada no fazer dos profissionais comprometidos com os princípios socioeducativos, muito comuns são as expressões pejorativas dirigidas aos mesmos, nomeando-os como: “Babá de bandido”, “Enxugadores(as) de gelo”, “Técnicos do pano”, “Tias de ladrão”, “Esse povo dos direitos humanos”¹.

As atividades ancoradas aos Direitos Humanos têm sido alvo de muitas críticas na nossa sociedade. Em contextos de profunda desigualdade social, os reflexos desta recaem não somente nos indivíduos e grupos menos favorecidos, mas também sobre aqueles que com eles atuam. Dessa forma, não podemos deixar de entender que as frases citadas anteriormente, além de pejorativas, fragilizam a imagem do profissional, visto que estão carregadas de preconceitos e estereótipos. Por vezes são ditas até por pessoas que partilham o cotidiano dos profissionais, como familiares, amigos e outros profissionais. Enquanto psicóloga atuando junto a adolescentes no sistema socioeducativo em meio fechado, essas falas sempre me

¹ Expressões direcionadas aos profissionais que atuam no contexto socioeducativo, comentadas pelos próprios profissionais em situações diversas sobre o modo como se referem a eles.

inquietavam, fazendo com que buscasse validade teórica ao meu fazer em um arcabouço, de modo que me favorecesse ou garantisse o lugar da eficácia do meu cotidiano profissional.

A relação do adolescente com o ato infracional é multifatorial e complexa: existe uma gama de fatores que podem favorecer a entrada, permanência e a saída dos processos infracionais. A natureza do trabalho socioeducativo é essencialmente transversal, intersetorial, interdisciplinar e especializada. Envolve em sua execução a responsabilidade das três esferas de governo – Federal, Estadual e Municipal - e se efetiva através das ações referentes à competência de cada uma delas, além de contar com a participação das políticas setoriais básicas e da mobilização de setores da sociedade civil na criação de redes de apoio locais que facilitem a inserção sociocultural dos adolescentes. No entanto, o modo de atuação profissional junto a estes jovens é marcado por muitas dúvidas acerca dos resultados alcançados, descrédito por expressiva parte da sociedade - tendo em conta o clamor pela diminuição da maioria penal -, frágil articulação intersetorial (redes), pouco envolvimento da sociedade civil e ausência de reflexão e sistematização das práticas realizadas.

Apesar de o ECA ter instaurado as medidas socioeducativas em 1990, até período recente o Brasil não dispunha de uma política pública que regulasse a execução das medidas socioeducativas, deixando o horizonte das práticas desenvolvidas muito nebulosas e, lamentavelmente, muito próximas às vigentes durante o Código de Menores, ou mesmo ao sistema penal destinado aos adultos. Esta lacuna não só consistiu em uma grande falha, uma vez que um dos deveres do Estado quanto a este público é agir como regulador de políticas públicas que favoreçam seu desenvolvimento e assegurando direitos de modo a desestimular a prática infracional, mas também gerou desdobramentos que até os dias atuais impactam na formação dos quadros profissionais para a área e para efetivar o sentido socioeducativo na atenção a adolescentes autores de ato infracional.

Anteriormente à promulgação do ECA, a legislação brasileira que tratava da criança e do adolescente era baseada na Doutrina da Situação Irregular, regida pelo Código de Menores² – Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979. Segundo esse código, as crianças e adolescentes que se encontravam em situação de abandono, negligência e delinquência eram

² Este Código substituiu o Decreto no. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, que instituiu o primeiro Código de Menores do Brasil, conhecido como Código Mello Mattos.

considerados “menores em situação irregular”, compreendidos não como sujeitos de direito, mas a partir de situação irregular, geralmente associada a aspectos da pobreza.

O ECA instaurou uma mudança de paradigma que reverbera na forma de compreender a infância e a adolescência, como sujeitos de direitos, em oposição ao antigo Código de Menores, a visão tanto jurídica, quanto psicossocial deve ser pautada pela nova Doutrina da Proteção Integral.

Este novo paradigma exige, além de um reordenamento jurídico, uma nova visão psicossocial. Sob esse paradigma, em tese, não cabem mais as denominações “menor”, “delinquente”, “infrator” que ainda permeiam o senso comum acerca da criança ou adolescente que cometeu algum ato infracional. (CAIROS; CONCEIÇÃO, 2010, p. 277).

De acordo com o ECA considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal cometida por adolescente. Após ser verificada a prática do ato infracional, o adolescente poderá ser responsabilizado³ pelos seus atos, através da aplicação de medidas socioeducativas, cuja competência é da autoridade judiciária, respeitando o devido processo legal. As medidas previstas no art. 112 do ECA são: 1) advertência; 2) obrigação de reparar o dano; 3) prestação de serviço à comunidade; 4) liberdade assistida; 5) inserção em regime de semiliberdade e 6) internação em estabelecimento educacional (BRASIL, 1990). Destas medidas, as quatro primeiras são cumpridas em meio aberto, de modo a favorecer o convívio familiar e comunitário. As duas últimas medidas, por sua vez, são cumpridas em meio fechado, com restrição de liberdade, no caso da semiliberdade, e com privação de liberdade, no que tange à medida de internação. Contudo, seja no meio aberto ou fechado, deve-se levar em conta a capacidade do adolescente em cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. De modo que:

Ao adolescente, a submissão a uma medida socioeducativa, para além de uma mera responsabilização, deve ser fundamentada não só no ato a ele atribuído, mas também no respeito à equidade, bem como considerar as necessidades sociais, psicológicas e pedagógicas do adolescente. O objetivo da medida é possibilitar a inclusão social de modo mais célere possível e, principalmente, o seu pleno desenvolvimento como pessoa (CONANDA, 2006, p. 28).

No entanto, como dito, apenas o instrumento legal da Lei nº 8.069/90 não conseguiria exaurir a questão das medidas socioeducativas, pois para superar um longo histórico de

³ Responsabilizar significa dar a “resposta” ao ato infracional praticado, numa perspectiva eminentemente pedagógica, voltada à identificação das causas determinantes da conduta infracional e sua posterior abordagem, a partir de ações diversas, a serem efetuadas de acordo com as necessidades socioeducativas do adolescente. (Orientações técnicas para MSE em meio aberto).

exclusão e penalização, que marca a vida de adolescentes e jovens em conflito com a lei, era preciso a existência de outros mecanismos norteadores para a devida implementação do novo paradigma de garantia de direitos.

Desse modo, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), através da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA), juntamente com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), sistematizaram e organizaram a proposta do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Este serve de guia na execução das medidas socioeducativas, tendo como objetivo desenvolver uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos, defendendo a ideia dos alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturado, principalmente, em bases éticas e pedagógicas (CONANDA, 2006).

Em janeiro de 2012 foi sancionada a Lei nº 12.594 que instituiu o SINASE e regulamentou a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. No primeiro 1º parágrafo desta lei, define-se SINASE como conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas (BRASIL, 2012). Esta lei estabelece a competência de cada ente federado, sendo competência dos municípios a criação e a manutenção de programas para execução de medidas em meio aberto, por meio de programas de órgãos públicos ou de organizações municipais. Tais programas estão previstos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e sinalizavam o processo de municipalização das medidas socioeducativas para o atendimento em meio aberto.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que tem por função a gestão e organização da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social em todo o território nacional. Dentre os princípios deste sistema está o compromisso de organizar a proteção social por níveis: proteção social básica, proteção social especial de média complexidade e proteção social especial de alta complexidade (BRASIL, 2009).

No âmbito de atuação da proteção especial, as situações de risco pessoal e social por violação de direitos envolvem a iminência ou ocorrência de eventos como: violência intrafamiliar física e psicológica, abandono, negligência, abuso e exploração sexual, situação

de rua, ato infracional, trabalho infantil, afastamento do convívio familiar e comunitário, entre outros (BRASIL, 2009). As medidas socioeducativas estão inseridas na proteção social especial, sob responsabilidade dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), por ser considerada uma situação de risco ou violação de direitos (BRASIL, 2012).

Tanto o ECA quanto o SINASE determinam uma hierarquia entre as medidas, como base no art. 121: ao afirmar a brevidade e excepcionalidade da medida de privativa de liberdade, logo a medida de internação em estabelecimento educacional não seria a regra, mas a exceção e, levando-se em consideração a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento. O art. 122, §2º reforça este fato, destacando a primazia das medidas em meio aberto, ao afirmar que em hipótese alguma será aplicada a internação havendo outra mais adequada. Já o SINASE é ainda mais explícito, reforçando a necessidade de priorizar as medidas de meio aberto em detrimento da restrição e privação de liberdade.

Trata-se de estratégia que busca reverter a tendência crescente de internação dos adolescentes bem como confrontar a sua eficácia invertida, uma vez que se tem constatado que a elevação do rigor das medidas não tem melhorado substancialmente a inclusão social dos egressos do sistema socioeducativo. (CONANDA, 2006, p. 14).

Outras dificuldades enfrentadas pelos profissionais na implementação e na própria reflexão sobre a aplicação das medidas em meio aberto é que, apesar destas serem preferíveis em relação das de meio fechado, a produção técnico-científica e os dados oficiais existentes são em menor quantidade que os de privação de liberdade.

A primeira referência às MSEMA, no ano de 2010 com dados referentes a 2009, ressalta o princípio de aplicação preferencial a ser dado às medidas em meio aberto em relação ao meio fechado. À época havia apenas em média dois adolescentes em cumprimento de medida de meio aberto para cada adolescente privado ou restrito de liberdade⁴, o que significava alta internação e forte cultura de encarceramento. No entanto, tais dados podem estar subestimados, pois o levantamento dos programas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço a Comunidade (PSC) não abrangia a totalidade dos serviços, podendo a subnotificação ou ausência de registros ter revelado um panorama socioeducativo não condizente com a realidade.

⁴ Conforme dados do MDS, Censo SUAS - 2010.

No Levantamento Anual de 2011 houve grande avanço acerca das informações sobre o meio aberto, tais como as ações de apoio desenvolvidas pelos Estados com os programas em meio aberto, as ações realizadas pelas unidades de atendimento para cada tipo de medida em meio aberto, a frequência dos atendimentos, os locais onde ocorre o cumprimento dessas medidas (as instituições parceiras), dentre outras (BRASIL, 2012).

Entre avanços e recuos nos levantamentos anuais, no documento de 2014 é possível perceber uma melhor sistematização dos dados referentes às MSEMA, distribuindo as informações por região, a partir da modalidade da medida, por sexo, por frequência de atendimento. Pela primeira vez é apresentado um percentual referente à intersetorialidade e ao acompanhamento das atividades realizadas pelos profissionais que acompanham as medidas de LA e PSC (BRASIL, 2017).

Apesar das MSEMA serem de responsabilidade do CREAS como sendo a unidade pública estatal de atendimento e referência para o acompanhamento especializado, o levantamento de 2011 mostra programas municipais onde as medidas eram executadas diretamente pelos municípios sem cofinanciamento ou Organizações não Governamentais (ONG) dos quais não se possuía informações. Estes dados ficaram, portanto, ausentes do quantitativo do levantamento daquele ano.

No relatório cujo ano de referência é 2010 houve pela primeira vez um destaque às ações desenvolvidas pelos serviços de acompanhamento as medidas socioeducativas em meio aberto, ainda que de maneira nacional e não regional. Ainda assim foi um avanço por dar mais clareza e visibilidade as que foram desenvolvidas pelos técnicos de referência (BRASIL, 2011).

Os Levantamentos Anuais referentes aos anos de 2015 e 2016 apresentam algumas particularidades em comum, pois ambos foram publicados apenas no ano de 2018 e não trazem nenhuma informação sobre o meio aberto. O mesmo ocorreu no ano de 2013, ocasionando uma lacuna institucional enorme, haja vista o SINASE não ser direcionado apenas para o meio fechado (BRASIL, 2018). Dessa forma, a falta de informação sobre o meio aberto remete a uma invisibilidade do olhar público sobre essa política, como sendo de uma categoria de segundo plano, ao invés de priorizá-la.

Mesmo a despeito da lacuna existente sobre os dados do meio aberto, foram produzidos alguns materiais de grande relevância para se compreender a atuação dos profissionais que acompanham estes adolescentes. Destaque é dado as publicações do Conselho Federal de Psicologia – CFP, intituladas *Referências Técnicas para atuação do psicólogo em medidas socioeducativas em meio aberto* e os *Cadernos de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto* (BRASIL, 2010; 2016).

Não obstante os aspectos positivos das mudanças, acrescenta-se outros fatores a serem considerados, trazendo novos elementos de complexidade quanto ao fazer profissional junto aos jovens, a saber: a) a municipalização da medida socioeducativa em meio aberto (MSEMA), exigindo reordenamento na gestão municipal em várias direções; b) a ênfase ao lugar da Assistência Social no sistema socioeducativo pelo estabelecimento de uma interface entre SUAS e SINASE, configurando uma política pública de garantia dos direitos da criança e do adolescente, e; b) a responsabilidade da execução das medidas por parte das equipes técnicas da Assistência Social de Média Complexidade. Assim, o atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais instaurou uma demanda nova para estes profissionais, que mediante a morosidade do processo de municipalização, a escassez de dados e insuficiência de diretrizes para estruturar seu fazer, se depararam com uma demanda cada vez mais crescente de medidas sob sua responsabilidade.

Diante desse cenário, a produção de saber e material em torno desta temática constitui-se de grande relevância, pois favorece reflexões para os necessários processos de transformação, a fim de superar tanto o discurso e sentimento de desqualificação em torno da atuação dos profissionais como extensão do discurso que desqualifica os próprios adolescentes, quanto dos processos que silenciam a ambos. No entanto, para além dos argumentos apresentados no fundamento do projeto que deu origem a esta pesquisa, estão presentes também minhas motivações pessoais às quais me implicam à temática, conforme relatarei a seguir.

Os desafios enfrentados pelas equipes técnicas sobre as quais recai a responsabilidade da execução das MSEMA capturou meu interesse enquanto foco de investigação, inicialmente pela proximidade com minhas próprias inquietações enquanto psicóloga atuando junto às medidas socioeducativas. Meus questionamentos surgiram quando ingressei como Psicóloga, no cargo público de Analista de Gestão Socioeducativo, na Fundação de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco (FUNASE), função que exerci por três anos. No primeiro ano,

trabalhei no Centro de Internação Provisória do Recife para adolescentes e jovens do sexo masculino. No segundo ano, assumi o cargo de Coordenação Técnica deste mesmo centro e, no terceiro ano, fui transferida para o Centro de Atendimento Socioeducativo – Jaboatão (CASE), unidade de internação, onde permaneci por dez meses na Coordenação Geral, também com o público do sexo masculino. Foram três anos no Sistema Socioeducativo acompanhando adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no meio fechado, com privação de liberdade.

Durante esse tempo, questionava o meu fazer profissional, pois minha formação universitária não me aproximou da legislação e nem das políticas públicas para o segmento infanto-juvenil. Logo, ao assumir o cargo, recorri a uma postura autodidata para poder construir um percurso teórico e metodológico mais afinado com o que preconiza as leis vigentes e com o próprio discurso institucional, o que foi extremamente necessário para compreender as demandas atuais desta adolescência em conflito com a lei que meu exercício profissional exigia.

Licenciada de minhas atribuições profissionais devido à mudança de domicílio por acompanhamento de cônjuge para o estado do Amazonas, ingresso no curso de mestrado, onde tinha certeza que meu objeto de pesquisa seria a socioeducação, dado o impacto em ter vivido essa experiência profissional, Apesar de eu estar temporariamente fora da FUNASE, esta continuava em mim, o que implica dizer que a socioeducação permanecia presente em mim. Contudo, apesar de permanecer vinculada à temática e trazer como bagagem os questionamentos de minha prática enquanto profissional do sistema, não estava em meus horizontes refletir sobre as medidas em meio aberto.

A aproximação e identificação com as questões relativas às MSEMA deu-se a partir do cumprimento de meu Estágio em Docência, onde, dentre outras atribuições, fui supervisora acadêmica de graduandos junto ao projeto “Espaço de Vivências em Socioeducação”. Este projeto consistiu numa parceria entre a Coordenadoria da Infância e Juventude (COIJ) do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), por intermédio do Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário (LABINS), ao qual vinculei-me como mestranda.

O projeto acontecia sob a forma de extensão interinstitucional, de caráter intervencionista, promovendo encontros mensais com as equipes técnicas dos CREAS de Manaus (Assistentes Sociais, Psicólogos e Advogados), responsáveis pela execução de

MSEMA. Possuía uma equipe executora – coordenadoras das instituições participantes e estudantes de pós-graduação e graduação -, e população a quem se destinava as ações, a saber, profissionais do atendimento socioeducativo em meio aberto da cidade de Manaus-AM. Em Manaus as medidas em meio aberto são de responsabilidade da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania – SEMASC, operacionalizadas nos cinco CREAS existentes, distribuídos em cada zona da cidade (Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro-Sul). Participavam também dos encontros alguns servidores e estagiários da COIJ.

A equipe técnica a quem se destinou o projeto, em sua maioria, era constituída de servidores públicos municipais da Assistência Social, cujo ingresso na carreira se deu através de concurso público realizado em 2012, nomeados e empossados somente em junho de 2016, Apenas dois profissionais tinham vinculação na modalidade de cargo comissionado, oriundos de outra secretaria do município cujo deslocamento para os CREAS deu-se mediante a necessidade do serviço.

O Projeto Espaço de Vivências em Socioeducação foi pensado para este público e tinha como proposta contribuir para a capacitação e aperfeiçoamento das equipes técnicas de modo alternativo às capacitações convencionais, adotando-se uma metodologia grupal dialógica de construção coletiva do conhecimento, centrada na perspectiva de formação colaborativa pelos pares. Visava, pois, o aprimoramento da prática profissional através da discussão do cotidiano das experiências, identificação dos desafios, fragilidades e potencialidades (PROJETO ESPAÇO DE VIVÊNCIAS EM SOCIOEDUCAÇÃO, 2017).

Quando as atividades do projeto iniciaram, as equipes técnicas já atuavam no cargo há um ano. No momento da pesquisa, a maior parte era do sexo feminino, dos 14 participantes das equipes de referência, apenas um era do sexo masculino. No entanto, à época do início do Projeto Espaço de Vivências em Socioeducação, o quadro era composto somente por profissionais do sexo feminino. A faixa etária variava entre 30 e 45 anos. Cumpriam carga horária de trabalho semanal é de 40h.

Os encontros foram realizados de 2017 a 2018. Tinham formato participativo e contavam com a equipe da UFAM no papel de facilitadora do processo. Em 2019, acompanhando a demanda apresentada, houve modificação do formato da proposta quanto à sua periodicidade, dado que as equipes passaram a ter uma agenda própria para reuniões. Foi então proposto que os encontros mediados pela equipe da UFAM ocorressem a cada três

meses ou similar, mantendo a parceria entre atores e instituições envolvidas, inclusive através do uso de aplicativos de celular para comunicação em grupo.

A imersão no Projeto Espaço de Vivências em Socioeducação me aproximou não só do contexto das MSEMA, favorecendo entender a importância e potência destas medidas, como também me ajudou a voltar o olhar para a pluralidade e especificidade da realidade amazônica, mais especificamente para o município de Manaus. Tal imersão proporcionou-se vivência e referências distantes da minha experiência anterior, em Medidas Privativas de Liberdade, no estado de Pernambuco. Mesmo ciente das recomendações do ECA e do SINASE acerca da importância das MSEMA, ouvir as demandas das equipes técnicas me fez constatar que tais medidas precisam ser mais estudadas, debatidas, visibilizadas. O pressuposto implicado no projeto Espaço de Vivências em Socioeducação, era que através do aprimoramento da execução do meio aberto, do fortalecimento das instituições parceiras, do acesso à rede socioassistencial, das melhorias do território do socioeducando e da participação da família, haveria um incremento das possibilidades concretas e efetivas das ações socioeducativas de um modo geral. Para que isso acontecesse, far-se-ia necessário compreender como se dava a aplicação e acompanhamento da medida aos adolescentes.

Os primeiros encontros foram marcados predominantemente pelas falas das profissionais (assistentes sociais, psicólogas e advogadas) expressando sentimento de desamparo e desesperança frente às dificuldades do serviço. Ainda neste movimento inicial quando haviam levantadas as expectativas e demandas do grupo para o Espaço de Vivências, uma das coordenadoras do projeto e coordenadora do LABINS, Professora Cláudia Sampaio, visando restituição e reconhecimento do lugar, do saber e da potência das profissionais, proferiu a frase: “As especialistas são vocês!”. Tal frase produziu em mim impacto sobre a relação entre a experiência cotidiana das profissionais e a construção dos saberes e práticas socioeducativas, passando a compor o título desta dissertação.

Identifico aquele momento como uma reviravolta no projeto, em que as profissionais passaram a ir além do lugar da queixa e trocar experiências, pensando na construção de alternativas, vínculos e parcerias. A frase citada possuía total consonância com os princípios do projeto, por ser centrado na perspectiva de formação pelos pares, onde a coragem de agir/reagir como detentoras do conhecimento prático e teórico era fundamental. Partilhei, então, do mesmo princípio de que a equipe técnica são as especialistas no sistema

socioeducativo meio aberto, pois são elas que possuem um saber/fazer próprio dessa categoria profissional, construído no cotidiano, ou melhor, no real da atividade.

Após um ano acompanhando o projeto, identifiquei muitas mudanças na participação e produção discursiva das profissionais: anteriormente, a tensão e as resistências decorrentes do próprio encontro e das temáticas levantadas eram muito mais paralisantes, causavam sofrimento ante um sentimento de impotência; contudo, as dificuldades compartilhadas passaram a gerar movimentos de superação, surgindo novos arranjos com intuito de desenvolver estratégias de enfrentamento. O que antes poderia ser identificado como um grupo, agora se constituía num coletivo⁵. Se inicialmente meu olhar capturava duplas trabalhando ‘cada qual no seu quadrado’, ou seja, em seu respectivo CREAS, ao longo dos encontros passaram a utilizar o “Espaço de Vivências” para compartilhar não apenas seus saberes e fazeres do trabalho desenvolvido, mas também as alegrias, dores, medos, esperanças, desejos e sonhos com nuances de novos modos de vinculação, onde expressavam desejo de aprender umas com as outras, isto é, de “cantar juntas”⁶.

Deste modo, após as reflexões iniciais sobre as dificuldades que envolvem a efetiva aplicação das medidas em meio aberto, da desvalorização social que os profissionais da área enfrentam e da necessidade de se produzir conhecimento sobre o tema, postulei como motor da pesquisa, o seguinte problema: *Como as(os) profissionais que executam as medidas socioeducativas em meio aberto avaliam as próprias práticas no tocante à potência e fragilidade das mesmas em termos da efetividade do atendimento ao adolescente autor de ato infracional?*

Com base no problema estabelecido e considerando os pressupostos que orientavam o Projeto Espaço de Vivências em Socioeducação, era necessário e importante encontrar um suporte teórico-metodológico que favorecesse a continuidade do movimento autorreflexivo que os profissionais já estavam desenvolvendo durante os encontros. Portanto, a pesquisa que daí derivasse não poderia assumir um caráter investigativo de modo a normatizar achados a partir do olhar da pesquisadora, sob um ponto de vista neutro. Ao contrário, qualquer rumo a

⁵ Para Yves Clot o coletivo de trabalho extrapola a noção de trabalho coletivo, é preciso que se tenha um “exercício de um trabalho sobre o trabalho” (CLOT, 2010b, p. 167). Clot se refere às negociações travadas no coletivo que mobilizam as práticas profissionais diante do real. Para ele, a reorganização desenvolvida do trabalho coletivo por um coletivo de trabalho é fundamental para conservar como os profissionais devem agir conjuntamente (CLOT, 2010b).

⁶ Utilizo o verbo “cantar” aqui como produção da fala, da voz, da expressão, da comunicação.

ser tomado deveria incluir uma análise construída na interação com os pares, onde eu, enquanto pesquisadora, atuaria mais como uma mediadora na produção do conhecimento.

O contato com o referencial teórico-metodológico proposto por Yves Clot, grande expoente da Clínica da Atividade, me possibilitou identificar os métodos da autoconfrontação simples e cruzada como possibilidade de sustentação do estudo, tanto pela base histórico-cultural que a fundamenta, com a qual já possuía identificação, quanto pelo reconhecimento da atividade profissional enquanto cerne da constituição dos sujeitos na relação com os produtos de sua cultura, incluindo o trabalho que realizam. Deste modo, diante de um referencial que se articula com a ideia de que a produção do saber/fazer envolve o individual e o coletivo, propus uma pesquisa – um “cantar”. O “canto”, entretanto, não precisaria e nem deveria ser solitário: no mergulho impulsionado pelo problema exposto, meu desejo enquanto pesquisadora foi de “cantar com” e “a partir das” vivências das profissionais (assistentes sociais e psicólogas), reconhecendo, desde o início, que “as especialistas são elas”!

Na constituição do objeto da pesquisa – o fazer das equipes técnicas na execução das medidas socioeducativas - e do problema da pesquisa apresentado, recorri a uma base epistemológica da complexidade e, de modo articulado a esta, a um referencial teórico-metodológico oriundo da Psicologia Social e da Psicologia do Trabalho, a saber, a Psicologia Social de orientação Histórico-Cultural e a Clínica da Atividade. Todos estes elementos convergem para um modo de construção do conhecimento que reconhece os sujeitos de interesse da pesquisa, no caso as(os) profissionais das MSEMA, como sujeitos ativos, históricos, os quais se constituem subjetivamente e constroem a realidade através e nas interações que realizam.

A compreensão de sujeito e de subjetividade que guia a presente pesquisa está atrelada ao que nos remete González Rey (2003), para quem a subjetividade está marcada por “registro emocional comprometido com os significados e as necessidades que vão desenvolvendo-se em sua própria história” (GONZÁLEZ REY, p. 235, 2003).

No entanto, para o supracitado autor, o sujeito é dotado de processualidade reflexiva (GONZÁLEZ REY, 2003), que é a capacidade de ser afetado e afetar os espaços sociais dos quais participa. Logo, é uma compreensão de sujeito em movimento, situacional, conforme os espaços que atua e historicamente constituído.

Parte-se da condição de sujeito “consciente, intencional, atual e interativo” (GONZÁLEZ REY, p. 236, 2003), pois segundo o referido autor tais atributos estão imbricados pelo pensamento e a linguagem, os quais “se expressam a partir do estado emocional de que fala e pensa” (GONZÁLEZ REY, p. 236, 2003). Dessa forma, primou-se olhar para os participantes desta pesquisa conforme a visão de González Rey, onde:

A condição de sujeito é essencial no processo de ruptura dos limites imediatos que o contexto social parece impor, e é responsável pelos espaços em que a pessoa vai modificando esses limites e gerando novas opções dentro da trama social em que atual (GONZÁLEZ REY, p. 236, 2003).

Por essa razão e em consonância com que propõe Martín-Baró: “não se trata de pensarmos por eles, de lhes transmitir nossos esquemas ou de resolver os seus problemas, mas se trata de pensarmos e teorizarmos com eles e a partir deles” (2011, p. 192).

1.1 Objetivos

Geral:

Diante das reflexões apresentadas e, visando responder à pergunta delineada para o presente estudo, formulei o seguinte objetivo principal: **compreender as práticas dos profissionais nas medidas socioeducativas em meio aberto, a partir da confrontação que os mesmos realizam sobre seu fazer e do olhar dos adolescentes sobre este fazer, destacando a potencialidade e a fragilidade de suas ações, atentando para os movimentos de mudança que são despertados a fim de superar as dificuldades.**

Complementares:

Quatro objetivos complementares foram formulados, tendo em vista os aspectos necessários ao alcance do objetivo central, a saber: **levantar junto às profissionais, as prescrições relativas ao acompanhamento de medidas socioeducativas em meio aberto e analisar à luz da legislação vigente; levantar uma avaliação das profissionais acerca do próprio fazer em termos de potencialidade, fragilidade e movimento (autoconfrontação simples); levantar avaliações entre os pares acerca do fazer técnico em termos de potencialidade, fragilidade e movimento (autoconfrontação cruzada); verificar como os**

adolescentes avaliam o fazer das equipes técnicas, considerando a relevância destas ações na itinerância⁷ do socioeducando.

A estrutura desta dissertação comporta sete seções assim organizadas: 1) a introdução que ora concluo, contendo a apresentação do tema, implicação da pesquisadora, justificativa do estudo, problema e objetivos; 2) apresentação da legislação vigente, estado da arte sobre o tema e referencial teórico que norteou o estudo; 3) contextualização da medida socioeducativa em meio aberto em Manaus; 4) o percurso metodológico com apresentação do campo da pesquisa; 5) Análise das autoconfrontações e o olhar do adolescente; 6) considerações finais, contendo as conclusões do estudo, suas limitações e pontos fortes e recomendações, e as referências utilizadas. Por fim, são apensados e anexados documentos concernentes ao trabalho.

2 MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO E OS FAZERES DAS EQUIPES TÉCNICAS: PROPONDO UMA BASE TEÓRICO-CONCEITUAL

Para adentrar no universo do meu objeto de pesquisa foi necessário aprofundar conhecimento acerca da concepção historicamente construída sobre adolescência e conflitualidade, incluindo as normativas legais, princípios e diretrizes que norteiam a atuação da(o) profissional das MSEMA. Igualmente, necessitei percorrer a literatura sobre a atuação das equipes técnicas no meio aberto e do referencial teórico da Clínica do Trabalho para subsidiar de modo teórico-conceitual, o método a ser utilizado no campo e as análises posteriores. Os tópicos a seguir visam apresentar, portanto, os demarcadores legais e teórico-conceituais que dão sustentação a este estudo.

2.1 Contribuições da perspectiva Histórico-cultural para uma compreensão da adolescência e conflitualidade

2.1.1. Dos direitos da infância e da adolescência

⁷ Conceito desenvolvido pelo professor Doutor Nilson Gomes Vieira Filho sobre a itinerância do sujeito em adoecimento mental, refere-se ao caminho que o paciente percorreu durante todo acompanhamento pela rede de atendimento saúde. Aqui, amplio o uso do conceito para a itinerância na rede de atendimento assistencial socioeducativo.

As lutas pelos direitos da criança e do adolescente não são recentes em nosso país, tampouco o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento é fruto da benevolência dos governantes. Pelo contrário, deriva das lutas alicerçadas ao longo da história pelos movimentos dos direitos humanos em todo o mundo. No Brasil, também ecoou essa nova concepção acerca da importância que deveria ser dispensada ao público infanto-juvenil decorrente de uma mudança paradigmática gestada ao longo do século XX.

A Lei nº 8.069/90 conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), emerge como fruto de várias normativas legais internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), Regras Mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça da Infância e da Juventude – Regras de Beijing (1995), Convenção Internacional dos direitos da Criança (1989), dentre outras. O que entendemos como criança e adolescente do ponto de vista da legislação atual no Brasil foi se materializando em diversos documentos, conforme verificamos em um trecho da própria Convenção:

Tendo em mente que a necessidade de proporcionar proteção especial à criança foi afirmada na Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança de 1924 e na Declaração sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral em 20 de novembro de 1959, e reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (particularmente nos artigos 23 e 24), no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (particularmente no artigo 10) e nos estatutos e instrumentos relevantes das agências especializadas e organizações internacionais que se dedicam ao bem estar da criança (1989).

A Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989) em seu artigo 1º entende como criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade, que precisam de cuidados e assistência especiais, levando-se em consideração as particularidades dos diversos contextos socioculturais. É um importante marcador legal, pois amplia o rol do conjunto de direitos, incluindo não apenas os civis e políticos, mas também os direitos econômicos, sociais e culturais.

Segundo o ECA, considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos⁸, os quais gozam de direitos fundamentais

⁸ Parágrafo único do Art. 2º Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90 afirma que nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade. Por exemplo, quando o ato infracional é praticado pelos(as) adolescentes antes dos dezoito anos de idade, o

inerentes à pessoa humana (BRASIL, 1990). Sustentado pela Doutrina da Proteção Integral, o ECA consolida os direitos da população infanto-juvenil brasileira, reconhecendo possíveis situações de vulnerabilidade e, portanto, merecedora de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado (BRASIL, 2006). O artigo constitucional que ancora e sintetiza o ECA e os compromissos que estabelece junto à infância e adolescência é o de número 227, o qual dispõe de forma ampla sobre o compromisso da sociedade civil e da responsabilidade do Estado acerca dos direitos da criança e do adolescente:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Para tanto, o ECA enfatiza em seu Art. 3º que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, devendo-lhes ser asseguradas todas as oportunidades e facilidades que favoreçam o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social (BRASIL, 1990). Assim, ficam conclamados no artigo seguinte, a família, a comunidade, a sociedade e o poder público para a efetivação de vários direitos com absoluta prioridade.

No entanto, após quase 30 anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), ainda encontramos diversos desafios para a devida efetivação dessa política, que tem seus tentáculos de sustentação não apenas nos instrumentos legais que balizam a execução das ações, mas também nos princípios e diretrizes nacionais e internacionais em prol deste seguimento, sobretudo aos de interesse desta pesquisa: os adolescentes que cumprem medida socioeducativa.

No Brasil, a Resolução 113, de 19 de abril de 2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, foi um importante dispositivo que visou fortalecer a implementação do ECA para pleno cumprimento da lei, dispondo sobre os parâmetros para a institucionalização e o fortalecimento do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD). Segundo essa resolução, o SGD constitui-se na

cumprimento da medida socioeducativa pode chegar até vinte e um anos, sendo que na data em que o(a) adolescente completa esta idade, a medida socioeducativa deverá ser extinta.

articulação e integração das instâncias governamentais e da sociedade civil, na promoção, defesa e controle dos direitos humanos, em nível Federal, Estadual, Distrital e Municipal, por meio de uma rede de operacionalização de políticas públicas, nas áreas de saúde, educação, assistencial social, trabalho, segurança pública, planejamento, orçamentária, relações exteriores e promoção da igualdade e valorização da diversidade (CONANDA, 2006).

A promoção de direitos da criança e do adolescente é operacionalizada por meio da política de atendimento, prevista no Art. 86 do ECA e deve se dar de modo transversal e intersetorial em consonância com outras políticas públicas (CONANDA, 2006). No artigo 15 da resolução 113, são apresentados os três tipos de programas, serviços e ações públicas através dos quais tal política se desenvolve:

- I.Serviços e programas das políticas públicas, especialmente das políticas sociais, afetos aos fins da política de atendimento dos direitos humanos das crianças e adolescentes;
- II.Serviços e programas de execução de medidas de proteção de direitos humanos;
- III.Serviços e programas de execução de medidas socioeducativas e assemelhadas.

Ainda em 2006, o CONANDA aprova a Resolução 119, que dispõe sobre Sistema Nacional Socioeducativo – SINASE. Segundo este instrumento a política de atendimento deve ser norteadada pelo Princípio da Incompletude Institucional⁹, que deve permear a prática dos programas socioeducativos e da rede de serviços, de modo a promover à participação dos adolescentes nos sistemas e políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outras (CONANDA, 2006).

Dentre as questões que o SINASE veio a atender, estavam às dificuldades crônicas no atendimento, ainda muito marcado pela legislação e doutrina anterior – da situação irregular – bem como o fazer institucional e profissional na operacionalização das mesmas. Por exemplo, mesmo para aqueles adolescentes que cumpriam as medidas integralmente, havia sérios problemas relativos à inserção dos mesmos no mercado de trabalho, de forma lícita e em consonância com suas habilidades, o direito, a educação e a formação profissional, não eram efetivados satisfatoriamente de modo a indicar a efetividade do sistema socioeducativo.

⁹ O Princípio da Incompletude Institucional se refere às várias ações governamentais e não governamentais para a concretização da política de atendimento ao adolescente que comete ato infracional. Assim, a inclusão dos adolescentes pressupõe sua participação em diferentes programas e serviços sociais e públicos (CONANDA, 2006, p.46).

2.1.2 Adolescentes em conflito com a lei e a Questão Social

A despeito de quase três décadas da mudança da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral, ainda se percebe velhas práticas com novas roupagens, o que favorece que muitos direitos de criança e adolescentes sejam costumeiramente violados e os mesmos continuem a não ser considerados cidadãos plenos. Este dado é um reflexo do fato de que a percepção de cuidado e proteção sobre a infância é uma concepção das sociedades modernas, bem como do que a caracteriza.

Para Elias (2012) descobrir as crianças significa dar conta da sua relativa autonomia, entendendo que não se trata de adultos pequenos. Segundo este autor, tornar-se adulto é um processo contínuo alicerçado na história de cada civilização, cujo ápice está no reconhecimento do direito das crianças serem compreendidas como crianças. Neste aspecto, Philippe Ariès (1981) demonstra como nas sociedades europeias medievais não existia o sentimento de infância conforme entendemos atualmente, isto é, como uma etapa do desenvolvimento diferenciada do mundo adulto e com manifestações e necessidades próprias deste período. Nesse sentido, o mundo da criança era uma extensão do mundo adulto.

De forma similar ao que se deu no contexto infantil, Calligaris (2000) aponta que na sociedade atual, a adolescência, cuja construção é mais recente, tem sido idealizada pelos adultos. Devemos aqui considerar o recorte de classe que perpassa o trabalho deste autor, pois cabe ponderar que a ideia de adolescência enquanto moratória, apresentada por ele, não está presente em todas as classes sociais.

Cabe destacar que nas famílias economicamente mais vulneráveis, crianças e adolescentes costumam trabalhar desde que contam com pouca idade, muitas vezes para assegurar a sobrevivência familiar. Nas periferias, onde a atividade do tráfico de drogas é intensa, o envolvimento em atividades ilícitas aparece como possibilidade concreta e imediata para os adolescentes, uma vez que não exige idade mínima e que oferece rápido retorno financeiro. Esta entrada tanto responde às exigências como oferece a experiência de pertencimento, de reconhecimento, entre outras.

Compreendida a partir de um olhar histórico-cultural, a adolescência em conflito com a lei não consiste em um fenômeno estático e não se restringe ao ato que o adolescente cometeu. É necessário atentar para as condições de vida que eles estão inseridos e quais

contextos podem ter influenciado na relação com a infração. Sobre isso, tanto o ECA quanto o SINASE preconizam que as medidas socioeducativas não devem ficar restritas à dimensão sancionatória, mas alcançar os adolescentes enquanto sujeitos de direito em situação de desenvolvimento, devendo o Estado prover políticas que garantam tal inserção social.

No trabalho intitulado “(In)visibilidade perversa - adolescentes infratores como metáfora da violência”, Sales (2007) problematiza a questão dos adolescentes das classes menos abastadas de nossa sociedade, mais especificamente, o público de tal faixa etária em situação de pobreza e escassez de cidadania. A obra aborda a emergência desses sujeitos irrompendo no cotidiano, com registros midiáticos na perspectiva de encontrar possibilidades de dar visibilidade às suas existências, ao passo em que reivindicam, muitas vezes, por melhores condições de vida e respeito aos seus direitos, inclusive o direito de consumir.

Para Bauman (1998) o consumo surge como a principal atividade do sujeito: vivemos em um meio social que se fundamenta em uma cultura consumista. O consumo desmedido que bombardeia a sociedade constantemente vincula constituição da subjetividade à posse de determinados objetos para que sejam reconhecidos e aceitos como pertencentes a determinados grupos. Entretanto, a desigualdade socioeconômica não permite a grande parte da sociedade, incluindo os adolescentes, o acesso a determinados bens. Soma-se a isso o escasso capital social que acumulam, como a baixa escolaridade, condições de moradia, etc., dificultando o ingresso numa esfera do mercado de trabalho que produza efeitos positivos sobre a identidade e o acesso a serviços e bens de consumo.

Segundo Coutinho (1990) a cidadania é compreendida como a capacidade dos indivíduos se apropriarem dos bens socialmente produzidos e de desenvolver potencialidades em cada contexto historicamente determinado. Logo, para o referido autor a noção de cidadania é ampliada, está para além dos direitos políticos, mas na própria inserção e participação de cada criança e adolescente em espaços e atividades socialmente produzidas.

O adolescente em conflito com a lei carrega consigo outras identidades que se articulam e o sustentam na identidade de infrator, como ser morador de um determinado bairro, ter determinada configuração familiar, ser pertencente à determinada etnia. Para Coutinho (1990), é justamente o processo de socioeducação que vai permitir o deslocamento para uma identidade mais produtiva, seja de estudante, trabalhador, pai, filho, irmão ou provedor. Neste sentido, as metamorfoses identitárias farão surgir possibilidades de se

perceber enquanto cidadão. Entretanto, Costa (2007) atenta para o movimento de contradição que o próprio sistema socioeducativo produz, uma vez que ao cumprir a medida socioeducativa, a qual deveria contribuir para uma identidade não infratora, persiste o estigma por ter passado pelo sistema. o qual precisamente reatualiza sua identidade de infrator.

Pode-se dizer que na perspectiva histórico-social, a metamorfose da identidade infratora para a identidade cidadã, passa pela garantia dos direitos sociais. Amorim (2010) corrobora tal argumento ao afirmar que os direitos sociais são um importante termômetro da cidadania, na medida em que propõe novas formas de enfrentamento e superação das desigualdades. Na história brasileira, longo tem sido o processo de conquista e consolidação dos direitos sociais até o reconhecimento legal destes. No entanto, não basta a existência da lei para que eles se efetivem na vida das pessoas, como é o caso das leis e políticas existentes para as crianças e adolescentes. É preciso que do papel de forma efetiva e integrada, produzindo verdadeiramente efeito na vida dessa importante parcela da população.

A materialização dos direitos sociais e, portanto, da cidadania, se dá por meio das políticas sociais, as quais são determinadas, segundo a base do pensamento do materialista histórico, pela luta de classes. Isto, porém, não anula a possibilidade das classes detentoras do capital usarem dessas políticas para cooptar a classe trabalhadora, a exemplo das práticas assistencialistas. Segundo Coutinho (1990), o choque de interesses entre a ampliação da cidadania e a lógica capitalista, deve ser compreendida como um processo, marcado por avanços e recuos. Daí observarmos que, a despeito das conquistas dos direitos dos adolescentes, as práticas ainda reproduzem tanto o assistencialismo quanto a lógica punitiva das medidas.

Pela complexidade que consiste a adolescência em conflito com a lei caracterizada enquanto questão social é que esta não pode ser vista apenas com um olhar punitivo e sancionatório. O caráter de responsabilização pelo ato praticado não exime a responsabilidade do Estado, pois este age como última instância, quando várias outras políticas não alcançaram esses adolescentes na garantia de seus direitos, quando, na verdade, deveria ser o primeiro atuar na vida desse público. Pereira (2008) destaca o papel do Estado como um regulador para a realização e implantação das políticas públicas, quando ela afirma: “é o Estado que ao mesmo tempo em que delimita a desimpedida ação individual pode garantir direitos sociais, visto que a sociedade lhe confere poderes exclusivos para o exercício dessa garantia” (PEREIRA, 2008, p. 99).

Segundo Santos (2012), a gênese da questão social está relacionada diretamente com o processo de acumulação e reprodução do capital. A questão social é a expressão concreta das contradições entre o capital e o trabalho no interior do processo de industrialização. Os efeitos dessa contradição se expressam na questão social. Neste sentido, um indicador que corrobora o fato de não se poder descontextualizar a prática infracional desses adolescentes como um fenômeno ancorado à questão social é o crescente aumento do envolvimento dos adolescentes nestes atos, que estão vinculados à cultura de consumo e a exclusão do mercado de trabalho, o que muitas vezes, acaba direcionando os adolescentes para o trabalho informal e, até mesmo para a criminalidade, de modo expressivo no contexto atual, ao tráfico de substâncias entorpecentes.

Para Silva (2015) a associação entre prática do ato infracional e desenvolvimento social do adolescente, configura-se a partir da relação com as expressões da questão social. Justificando esta assertiva, considera-se além da pobreza, a violência, o preconceito de classe e a manipulação do capital sobre os mais pobres como algumas das múltiplas expressões atualmente postas. Para ele, a prática do ato infracional tem sido um recurso ou o único possível no contexto vivencial utilizado pelos adolescentes para acompanharem o fenômeno da “compra da cidadania” (SILVA, 2015. p. 224). Pelo perfil socioeconômico dos jovens que adentram o sistema socioeducativo, vê-se que muitos são herdeiros de um passado colonialista e escravista: a maior parte dos adolescentes em conflito com a lei é de origem preta/parda (Levantamento do SINASE de 2016).

Waiselfisz (2016) ressalta que desde o primeiro Mapa da Violência, divulgado em 1998, a principal vítima da violência homicida no Brasil é a juventude. Na faixa de 15 a 29 anos de idade, o crescimento da letalidade violenta foi bem mais intenso do que no resto da população. O número de homicídios por arma de fogo (HAF) passou de 6.104, em 1980, para 42.291, em 2014: crescimento de 592,8%. Mas, na faixa jovem, este crescimento foi bem maior: pula de 3.159 HAF, em 1980, para 25.255, em 2014: crescimento de 699,5%.

Diante das reflexões apontadas e dos números que colocam a adolescência e juventude em uma combinação entre ausência de garantia de direitos, desigualdade social, ato infracional, violência, sistema socioeducativo e mortalidade, reforça-se a contribuição de referenciais teóricos da psicologia social crítica à questão, já que compreendem a constituição e o fazer dos indivíduos apenas passível de sentido na relação com o social e seus determinantes. Esta perspectiva teórico-conceitual estabelece a posição de todos os sujeitos

sociais, dentre eles os adolescentes, as equipes técnicas e a própria pesquisadora, como ativos e participantes das transformações sociais ou da manutenção das estruturas de opressão.

2.2 As Medidas Socioeducativas e os dados sobre o Meio Aberto

2.2.1 Apresentando as Medidas Socioeducativas

O ECA define ato infracional como a conduta descrita como crime ou contravenção penal cometida por adolescente. Quando atestada a autoria da prática, o adolescente é responsabilizado¹⁰ pelos seus atos, sendo aplicada uma ou mais medidas socioeducativas por autoridade judiciária, dentro do devido processo legal (BRASIL, 1990).

As medidas em meio fechado, Semiliberdade (Art. 120) e Internação (Art. 121) não consistem no foco deste estudo, ainda que mantenham relação com as medidas de meio aberto. Geralmente são aplicadas aos adolescentes que cometem atos mais graves. A MSE de Semiliberdade pode ser aplicada como a primeira medida ou como uma forma de transição do meio fechado para o aberto (progressão de medida). Já a Medida Socioeducativa de Internação consiste naquela que deve ser aplicada somente em caráter de excepcionalidade e brevidade, dado os impactos negativos sobre a vida do jovem, resultantes dos processos próprios das instituições totais. É aplicada mediante autoria de atos graves, reincidência ou como forma sancionatória (Internação Sanção), em caso de descumprimento de qualquer uma das medidas anteriores, ainda que derivadas de atos infracionais leves.

As medidas de Advertência (Art. 115) e Obrigação de Reparar o Dano (Art. 116), ainda que sejam medidas em meio aberto, também não constituem objeto da presente pesquisa, já que são exauridas ainda no âmbito do judiciário, “nos autos do processo de conhecimento” (Art. 38, Lei 12.594). A primeira consiste numa admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada, e a segunda poderá ser aplicada quando o ato infracional causar danos patrimoniais, neste caso, a autoridade competente poderá determinar que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano ou compense o prejuízo da vítima (BRASIL, 1990).

¹⁰ Vide nota de rodapé 2, na página 20.

A medida socioeducativa de advertência não se confunde com uma simples intimidação verbal pautada na ameaça de aplicação de medidas mais rigorosas: deve ter propósito mais amplo, preservando o sentido pedagógico, a essência socioeducativa (BRASIL, 2016). O objetivo é fazer com que o adolescente não cometa outros atos infracionais, e que diante de como o ato infracional incide sobre o próprio adolescente, sua família e a comunidade, ele possa refletir sobre o que fez e redirecione suas práticas. Da mesma forma, a medida socioeducativa obrigação de reparar o dano não deve se restringir apenas a quitação do dano, dissociada da proposta pedagógica. Antes, é preciso que o adolescente compreenda a exata extensão que o dano causou a vítima e as consequências do seu ato (BRASIL, 2016).

As medidas de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC (Art. 117) e Liberdade Assistida – LA (Arts. 118 e 119), interesse do presente trabalho por serem as que estão diretamente conectadas com as práticas profissionais das equipes técnicas dos CREAS, são denominadas de meio aberto porque são executadas sem a privação de liberdade, mas com restrição de direitos, pois pressupõe um acompanhamento sistemático. Ambas privilegiam a convivência familiar e comunitária.

Conforme previsto no ECA, a Prestação de serviços à comunidade consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral pelo adolescente, por no máximo 6 meses e não ultrapassando a carga horária de oito horas semanais, podendo ser no sábado, no domingo, feriado ou nos dias úteis, desde que não atrapalhe a frequência escolar e a jornada de trabalho, na condição de aprendiz. Essas tarefas podem ser cumpridas em entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais (BRASIL, 1990).

Segundo o SINASE, a medida socioeducativa de PSC deve privilegiar ações pedagógicas que favoreçam a descoberta de potencialidades do adolescente. Para tanto, a equipe mínima recomendada é de 1 técnico para cada 20 adolescentes, 1 referência socioeducativo¹¹ para cada grupo de até 10 adolescentes e 1 orientador socioeducativo para até dois adolescentes, cujo intuito é garantir a individualização do atendimento (CONANDA, 2006).

¹¹ Referência socioeducativo é o profissional de nível superior ou com função de gerência ou coordenação nos locais de prestação de serviço comunitário, que será responsável geral tanto pelos adolescentes prestadores de serviço comunitário quanto pelo funcionário guia, que é o profissional do local de prestação de serviço diretamente ligado ao exercício da atividade realizada pelos adolescentes. (CONANDA, 2006).

A outra medida em meio aberto, a LA, segundo preconiza a Lei 8.069, deve ser aplicada sempre que se afigurar para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida. A LA privilegia o convívio social do adolescente, por meio de um processo de acompanhamento, auxílio e orientação. A execução desta medida deve ser acompanhada por técnicos de diferentes áreas do conhecimento, mas de modo que se garanta o atendimento psicossocial e jurídico (CONANDA, 2016).

Há duas modalidades de LA: Liberdade Assistida Comunitária (LAC) e Liberdade Assistida Institucional (LAI). Na LAC, cada técnico deve acompanhar até no máximo 20 orientadores comunitários e, cada orientador, até dois adolescentes simultaneamente. Na LAI, cada técnico deve acompanhar até 20 adolescentes, segundo as recomendações do SINASE. Na LAC o orientador está mais próximo do adolescente, inserido no contexto territorial. Já na LAI, não há a figura do orientador, e os atendimentos são mais restritos ao âmbito do CREAS, ou seja, possui um caráter institucional.

Segundo o “Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto” (2010), o serviço de acompanhamento ao cumprimento de medidas de LA e PSC se fundamentam no atendimento especializado, na escuta qualificada, no acompanhamento dos adolescentes e de suas famílias de forma integrada aos demais serviços socioassistenciais e às políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, cultura, esporte e lazer. O acompanhamento destas medidas deve ocorrer nos CREAS.

2.2.2 A interface “Medidas em Meio Aberto e a Política de Assistência”

Os CREAS estão sob a regulamentação dos princípios e diretrizes da Política Nacional da Assistência Social (PNAS), que prima pela territorialização e pela descentralização. A primeira se baseia na lógica da proximidade do cotidiano da vida do cidadão, onde o lócus de desenvolvimento das ações de caráter educativo e preventivo é o próprio território. Já a segunda, remete ao Princípio da Incompletude Institucional, que o SINASE elege como um dos nortes para as ações no sistema socioeducativo. Ambos dispositivos valorizam a rede e o território para a execução das ações, o que possibilita ampliar o potencial da comunidade, de vínculos positivos e de proteção.

A inserção nos dispositivos legais nacionais e internacionais nos faz perceber que a política de acompanhamento às medidas socioeducativas não estão desconectadas com as normativas que asseguram os direitos da criança e do adolescente, seja a nível federal, estadual, distrital ou municipal. Além disso, precisamos voltar nossa atenção para a relação que esta política tem com as demais políticas, como no campo da assistência, saúde ou educação, uma vez que a socioeducação não deve acontecer apenas pelos órgãos executores, mas sim, consistir num projeto ético-político do Estado e da sociedade.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem sua estruturação definida pela Resolução nº 145 de 2004 do Conselho Nacional da Assistência Social, que estabelece a PNAS, e pela Norma Operacional Básica do SUAS de 2012 – NOB/SUAS , que estabelece os níveis de proteção: proteção social básica e proteção social especial.

A proteção social especial de média complexidade organiza a oferta de serviços que exigem um pouco mais de estruturação técnica e operativa, devido à natureza e ao agravamento dos riscos pessoal e social, vivenciados pelas famílias e indivíduos atendidos. O CREAS funciona como unidade para a oferta de serviços especializados no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade. (BRASIL, 2009)

O CREAS é integrante do SUAS e constitui-se numa unidade pública estatal, de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados, como crianças e adolescentes em situação de risco ou violação de direitos e a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, bem como a suas famílias, na perspectiva de potencializar a capacidade de proteção a crianças e adolescentes (BRASIL, 2009). Para tanto, as ações da equipe técnica devem “respeitar as fases de desenvolvimento integral do adolescente, levando em consideração suas potencialidades, sua subjetividade, suas capacidades e suas limitações, garantindo a particularização no seu acompanhamento.” (CONANDA, 2016, p. 47).

Para garantir a singularidade no atendimento e a equidade no processo educativo, as equipes técnicas, tanto as do meio aberto como as do meio fechado, dispõem de um instrumento pedagógico central denominado Plano Individual de Atendimento – PIA. O SINASE aponta a importância do PIA:

A elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) constitui-se numa importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do

adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente e sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa (CONANDA, 2006, p. 52).

Nesse sentido, o fazer profissional não é estanque e estável. Ao contrário, exige flexibilidade e parceria, pois já parte do Princípio da Incompletude Institucional, onde a execução depende da rede assistencial disponível, isto é, tange outros serviços e políticas públicas. Também não há uma fórmula única para todas as situações, haja vista cada adolescente ter um PIA e, mesmo quando se fala em violação de direitos e fatores de risco, devemos ficar atentos que as pessoas que estão expostas a tais fatores podem apresentar respostas diferentes, segundo nos remete Yunes & Szymanski (2001) os riscos psicológicos são flutuantes e mudam conforme as contingências de cada um.

Como uma política pertencente à Assistência Social no nível de média complexidade, é possível contemplar aspectos do que é previsto para o trabalho das equipes técnicas de referência dos CREAS no desenvolvimento de suas atividades. Cumpre observar que a entrada dos adolescentes para cumprimento de medidas socioeducativas representou uma demanda nova em termos do trabalho das equipes na promoção de proteção a indivíduos com direitos violados na média complexidade. Soma-se a isso o fato de que os profissionais de psicologia, presença obrigatória nas equipes técnicas do atendimento socioeducativo, não tinham, até recentemente, formação voltada às práticas nas políticas de assistência.

Diante da demanda de discutir as práticas de psicólogas(os) neste espaço de atuação, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), através do documento intitulado “Referências técnicas para Prática de Psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS” (2012), aponta que em pesquisa realizada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP e pelo CFP em 2009, as ações realizadas por psicólogas(os) com maior frequência foram: Acolhimento; Entrevista Inicial e Triagem; atendimentos Individuais e em Grupos; Plantões; Elaboração de Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar; Visitas Domiciliares, Acompanhamento dos usuários nos diversos serviços do sistema judiciário; Relatórios Técnicos, Laudos e Avaliações; Ações integradas com a rede; Atuação em equipes multidisciplinares; Atividades educativas e de esclarecimentos para a população em geral e Coordenação dos serviços.

A pouca produção de dados das MSEMA em relatórios oficiais, em comparação às medidas de meio fechado também figuram como obstáculo para a construção de um fazer e identidade profissional das equipes socioeducativas dos CREAS. A seguir, são apresentados os dados oficiais publicados sobre as MSMA, de 2010 a 2019.

2.2.3 Série Histórica do Levantamento de Dados sobre as MSEMA

A primeira vez em que dados sobre as MSEMA figuram nos Levantamentos Anuais do SINASE foi no ano de 2010, referente ao ano de 2009, por meio do Censo SUAS¹². Ressaltou-se neste documento a primazia das medidas em meio aberto em relação ao meio fechado, bem como foi apresentado uma taxa média de dois adolescentes em cumprimento de medida de meio aberto para cada adolescente privado ou restrito de liberdade¹³ (BRASIL, 2010).

Já o Levantamento de 2011, tendo 2010 como ano de referência, a proporção passou a ser de 1 adolescente interno para 3,6 adolescentes em meio aberto. O crescimento se deu devido à expansão do co-financiamento federal, destinado à execução de media socioeducativa em meio aberto, transferido fundo a fundo, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social, conforme o Levantamento de 2011 (BRASIL, 2011).

O levantamento de 2011 aponta que tal crescimento segue a lógica dos princípios norteadores do ECA e do SINASE, na medida em que privilegia a responsabilização sobre o ato infracional, sem afastar o adolescente da sua família e comunidade, aumentando a possibilidade de inserção social.

Os dados do Levantamento Anual referentes ao ano de 2012 da Coordenação – Geral do SINASE indica um número total de 20.532 adolescentes em restrição e privação de liberdade e de 88.022 em meio aberto, conforme informações do Censo do Sistema Único da Assistência Social - 2012 - MDS, 2012. Neste ano foram fornecidos dados comparativos em

¹² O Censo SUAS é uma ferramenta de levantamento de dados coletados por meio de formulário eletrônico preenchido pelos Órgãos Gestores (Secretarias) e Conselhos de Assistência Social, municipais e estaduais e tem por objetivo propiciar informações sobre os equipamentos e ações do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, bem como apontar para os aperfeiçoamentos que serão efetivados através das pactuações realizadas entre os três entes da federação. Trata-se de um importante instrumento de avaliação e monitoramento dos serviços, programas e benefícios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (BRASIL, 2013).

¹³ Conforme dados do MDS, Censo SUAS - 2010.

relação ao anos de 2010 e 2011, permitindo um acompanhamento histórico sobre os aspectos da execução de medidas em meio aberto de LA e de PSC.

A cadeia crescente de informações sobre o meio aberto foi rompida no Levantamento Anual do SINASE de 2013, pois a única informação que consta nesse documento no que tange as MSEMA, diz respeito à quantidade de programas que executam as medidas de LA e PSC, totalizando 1.175 programas em 1.137 municípios, sendo que 1.012 são executados pelos CREAS. Tal fato ocasionou uma lacuna institucional sobre o conhecimento que estava sendo construído acerca do meio aberto no país.

O levantamento referente ao ano de 2014 tenta suprir as faltas de 2013, com uma maior abrangência de dados sobre o meio aberto e enfatiza a necessidade de superação da dicotomia entre o meio aberto e o fechado, haja vista o SINASE ser uma política pública única que atende aos vários tipos de medidas. Neste relatório, é possível perceber uma melhor sistematização dos dados referentes ao meio aberto, distribuindo as informações por região, a partir da modalidade da medida, por sexo, por frequência de atendimento. E pela primeira vez é apresentado um percentual referente à intersetorialidade e ao acompanhamento das atividades realizadas pelos profissionais que acompanham as medidas de LA e PSC

O ano de 2014 foi decisivo para alavancar o SINASE como uma política pública para adolescentes que cometeram atos infracionais, como aponta o supracitado levantamento, além de ser o primeiro ano de implantação do Plano Nacional de Atendimento do Socioeducativo e da Escola Nacional de Formação, fatores decisivos para o planejamento e gestão da socioeducação no país. As informações relativas àquele ano foram obtidas através do Censo SUAS 2015 - ano de referência 2014 -, pelo Sistema de Registro Mensal de Atendimentos – RMA (consolidado em 2014) e pela Folha de Pagamentos do Serviço de MSE em Meio Aberto 2014.

Outro momento importante de apresentação dos dados sobre MSEMA foi o ano de 2019, quando foi publicado pelo MDS o “Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto”¹⁴, realizada em fevereiro/março de 2018, de caráter censitário, sendo a primeira em âmbito nacional direcionada apenas para o meio aberto. Foi feita por meio de questionário eletrônico e teve como objetivos: reconhecer a realidade das medidas socioeducativas em meio aberto nos municípios, incluindo aqueles que não

¹⁴ Link com os principais resultados da pesquisa: <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/pesquisa-mse/>>.

atendem ou não possuem CREAS e qualificar o Serviço de Proteção a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas na Assistência Social.

A abrangência dessa pesquisa e a taxa de retorno foram bastante significativas, haja vista o questionário ter sido disponibilizado para todos os municípios do país, recebendo resposta de 5.405 (97,03%). Serviu de base para pactuar a partilha de recursos das medidas socioeducativas e da Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, por meio da Resolução CNAS nº 7, de 12 de abril de 2018. Seus dados permitiram novas análises sobre o tema na Assistência Social e o fortalecimento do SUAS perante o Sistema de Garantia de Direitos.

Dentre as principais informações divulgadas podemos destacar as seguintes: em relação às equipes técnicas e os equipamentos do serviço especializado, a pesquisa mostrou que 77% das equipes que acompanham os adolescentes não são exclusivas desse serviço, dividindo o serviço com o PAEFI (40%) e com o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF (32%). Aponta que 90% dos municípios que têm CREAS atendem o Serviço de Medidas e mesmo aqueles municípios que não têm CREAS atendem o serviço de medidas (71%).

Além disso, a pesquisa evidenciou que tínhamos em 2017, o total de 117.207 adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviço à Comunidade, sendo 69.930 em PSC e 84.755 em LA. A maioria era do sexo masculino (88%), com faixa etária entre 16 e 17 anos (46%) e entre 18 e 21 anos (31%). Os atos infracionais de maior prevalência foram por tráfico de drogas (20%), por roubo (15%), recorrente no Sudeste e Nordeste e, por furto (10%) prevalente na grande parte da área Sudeste e toda a região Sul do mapa, e por homicídio ou tentativa de homicídio (1%). Foram assassinados durante o período de acompanhamento da medida 949 adolescentes e 19 cometeram suicídio.

A maior parte dos atendimentos ocorre nos municípios – CREAS (45%), seguido dos CRAS (29%). Quanto às ações de planejamento e gestão: 84% dos municípios não possuem comissão intersetorial do SINASE e 58% possuem plano de atendimento socioeducativo. Conforme a referida pesquisa a prevalência das medidas varia conforme a região, sendo as regiões Nordeste e Sudeste com mais casos de LA e as regiões Sul, Centro-Oeste e Norte com

mais de PSC. Já os municípios grandes e as metrópoles têm mais casos de LA, enquanto os municípios de Pequeno Porte I, II e Médios têm mais de PSC.

Conforme “Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto” realizado pelo MDS, há prevalência masculina quanto à incidência de atos infracionais e aplicação de MSE por gênero. Segundo o relatório supracitado, enquanto adolescentes do sexo masculino chegam ao número de 104.143 em cumprimento de MSEMA no ano de 2018, as de sexo feminino totalizam 13.104. No entanto, os tipos de atos infracionais não diferem muito por sexo, seguindo a mesma incidência de ato infracional igual: tráfico, roubo e furto, respectivamente.

Sendo o machismo um sistema forte e influente (estruturante) nos números expressivos de mortes de garotos e de apreensões dos mesmos, carece o Estado pensar Políticas Públicas específicas que sejam atraentes para os homens e que entendam a reprodução da violência também como a reprodução e a reafirmação do machismo. A trajetória infracional, menos do que um fato episódico, pode estar nos revelando que algumas formas de socializações masculinas são pautadas na violência, no uso da força e na perspectiva da formação do sujeito “macho”, indestrutível e poderoso ou como rito de passagem de um estágio infantil para o maduro (BRASIL, 2019).

A pesquisa do MDS (BRASIL, 2019) enfatiza que essa disparidade aponta para dois aspectos: o primeiro está relacionado como a juventude masculina é vista pelo sistema de justiça e demais instituições de controle, estando esses jovens mais vulneráveis ao aliciamento pelo tráfico de drogas, às abordagens policiais e à violência de Estado. Acrescentando-se a esse cenário, o quadro de vulnerabilidade, o machismo social e institucional.

Manaus segue a tendência dos demais municípios brasileiros neste âmbito. Em 2018 foram contabilizados 94% dos atos infracionais cometidos por adolescentes do sexo masculino e 6% feminino, dado que integrará quadro posterior (Quadro 03) quando da apresentação dos dados do atendimento em Meio Aberto em Manaus. Apesar desta pesquisa não ter feito um recorte quanto ao sexo dos participantes em relação aos adolescentes que seriam entrevistados, coincidentemente não tivemos a participação de nenhum adolescente do sexo feminino. Também não é objeto do presente estudo questões relacionadas ao gênero, mas não podemos deixar de apontar a importância do tema, pois o fato de as mulheres serem minoria não extingue e nem justifica o esquecimento delas.

Compreendo que a pesquisa do MDS (BRASIL, 2019) ocorreu conforme um modelo binário de homem – mulher (cisgênero¹⁵), não englobando outras identidades de gênero como a mulher trans e a travesti, que são outras performances de gênero e feminilidade. Logo, acredito que se faz necessário outras pesquisas, tanto em nível nacional quanto estadual e municipal, que incluam novas identidades de gênero como uma forma de abarcar o maior número de mulheres e, dessa forma, desenvolver a política da socioeducação em consonância com os direitos da referida população, favorecendo a visibilidade e o protagonismo.

Se há poucas informações institucionais quanto aos adolescentes no que se refere às questões de gênero, menos ainda quando se trata dos profissionais que acompanham as MSEMA desse público.

Apresentados os dados oficiais que mostram, ainda que com falhas, a situação específica das MSEMA no Brasil, outro ponto desafiador à realização de pesquisa sobre a temática foi a revisão de literatura/estudos científicos sobre o tema, sobretudo quando a ênfase é dada às equipes profissionais e seu fazer, como será apresentado a seguir.

2.3 A produção sobre a atuação das equipes técnicas das MSEMA

Conforme o SINASE (CONANDA, 2006), diferentes áreas do conhecimento são necessárias para agregar conhecimento ao atendimento dos adolescentes em conflito com a lei, dentre elas a psicologia, antropologia, sociologia, serviço social, pedagogia, filosofia, terapia ocupacional, dentre outras. A própria Lei do SINASE destaca, pois, a importância da produção científica sobre as ações desenvolvidas pelos serviços de acompanhamento as medidas socioeducativas em meio aberto e seus resultados. Isso se deve ao fato de que a relação acadêmica e oferta de serviços não só proporciona visibilidade às ações que foram desenvolvidas pelos técnicos de referência, como subsidiam material para reflexão e mudanças necessárias, seja por parte dos profissionais, dos órgãos competentes, ou em nível mais abrangente, das políticas públicas.

No âmbito da atuação técnica, como já mencionado, a quantidade pouco expressiva de dados sobre o meio aberto, em comparação com o meio fechado, impulsionou o Conselho Federal de Psicologia – CFP, de 2012, à produção das “Referências técnicas para atuação do

¹⁵ São as mulheres que se identificam com o gênero que foi designado ao nascer.

em medidas socioeducativas em meio aberto” e os “Cadernos de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio” (BRASIL, 2010; 2016).

No âmbito da produção científica propriamente dita, dediquei-me à revisão sistemática da literatura de produções científicas que tratassem sobre o referido tema. Apliquei o filtro de ano de publicação, referentes aos anos de 2013 até 2018, nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde Brasil (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Portal de Periódicos da Capes. A opção por essas bases de dados se deve ao fato de que elas contemplam a maior parte das publicações do país, e embora a base SciELO esteja contida na BVS, considerei interessante observar quais artigos eram localizados a partir desta base.

Os descritores pesquisados nas bases de dados acima referidas foram: medida socioeducativa, meio aberto, equipe técnica e correlatos – equipe multidisciplinar e de referência, CREAS. Houve associação de alguns descritores na tentativa de refinar as buscas e localizar as publicações que tivessem maior relação com o tema de pesquisa

Na tentativa de abarcar o maior número possível de publicações, inclusive com objetivo de perceber a existência de alguma característica sobre as produções e o período de publicação das mesmas, não foram aplicados filtros sobre os descritores na maioria das buscas, num primeiro momento. Também selecionei aqueles que tivessem relação com o trabalho realizado pelas equipes técnicas dos CREAS, mesmo que estivessem fora do marco temporal estabelecido.

Embora o interesse fosse o acompanhamento técnico realizado com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, não foram excluídos os trabalhos que falavam da escolaridade e do processo de educação formal do adolescente em conflito com a lei e aqueles que trabalhavam com outros membros da família do adolescente ou versavam sobre o impacto da aplicação da medida socioeducativa para a família e sociedade, entendendo que tais produções perpassam pelo fazer das equipes técnicas.

Excluí os trabalhos que relacionados à prática profissional das equipes técnicas com adolescentes cumprindo outras medidas, como a de semiliberdade, a de internação em estabelecimento socioeducativo, assim como aqueles que foram realizados com adolescentes que tratavam de transtornos mentais, patologias e outras questões relacionadas exclusivamente à saúde dos adolescentes.

Ao final da revisão selecionei produções científicas que, a partir da leitura dos resumos, mostravam ter relação com o projeto a ser desenvolvido, de modo a contribuir com uma melhor elaboração do meu problema de pesquisa e que poderiam dialogar de maneira mais coerente. Foram remanescentes, mediante a pertinência com o tema, 42 produções, sendo 27 artigos, 10 dissertações de mestrado e 5 teses de doutorado. Os trabalhos incluíram produções de áreas de concentração diferentes por tratarem da execução da medida em meio aberto, tais como as produções científicas que versavam sobre psicologia, educação, linguagem, esporte, antropologia, assistência social e políticas públicas.

Tabela 01- Levantamento bibliográfico

PRODUÇÕES CIENTÍFICAS		
ARTIGOS	DISSERTAÇÕES	TESES
27	10	5

Fonte: elaboração da autora, 2018.

Tabela 02- Levantamento bibliográfico por área temática

ÁREAS TEMÁTICAS			
ADOLESCENTES MEIO ABERTO	ATUAÇÃO TÉCNICA OUTRAS ÁREAS	ATUAÇÃO TÉCNICA PSICOLOGIA	OUTRAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO
27	3	5	7

Fonte: elaboração da autora, 2018.

Com base no levantamento bibliográfico, foram encontradas apenas 8 produções científicas que versavam sobre a atuação da equipe técnica nos CREAS, dentre as quais apenas 5 trabalhos eram voltados para a área de concentração de psicologia, como segue na tabela abaixo.

Quadro 01- Levantamento bibliográfico – Prática profissional dos profissionais dos CREAS

TÍTULO DA PRODUÇÃO	AUTOR	ANO	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	TIPO DE PRODUÇÃO
Medidas socioeducativas em meio aberto: perspectivas a partir de uma unidade de atendimento do Distrito Federal	Juliana França Varella	2015	Antropologia	Dissertação
A rede socioeducativa em meio aberto e os processos de subjetivação de adolescentes	Fernanda Priscilla Pereira da Silva	2015	Psicologia	Dissertação
Cleidoscópio: desvelando o adolescente em conflito com a lei	Mara Eloísa Tresoldi	2015	Educação	Tese
O Programa de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto: educação ou reprodução do aprendizado da rua?	Rúbia Fernanda Quinelatto	2015	Educação	Tese
Medidas Socioeducativas em São Paulo: os serviços e os técnicos	Aline Cristina de Moraes e Ana Paula Serrata Malfitano	2014	Psicologia	Artigo

Desafios da atuação dos psicólogos nos CREAS do Rio Grande do Norte	Adriana B. Ribeiro, Ilana L. de Paiva, Pablo de S. Seixas e Isabel Maria F. F. de Oliveira	2014	Psicologia	Artigo
A atuação dos profissionais de Psicologia junto à infância e adolescência nas Políticas Públicas de Assistência Social	Orlando J. Macêdo, Manuella C. B. Pessoa, Maria de Fátima P. Alberto	2015	Psicologia	Artigo
Características da atuação do psicólogo na proteção social especial em Santa Catarina	Fabiani Cabral Lima e Daniela Ribeiro Schneider	2018	Psicologia	Artigo

Fonte: elaboração da autora, 2018.

Na pesquisa de dissertação de mestrado intitulada “A rede socioeducativa em meio aberto e os processos de subjetivação de adolescentes”, Silva (2015) apresenta um estudo de abordagem qualitativa com base na Psicologia Histórico-Cultural e na Teoria da Subjetividade, cujo objetivo geral foi compreender os processos de subjetivação de adolescentes em cumprimento de MSEMA na cidade de Manaus. No entanto, tal produção científica foi selecionada por conter a caracterização da rede de atendimento em meio aberto, quando funcionava por meio dos Polos Descentralizados de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade – PDLA/PSC, os quais não estavam totalmente sob a gerência do município. Apesar desta dissertação não tratar diretamente do objeto de pesquisa proposto considero importante por possibilitar a compreensão histórica de como era a rede de atendimento antes do processo de municipalização, que ainda não está concluído, além de fornecer outros detalhes, desde a estrutura física, recursos humanos, projeto pedagógico dos pólos e o próprio atendimento socioeducativo aos adolescentes.

Morais e Malfitano (2014) produziram o artigo “Medidas Socioeducativas em São Paulo: os serviços e os técnicos, o cenário das MSMA no Estado de São Paulo”. Na época foram localizados 129 serviços no Estado, sendo que 55% eram realizados por Organizações Não Governamentais e 41% pelos CREAS e o restante por outros órgãos públicos. O presente estudo apresenta informações gerais sobre a rede de atendimento, recursos humanos disponíveis, atividades desenvolvidas pelos profissionais, bem como a carga horária e remuneração. O artigo oferece um panorama sobre outro estado brasileiro, quase no mesmo período em que foi desenvolvida a pesquisa de Silva (2015), possibilitando estabelecer relações entre elas. Por exemplo, em 2014 cerca de metade dos serviços de atendimento das MSEMA já eram de responsabilidade dos municípios no estado de São Paulo, enquanto em Manaus em 2015 as MSEMA eram executadas sob a responsabilidade do Estado, dentre outras similaridades e distinções.

Outra importante produção científica é o artigo “Atuação profissional de psicologia junto à infância e à adolescência nas políticas públicas da assistência social” (MACÊDO et al, 2015). Sob o aporte teórico da Psicologia Histórico-Cultural e da abordagem quali-quantitativa, os autores entrevistaram 11 psicólogos que atuam na assistência na região do Cariri cearense. Os resultados apontaram para atuações pautadas numa concepção naturalizante, universalista e descontextualizada sobre a infância e a adolescência. Para os autores, tal concepção compromete as ações realizadas pelos profissionais, pois podem apresentar práticas distanciadas do contexto sócio-histórico, mas próximas de controle social ou negando a efetivação de direitos.

Nesse sentido, Ribeiro et al (2014), no artigo denominado “Desafios dos psicólogos dos CREAS do Rio Grande do Norte”, apontam para a necessidade de se consolidar a identidade do psicólogo como um trabalhador da proteção social, sendo necessária a mudança no campo conceitual e técnico da psicologia, que passa pela formação acadêmica e pelo compromisso ético-político. A pesquisa que originou este artigo foi realizada com 20 psicólogos que atuam nos CREAS do Rio Grande do Norte, através da metodologia de grupo de discussão com duração de duas horas, cuja análise foi por meio da Teoria Fundamentada (Grounded Theory).

Lima e Schneider (2018) apresentam um estudo sobre a atuação dos psicólogos nos CREAS de Santa Catarina. Tal pesquisa se caracterizou como descritiva-exploratória, por meio da abordagem quali-quantitativa. Na fase quantitativa foi realizado coleta de dados na

parte de livre acesso ao CadSUAS, sendo identificado 92 CREAS em Santa Catarina, com a existência de 464 psicólogos cadastrados nesses equipamentos. Os dados foram tabulados em planilha do Excel. Já a fase qualitativa foram entrevistados individualmente 18 profissionais, dentre os quais 6 eram psicólogos. Os resultados apontam para um aumento significativo de psicólogos atuando na proteção social especial, comparado com um estudo realizado em 2011, o qual registrava à época 151 psicólogos. Também destaca a interiorização da categoria de psicólogos, com quase metade dos profissionais vinculados a municípios de pequeno e médio porte. A pesquisa também delineou que o vínculo institucional é prevalente como servidor estatutário (68,10%), mas 16,95% ainda estão sujeitos a contratos temporários.

Dentre outros aspectos, destaco a pesquisa supracitada por fornecer um panorama bem atual da prática profissional do psicólogo na assistência social. Segundo as autoras a participação do psicólogo está passando por um momento de transição, de superação de práticas clínicas individualizantes para um contexto mais interdisciplinar e intersetorial, produzindo novos saberes e fazeres.

Os trabalhos selecionados de diferentes áreas sobre a atuação da equipe técnica alargaram e problematizaram o lugar destinado à equipe de referência dos CREAS, de forma interdisciplinar, inclusive do ponto de vista da produção do conhecimento. Tresoldi (2015) se utiliza a pesquisa-ação como método, da psicanálise como abordagem e da pedagogia como espaço de vivência social, questionando o caráter pedagógico da medida socioeducativa.

Já Quinelatto (2015) parte da trajetória de vida dos jovens em conflito com a lei no interior de São Paulo, com o intuito de compreender o significado que eles atribuem ao transgressor e às práticas socioeducativas. A autora parte da hipótese que o programa mais reproduz a cultura de rua do que atinge os objetivos das práticas educativas. Apesar de ambas as teses serem voltadas para as vivências dos adolescentes no contexto da socioeducação, considero importante ampliar as concepções sobre o serviço de acompanhamento, abrindo espaço para a crítica e para o diálogo.

Na dissertação de Varela (2015), intitulada “Medidas socioeducativas em meio aberto: perspectivas a partir de uma unidade de atendimento do Distrito Federal”, no âmbito da antropologia, a partir da pesquisa de campo foram identificadas variações nos discursos dos técnicos, desde visões tutelares, disciplinares e repressivas até aquelas que privilegiam a liberdade de escolha dos sujeitos sua emancipação e autonomia.

Devido ao volume reduzido da produção acadêmica voltada especificamente para atuação da equipe técnica, foram incluídos também trabalhos mais direcionados para os aspectos gerais do cumprimento da medida socioeducativa, assim como aqueles que versavam sobre os adolescentes. Esses produtos científicos possibilitaram uma melhor compreensão do serviço de acompanhamento realizado pelos profissionais.

De modo geral, a revisão de literatura sobre o fazer das equipes técnicas aponta para dificuldades enfrentadas devido a questões estruturais, como a não-municipalização das medidas, e questões referentes às concepções e práticas dos profissionais, as quais eram discordantes da perspectiva proposta pelo ECA. Concepções naturalizantes e práticas orientadas pelo modelo clínico foram avaliadas na produção científica como problemáticas ao atendimento efetivamente socioeducativo.

No tocante específico à atuação dos psicólogos, os artigos levantam o aumento do número de profissionais atuando neste contexto. Temas como contradições entre práticas tutelares e emancipatórias emergiram, revelando que, ao menos em parte, as questões relativas às práticas das equipes técnicas no meio aberto coincidem com as dos profissionais do meio fechado, na não superação de práticas orientadas ao controle e disciplina ou a coexistência destas com práticas de cunho pedagógico-inclusivas.

2.4 A Clínica da Atividade: teoria, método e horizontes de transformação do trabalho socioeducativo

O trabalho exerce função central na vida das pessoas. Desde muito cedo somos formatados na relação com o mundo escolar para bem aprender, a fim de escolher uma profissão que nos seja satisfatória, porém nem sempre as pessoas exercem suas atividades com satisfação, pode até ser mesmo por pura obrigação ou apenas pela sustentação das necessidades básicas. Seja qual for o significado atribuído ao trabalho, o trabalho faz parte da nossa constituição identitária.

Segundo Borges e Yamamoto (2014) foi com o surgimento do capitalismo que nasceu a concepção de trabalho como sendo vital e único meio de obter sucesso econômico, tal concepção foi apoiada pelo protestantismo e também com o advento da administração clássica.

Silva (2011) aponta que uma das características principais do trabalho humano em seu surgimento é que ele sempre foi planejado por aqueles que o executavam, mas com a evolução do processo de trabalho nos seus diversos momentos históricos a divisão entre quem pensa e quem faz, tornou-se cada vez mais acentuada. Para a autora, tal “divisão executou o corte e amputou a concepção do trabalho da atividade do trabalhador” (SILVA, p. 161, 2011).

A cisão entre a concepção e a execução do trabalho possibilitou maior exploração da força de trabalho, além de implicações para a saúde psicossocial do trabalhador, pois há um corte identitário sobre a forma como ele pensa e se relaciona com o próprio trabalho (SILVA, 2011).

Ciente dessas nuances, procurei me aproximar de uma metodologia de pesquisa que procurasse romper com essa separação, de modo que convidasse os participantes a pensar sobre aquilo que estavam executando e atentando a como esses movimentos eram percebidos por eles.

Apesar deste estudo se pretender ser de caráter eminente social, isto é, ancorado epistemologicamente, eticamente e politicamente com uma psicologia voltada para o social, neste caso, preocupado com os desdobramentos da prestação de serviço ao público de adolescentes cumprimentos de medidas socioeducativas e como tais configurações reverberam na vida destes meninos e meninas, a necessidade de compreensão do método escolhido para obtenção e análise dos dados, fez suscitar uma aproximação com a Psicologia do Trabalho, a fim de entender como os aportes teóricos, pressupostos e aplicações da clínica do trabalho escolhida poderiam auxiliar na construção do conhecimento a respeito do problema de pesquisa. O presente tópico visa apresentar a Clínica da Atividade a partir do pensamento de seu proponente, o teórico francês Yves Clot, considerando a contribuição possível deste referencial como lentes teóricas e método de trabalho no campo, nesta pesquisa.

2.4.1 Clínica da Atividade: principais conceitos

Compreende-se por “Clínicas do trabalho um conjunto de teorias que têm como o foco de estudo a relação entre trabalho e subjetividade” (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, p. 3). Segundo esses autores as clínicas do trabalho podem ser apresentadas em quatro grandes grupos: a psicodinâmica do trabalho, a clínica da atividade, a psicossociologia e a ergologia.

Cada uma delas apresenta conceitos específicos tanto para o termo subjetividade como para o termo trabalho, assim como modos diferentes de compreensão das situações de trabalho e dos processos de subjetivação (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011).

A clínica do trabalho aproxima-se de uma clínica social, mas que também contempla as vivências de sofrimento, neste caso, ancoradas nas experiências objetivas e subjetivas de trabalho. Não se trata, tampouco, de uma clínica do sofrimento ou do “trabalho psiquicamente nocivo”, pois, embora atenta ao sofrimento e aos aspectos deletérios do trabalho, ela transcende estes e também enfatiza os processos criativos e construtivos do sujeito, bem como sua capacidade de mobilização, de agir e de resistência face ao real do trabalho (BENDASSOLLI E SOBOLL, 2011, p. 3).

Nesta pesquisa, optei como teoria de referência pela Clínica da Atividade, primeiramente, pelo uso da metodologia proposta por essa clínica, bem como por ela estabelecer um diálogo epistemológico em consonância com o desta pesquisadora, a partir da visão de sujeito enquanto ser social, histórico e dialógico. A Clínica da Atividade tem sua origem a partir da década de 1990 na França, tendo como fundamento a teoria histórico-cultural de Vygotsky e a linguística de Bakhtin, tendo principal propositor Yves Clot (BENDASSOLLI E SOBOLL, 2011; PINHEIRO et al, 2016; OSÓRIO DA SILVA et al, 2017). No entanto, recorre a outros autores para sustentar sua teoria, como Leontiev, Wisner, Le Guillant, Ivar Oddone, dentre outros. (CLOT, 2010a; 2010b). Segundo o próprio Clot, “a clínica da atividade é uma metodologia de ação para mudar o trabalho, cujo intuito é desenvolver o poder de ação dos profissionais sobre seu meio do trabalho, sobre a organização e sobre si mesmos” (CLOT, 2017, p. 18).

Para compreendermos o conceito de atividade desenvolvido por Clot, é preciso adentrar primeiramente no conceito de observação. Clot discute a questão da observação do trabalho a partir dos estudos de Henry Wallon, psicólogo clínico francês que praticava observação com crianças. Para Wallon *apud* Clot “a atenção que o sujeito sente fixada sobre si parece, por uma espécie de contágio, muito elementar, obrigá-lo a se observar [...] É como uma inquietação, uma obsessão da atitude a adotar. É a necessidade de se adaptar a presença de outrem” (2010a, p. 223).

Nesse sentido, Clot afirma que há dois resultados ao se observar alguém realizando uma atividade. O primeiro diz ao conhecimento que o observador obtém sobre a atividade durante a observação e, o segundo, produz atividade no próprio observado, uma espécie de “diálogo interior [...] então o observado procura se apresentar da melhor forma possível, e representar aquilo que o outro quer ver. E isso provoca alguma coisa que não se vê, que é o

diálogo interior do trabalhador, se observando no momento mesmo que os outros o observam” (CLOT, 2010a, p. 224). Logo, em Clínica da Atividade, parte-se de uma postura de não neutralidade quanto à presença do pesquisador.

A questão central para Clot era o que fazer com o diálogo interior do observado. Tal inquietação levou Clot ao desenvolvimento dos métodos da autoconfrontação cruzada e da instrução ao sócia, método que permitiu dar um destino ao diálogo interior surgido durante a observação, que segundo ele, é a primeira contribuição da Clínica da Atividade: “a reconceituação da questão da observação” (CLOT, 2010a, p. 224).

Clot toma como herança da ergonomia a observação, e da psicopatologia do trabalho, a palavra. Porém, a observação que a clínica da atividade se propõe a fazer é emergir o diálogo interior, para em seguida realizar os diálogos profissionais. Logo, a observação não está no plano oposto à palavra, mas assume um caráter dialógico (CLOT, 2010a).

A palavra, na clínica da atividade, não é para escutar o vivido. A palavra é feita para agir, é um diálogo profissional para transformar a situação, e, portanto, é um diálogo para manter o vivido vivo. Não é um diálogo para apreender o vivido ou para conhecê-lo. É um diálogo para que o vivido se transforme, se desenvolva, na ação dialógica e na observação em curso do diálogo (CLOT, 2010a, p. 225).

Para Clot, “a atividade não é o contrário da subjetividade [...] A subjetividade é uma atividade sobre a atividade. É a minha atividade ou a atividade do meu colega como objeto de pensamento” (2010a, p.225). Por isso, ele assume como herança tanto a observação como a palavra na construção da clínica da atividade. De modo que na observação (atividade) se produz uma palavra (subjetividade) sobre uma determinada atividade. De modo que a observação atua sobre a consciência, espaço e funções psíquicas e a consciência opera pela palavra. Logo, a palavra não é representação, mas expressão.

No entanto, Clot (2010a) adverte para não confundir o termo atividade com a realização de movimentos. Segundo Clot, atividade tem relação com se sentir ativo. Por exemplo, a pessoa pode está se mexendo muito e ser completamente passivo numa dada situação, ou pode estar muito agitada, justamente porque não poder ser ativa numa outra situação.

Clot (2010a) retoma de Tosquelles a ideia de que atividade não é apenas aquilo que se move, ou seja, não é apenas o que se pode observar e descrever. Logo, a atividade não é

apenas a atividade realizada, visível. De forma similar, Clot utiliza os escritos de Suzanne Pacaud quando ela afirma: “o homem se manifesta frequentemente pelo que ele faz, mas muitas vezes e, sobretudo, pelo que ele não faz” (PACAUD APUD CLOT, 2010a, p. 226). A atividade é um conceito central na clínica da atividade, sendo compreendido por Clot a partir do seguinte prisma:

A atividade é aquilo também que não se pode fazer, aquilo que não se faz, que gostaríamos de ter feito, é aquilo que guardamos no estômago, é a atividade (re)engolida, impossível, as atividades suspensas, as atividades impedidas. Não foi realizado, mas faz parte da atividade. É por isso que podemos dizer que a atividade realizada não tem o monopólio do real da atividade, o real da atividade é muito mais vasto que a atividade realizada (CLOT, 2010a, p. 226).

Dessa forma, Clot avança sobre o conceito de **atividade**. Enquanto a ergonomia francesa insistia na distinção entre tarefa prescrita e atividade realizada. A tarefa prescrita é tudo aquilo que deve ser feito pelo trabalhador e a atividade realizada é aquilo que efetivamente o trabalhador realiza (CLOT, 2010b). Clot reconhece o valor desse par conceitual, mas entende que foi preciso dar um passo além, quando afirma que “não há convergência entre a atividade realizada e a atividade real” (CLOT, 2010b, p. 103). Considerando o conceito de atividade acima mencionado.

Para embasar seus argumentos Clot recorre aos escritos de Vygotsky, quando o autor russo afirma “o homem está pleno, em cada minuto, de possibilidades não realizadas” (VYGOTSKY APUD CLOT, 2010b, p. 103). Para Clot essas possibilidades não realizadas também são fonte de possíveis atividades, conforme afirma Clot comentando os escritos de Vygotsky “A atividade realizada é a atividade que venceu entre muitas outras atividades possíveis, a atividade que venceu é apenas uma das possibilidades” (CLOT, 2010a, p. 226). De base desse argumento Clot introduz o conceito de real da atividade.

O real da atividade é, igualmente, o que não se faz, o que se tenta fazer sem ser bem sucedido – o drama dos fracassos – o que se desejaria ou poderia ter sido feito e o que se pensa ser capaz de fazer noutro lugar. E convém acrescentar – paradoxo frequente – o que se faz para evitar fazer o que deve ser feito; o que deve ser refeito, assim como o que se tinha feito a contragosto [...] As atividades suspensas, contrariadas, impedidas, até mesmo, as contraatividades (CLOT, 2010b, p. 104).

Para o referido autor, a atividade é triplamente dirigida e representa a unidade elementar de análise, que ele denomina de célula viva.

Para Clot, o trabalho é considerado como atividade triplamente orientada: para si próprio, quando sujeito aporta, no contexto da realização de sua atividade, suas “pré-

ocupações” (motivos, objetivos, questões de outras esferas de vida) e quando espera algo do trabalho (por exemplo, maestria, qualidade, contribuição para um coletivo); orientado para a atividade do outro, afinal, o trabalho é sempre coletivo, compartilhado; e orientado para o “real”, ou seja, para o objeto da atividade (BENDASSOLLI, 2011, p. 80).

Nessa concepção, entende-se que a subjetividade é construída pela e na atividade (BENDASSOLLI E SOBOLL, 2011). Clot busca vincular a atividade e a subjetividade, incluindo esta última na análise do trabalho, pois compreende a formação da consciência a partir da tradição vygotskyniana, que une, na atividade, o pensamento, a linguagem e as emoções do sujeito (CLOT, 2007). Afirmo, pois, “a função psicológica do trabalho no interior de uma psicologia histórico-cultural que atribui um lugar central às realidades materiais e simbólicas do mundo exterior” (CLOT, 2007, p. 92).

Clot (2010b) aponta a necessidade de se fazer uma análise do trabalho de forma mais integradora, não desvinculando o funcionamento cognitivo da vida fisiológica, cognitiva e afetiva. Ele sugere a ideia de “multi-pertinência” da atividade dos sujeitos, engajados em vários mundos ao mesmo tempo” (CLOT, 2007, p. 28). Logo, a atividade de trabalho possui um caráter situado, histórico e relacional que deve ser compreendida a partir do gênero profissional.

Segundo Clot (2007), o conceito de **gênero profissional** na clínica da atividade assume uma de grande relevância da vida coletiva no trabalho. Pode ser entendido como uma construção coletiva e individual que se retroalimentam mutuamente, na medida em que as competências individuais se apoiam na cultura profissional coletiva e, ao mesmo tempo, esta referência social é base para que o indivíduo se expresse, isto é, interaja com o social.

O Gênero possui um componente impessoal, genérico, denominado por ele de corpo interposto. Trata-se de um conjunto de regras “pré-ordenadas”, formais ou informais, explícitas ou implícitas, que circunscrevem um referencial comum sobre determinadas habilidades de um coletivo numa dada situação de trabalho, porém tal circunscrição não é fixa ou imutável (CLOT, 2010b).

Pode-se defini-lo como um sistema flexível de variantes normativas e de descrições que comportam vários cenários e um jogo de indeterminação que nos diz de que modo agem aqueles com quem trabalhamos, como agir ou deixar de agir em situações precisas; como bem realizar as transações entre os colegas de trabalho requeridas pela vida comum organizada em torno de objetivos de ação (CLOT, 2007, p. 50).

Para Clot (2007), o gênero tem uma função organizadora e reguladora das relações entre os profissionais, na medida em que “diz, sem o dizer, o que deve fazer em tal ou qual situação, representa o sistema simbólico com que a ação individual deve relacionar-se” (CLOT, 2006, p.50). De modo que o gênero “se apresenta como uma espécie de senha para saber o que é possível ou não esperar de uma situação. Aquilo que é permitido ou proibido em um *métier*¹⁶” (CLOT, 2007, p. 100).

O gênero se atravessa como um “corpo intermediário” tanto entre os sujeitos, quanto entre eles e o objeto de trabalho, vinculando entre si os envolvidos numa dada situação e não precisa nem ser enunciado, porque “regulam atividade pessoal de maneira tácita” (CLOT, 2007, p. 42). Logo, é transmitido de forma indireta e na realização da atividade.

O termo gênero é emprestado das formulações de M. Bakhtine sobre os gêneros linguísticos. Para esse autor, a fala não está dissociada dos repertórios disponíveis que os falantes dispõem num dado contexto, trata-se da língua em uso. Clot (2007, 2010) relaciona a noção de gênero linguístico com o gênero profissional, ou seja, assim como a língua falada depende de uma situação real e contingente para ser compreendida, de maneira similar, o gênero profissional está associado a situações do mundo do trabalho que é comum a um coletivo de trabalho.

O gênero é “a parte subentendida da atividade” (CLOT, 2010b, p. 121), aquilo que é comum aos trabalhadores, que eles reconhecem como comum a suas atividades, funciona como um instrumento coletivo para a ação individual de cada um, que nem sequer precisam ser verbalizadas, pois “estão entranhadas na carne dos profissionais, pré-organizam suas operações e sua conduta” (IDEM, p. 121), que permite aos trabalhadores a inferência de como eles devem se relacionar e agir nas situações de trabalho, gerando um repertório de ações possíveis ou não de serem realizadas.

Eles são os antecedentes ou os pressupostos sociais da atividade em curso, uma memória transpessoal e coletiva que confere seu conteúdo à atividade pessoal em situação: maneira de comportar-se, de dirigir a palavra, de encetar uma atividade e de levá-la a termo, de conduzi-la eficazmente a seu objeto (CLOT, 2010, p. 123).

O gênero é também uma memória que se desenvolve ao longo da história de um coletivo de trabalho. Contudo, é uma memória que faz referência as situações anteriores, mas serve também para antecipar problemas. Segundo Clot (2010b, p. 124), “uma memória para

¹⁶ Em francês “*métier*” corresponde ao ofício, à profissão, ao trabalho que se realiza.

pré-dizer. Um pré-elaborado social”. Logo, possui também um caráter preventivo frente às experiências negativas dos trabalhadores, já que ele funciona como um estoque de possibilidades mediante as vivências que foram construídas, principalmente entre os novatos e os mais antigos.

Apesar de o gênero orientar a atividade individual, ele não pode ser compreendido como uma régua, pois “não é o gênero que explica a atividade e sim esta que explica o gênero” (LIMA, 2007, p. 101). Conforme Clot (2007) para que o gênero continue vivo e não “necrose”, é preciso que os indivíduos tenham a possibilidade de criar, de variar, de recriar o próprio gênero.

Quando o trabalhador incorpora esse gênero a sua própria atividade, ele cria um **estilo**, isto é, um modo único de realizar o seu fazer, mas que se alimenta do gênero, impedindo que o “estilo se transforme num atributo psicológico do sujeito” (CLOT, 2010b, p. 126). O estilo individual é maneira como o trabalhador define como aceitável ou inaceitável as transformações necessárias e possíveis do gênero nas situações reais de trabalho, ou seja, como ele incorpora o gênero na própria atividade (CLOT, 2007; 2010b).

Dessa forma, segundo Clot (2010b) o gênero se renova graças às variações estilísticas, ao passo que o estilo se alimenta do gênero. No entanto, Clot alerta para diferença entre transgressão e estilo. Segundo ele, enquanto a primeira seria a falência do gênero, o segundo seria a vitalidade do gênero (CLOT, 2010b). Por isso, Clot (2007, 2010b, 2017) entende que a última palavra nunca pode ser dita, ou seja, o gênero se renova constantemente.

Clot (2011, 2017) apresenta quatro registros para o *métier*: pessoal, impessoal, interpessoal e transpessoal. É pessoal quando incorporado pelo trabalhador, a partir das experiências vividas procura desenvolver ações para atingir o objetivo. Ele é interpessoal porque precisa de um destinatário, pois o gesto que é pessoal é dirigido aos pares. Logo, ele permanece ou não a partir das trocas dos profissionais. A dimensão impessoal é aquela que envolve as funções prescritas, a organização e condições do trabalho. Por fim, a dimensão transpessoal é aquela que está viva não só no presente, mas atravessa passado e se projeta no futuro, atravessa gerações e ninguém é seu proprietário.

Segundo Clot (2017), o *métier* transpessoal se revitaliza no curso das atividades interpessoais e pessoais. É essencial para organização do gênero profissional, exercendo

função psicológica sobre as atividades dos profissionais, pois “ele organiza as atribuições e as obrigações ao definir essas atividades independentemente das características subjetivas dos indivíduos que as executam em tal momento particular” (CLOT, 2010b, p. 125). Por isso, ele regula as relações interprofissionais e não as relações intersubjetivas.

Porém, também é preciso “conhecer sobre o *métier* impessoal é vital para imaginar o que podemos nos tornar ou não, o que poderíamos fazer além daquilo que já fazemos” (CLOT, 2017, p. 20). A Clínica da Atividade parte do processo dialógico entre os profissionais para avançar na retomada do desenvolvimento criativo do coletivo, onde as controvérsias profissionais entre os pares, com suas convergências e divergências, ganham força no coletivo.

A clínica da atividade tem por finalidade a **transformação da situação de trabalho** por meio dos próprios trabalhadores, a partir de métodos que suscitem neles o poder de agir (CLOT, 2010b; 2017). Segundo Clot (2010b), o poder de agir está relacionado com a atividade e pode variar conforme o sentido e a eficiência que o trabalhador atribui às suas ações, ou seja, a eficácia, que por sua vez, segundo o referido autor, está vinculado ao desejo do “trabalho bem feito”.

2.4.2 Clínica da Atividade e Saúde

Clot (2010a) inicia esse tema a partir do trabalho do psiquiatra Tosquelles, que é um dos libertadores dos doentes mentais dos hospitais psiquiátricos durante a guerra, devido aos constantes bombardeiros. Tosquelles constatou que ao inseri-los nos dramas da vida real, propiciava neles saúde mental. É considerado o inventor da ergoterapia, buscando usar o trabalho como terapia.

O teórico acima citado faz uso da definição de Tosquelles sobre a ergoterapia - “Não se trata de fazer os doentes trabalharem, para diminuir tal ou qual sintoma. Trata-se de fazer trabalhar os doentes e o pessoal que os cuida para cuidar da instituição” - e a transporta para a análise do trabalho: “Não se trata de cuidar do trabalhador, trata-se de, no método da ação, fazer trabalhar os trabalhadores para cuidarem do trabalho” (CLOT, 2010a, p. 222).

Quando ele afirma que é preciso cuidar do trabalho, quer dizer “fazer um bom trabalho, é a qualidade do trabalho bem feito que é uma fonte de saúde” (CLOT, 2010a, p. 222). Dessa forma, o autor associa a concepção de saúde mental ao trabalho. Redescobrir com

os profissionais os “prazeres do bem-fazer” (CLOT, 2017, p.18), é o que ele considera fonte da saúde mental. Para Clot a melhor garantia da saúde tem relação com “a qualidade do trabalho, que é também da beleza do gesto bem feito, da coisa bem pensada, da coisa alcançada” (2006, p. 105).

De modo que cuidar do trabalho é transformar a organização do trabalho. Essa é uma forma de abordagem de ação. Criar situações e encontrar técnicas nas quais se transformem os trabalhadores em sujeitos da situação, fazendo-nos protagonistas da transformação (CLOT, 2010a, p. 222).

Para Clot a qualidade do trabalho está relacionada com construção coletiva dos trabalhadores na defesa do gênero, onde o coletivo funcionaria como um “muro de proteção contra o sofrimento no trabalho” (CLOT, 2013, p. 8). Na medida em que os coletivos não são fortalecidos, o gênero profissional se enfraquece, pois deixa de haver um compartilhamento das experiências, daquilo que se dá como possível ou impossível, ante o real da atividade.

Segundo Lima, “quando há degenerescência do gênero, há degenerescência da atividade, o que pode favorecer o desenvolvimento de patologias e também a ocorrência de acidentes no trabalho” (2007, p.101).

Dessa forma, o coletivo de trabalho tem uma força social, organiza os trabalhadores para interferir na organização do trabalho, mas também norteia e protege os sujeitos quanto às possibilidades do próprio fazer. Conforme nos esclarece Bendassolli, “sem tais critérios coletivamente compartilhados, o sujeito fica em contínua dúvida e dilema sobre como realizar seu próprio trabalho. Mais do que isso, o sujeito é privado do reconhecimento pelo outro” (2011, p. 74).

Clot (2010b) enfatiza suas contribuições sobre a psicopatologia do trabalho a partir dos escritos de L. Le Guillant, o qual introduz “as energias do negativo na análise do trabalho” (p. 101), tudo aquilo que “escapa ao sujeito é parte integrante da atividade, componente de seus conflitos, aliás, ao ponto de ser, às vezes, a origem da mais monopolizadora das fadigas” (CLOT, 2010b, p. 101). Logo, as atividades impedidas e não realizadas devem ser consideradas na análise da saúde do trabalhador. Clot (2007) também relata o aumento da fadiga do trabalhador devido ao esforço realizado para conter suas ações.

Importante destacar que Clot (2007; 2010b) adota a definição de saúde trazida por Georges Ganguilhem, que se prova não pela ausência da doença, mas pelo desvio da patologia. Nas palavras de Ganguilhem retomadas por Clot “estar com boa saúde é poder cair doente e se recuperar, é um luxo biológico”, “sentir-se mais do que normal”, “capaz de seguir

novas normas de vida”, “instigador de normas, sujeito vivo de uma normatividade” (GANGUILHEM APUD CLOT, 2007, p.105).

Dessa forma, Clot associa o conceito de saúde ao poder de agir do sujeito, capaz de desenvolver suas atividades, de se reinventar, de afetar e ser afetado, mas amparado pelo contexto e organização do trabalho, cujo pano de fundo é o coletivo, alicerçado no gênero profissional.

A saúde é um poder de ação sobre si e sobre o mundo, adquirido junto dos outros. Ela está ligada à atividade vital de um sujeito, àquilo que ele consegue, ou não, mobilizar de sua atividade pessoal no universo das atividades do outro; e, inversamente, àquilo que ele chega, ou não, a utilizar das atividades do outro no seu próprio mundo (CLOT, 2010b, p. 111).

2.4.3 Psicologia histórico cultural e a Clínica da Atividade

A presente pesquisa parte da perspectiva teórica da Psicologia Histórico-Cultural, a qual tem como um dos seus principais expoentes o pesquisador russo Lev Semenovich Vygotsky (ZANOLLA, 2012). Sob essa perspectiva, resguardadas as diferenças das teorias que dela derivam, há um entendimento de que o fenômeno psicológico é concebido na relação dialética entre o “mundo material e social, mundo este que só existe pela atividade humana” (BOCK, 2007, p. 23). Termos como personalidade, identidade e subjetividade, embora não sejam equivalentes semânticos e guardem maior correspondência a um ou outro referencial teórico-epistemêmico da Psicologia, são adotados por diferentes autores vinculados à abordagem histórico-cultural, mantendo certa aproximação. Adoto prioritariamente a terminologia de González Rey, o qual postulou uma teoria da Subjetividade.

A subjetividade individual se produz em espaços sociais constituídos historicamente; portanto, na gênese de toda subjetividade individual estão os espaços constituídos de uma determinada subjetividade social que antecedem a organização do sujeito psicológico concreto, que aparece em sua ontogenia como um momento de um cenário social constituído no curso de sua própria história (GONZÁLEZ REY, 2003, p.205).

Segundo González Rey (2003) os processos de subjetivação individual e social estão mutuamente imbricados, coexistindo, influenciando-se e se integrando. De modo que a “a condição de sujeito individual se define somente dentro do tecido social em que o homem vive, no qual os processos de subjetividade individual são um momento da subjetividade

social, momentos que se constituem de forma recíproca sem que um se dilua no outro” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 206).

Conceito vital para compreender o funcionamento psicológico na teoria de Vygotsky é o de mediação (ZANOLLA, 2012; MARTINS e MOSER, 2012; OLIVEIRA, 2002). “Mediação, em termos genéricos, é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento” (OLIVEIRA, 2002, p. 26). Para Vygotsky a relação do homem com o mundo se dá por meio da mediação, através de dois elementos mediadores: os instrumentos e os signos (OLIVEIRA, 2002).

O processo de mediação, por meio de instrumentos e signos, é fundamental para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, distinguindo o homem dos outros animais. A mediação é um processo essencial para tornar possível as atividades psicológicas voluntárias, intencionais, controladas pelo próprio indivíduo (OLIVEIRA, 2002, p. 33).

Yves Clot retoma em diversos trabalhos (2006a, 2007, 2010a, 2010b, 2017) a utilização dos escritos de Vygotsky, fundador da Psicologia Histórico-Cultural. Já na introdução da obra *A função psicológica do trabalho* (2007), Clot assume que vai desenvolver o conceito de atividade a partir da escola russa de psicologia, principalmente através de Vygotsky.

Na perspectiva histórico-psicológica que adotamos, o desenvolvimento de um sujeito não é, além disso, uma corrida rumo a uma meta conhecida de antemão. Seu modelo não é embriológico, pois o desenvolvimento só é unidirecional e predeterminado fora das situações reais. O real se encarrega de transformar o desenvolvimento esperado em história não realizada (CLOT, 2007, p. 13).

Partindo dessa perspectiva, Clot entende o desenvolvimento não é um constructo inato, mas que se constrói na história de vida dos sujeitos, na situação real. Dessa forma, Clot procura aproximar a psicologia do desenvolvimento elaborada por Vygotsky com o desenvolvimento na atividade de trabalho.

Clot (2006a) elenca os principais temas abordados por Vygotsky que considera pertinente para a construção da sua teoria, como segue: a presença do conflito; as paixões e os afetos não estão dissociados do corpo e o inconsciente. Segundo Clot, não há psicologia para Vygotsky sem o inconsciente: “o homem é repleto, a cada minuto, de possibilidades não realizadas” (VYGOTSKY *apud* CLOT, 2010b, p.31).

Nesse sentido, Clot (2006a, p. 21) acrescenta que o “comportamento realizado, que se pode observar, é apenas uma ínfima parte do que é possível no comportamento [...] pode-se dizer que cada um de nós está repleto, em cada instante, de possíveis não realizados”.

Clot (2006a) retoma a importância de Vygotsky à tona a questão do social. No entanto, a concepção de social não é desvinculada do indivíduo singular. De modo que é uma “abordagem não apenas muito social, mas também muito subjetiva, porque no fundo o que ele diz, é que o social está vivo se, de uma certa maneira, ele está acordado permanentemente pela atividade singular, subjetiva” (CLOT, 2006a. p. 23).

Clot (2006b) afirma que o método desenvolvido por ele há uma concepção vygotskyana, no que tange a relação linguagem, pensamento, bem como relação social individual. O que fundamenta o conceito de coletivo de trabalho, quando afirma que “o pensamento se desenvolve na discussão, na confrontação e, portanto, a controvérsia é a fonte do pensamento [...] A descoberta prática é de que o diálogo profissional é uma fonte do pensamento individual, assim, o coletivo é uma fonte do pensamento individual” (CLOT, 2006b, p. 106).

2.4.4 O método da Autoconfrontação

Na Clínica da Atividade a intervenção é composta de várias etapas: primeiramente, o pesquisador (*inteveniant*) se aproxima dos trabalhadores com quem irá desenvolver a pesquisa, explica-lhes o método e os convida a participar, em seguida decidem juntos às situações que serão filmadas.

Após a filmagem, realiza-se a autoconfrontação simples. O trabalhador assiste ao vídeo de sua atividade junto com o pesquisador e é estimulado a tecer comentários sobre o filme, solicitando que avalie suas próprias ações, este processo também é filmado. Já na autoconfrontação cruzada os pares dos profissionais assistem a filmagem da atividade do outro e iniciam um diálogo em torno da atividade, elaborando comentários sobre o estilo de ação de cada um, processo que também é filmado.

Por fim, é apresentado ao coletivo um recorte das filmagens que foram realizadas e um trabalho de análise, é proposto sob a forma de organização dos discursos que emergem das fases anteriores. Um espaço é aberto aos trabalhadores para que eles comentem mais a

respeito de suas práticas, de como eles compreendem o que fazem e de como eles elaboram a partir dessa compreensão, ou seja, o que eles farão com base na fala sobre este fazer.

Neste sentido, Messias e Perez (2013) apontam que a autoconfrontação pode ser considerada, simultaneamente, um dispositivo voltado para a coleta de dados científicos e, também, um procedimento que estimula e organiza a reflexão e a transformação do processo laboral pelos próprios trabalhadores.

Integrando a base histórico-cultural que dá sustentação à teoria de Yves Clot e o método por ele proposto, a transformação do trabalho – ou do real, ocorre por meio da reflexão do trabalhador, que constrói novos quadros narrativos ao instituir sentido para a sua prática. As confrontações simples e cruzadas potencializam o movimento coletivo a partir da reflexão sobre os estilos profissionais e os desafios face aquilo que é identificado como o essencial na tarefa. É possível, por meio desta teoria e método, compreender como se constitui o gênero profissional (social e transversal, que institui uma forma de produzir a atividade), e de que modo o estilo profissional (individual, ativo e criativo), modifica o trabalho, como microrrevoluções que engendram novos movimentos e mudanças.

3 AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO NA CIDADE DE MANAUS/AM

No ano de 2018, a Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, realizou uma pesquisa por meio de questionário eletrônico referente aos dados de 2017 das MSEMA no país, contou com bom retorno de 97% das unidades participantes, com informações de adolescentes acompanhados tanto pelos CREAS quanto por outras instituições.

Apesar da pesquisa e deste tópico referir-se aos dados de Manaus, em se tratando de ações desenvolvidas em esfera e competência municipal, inicio trazendo dados do estado do Amazonas, sobretudo porque Manaus, sua capital, possui 2.182.763, ou seja, aproximadamente 52,7% da população do estado, segundo Estimativas da população com referência a 1 de julho de 2019 (IBGE,2019). Conforme dados deste Relatório, dentre os 62 municípios do Amazonas, apenas 06 não respondeu ao formulário. No entanto, apesar da expressiva participação, a região centro-oeste do estado não soube informar grande parte das

variáveis, fato que sinaliza para os coordenadores da pesquisa a necessidade de aprofundar a formação nos próximos ciclos de gestão (BRASIL, 20019).

No maior estado da federação em área territorial, apenas dez municípios possuem equipe técnica exclusiva para o acompanhamento às MSEMA nos CREAS, incluindo a capital Manaus. Nos demais municípios o serviço é executado pelas equipes de referência dos CREAS, ou seja, essas equipes atendem toda a demanda do CREAS. (BRASIL, 2019)

A maioria está inscrita no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Apenas quatro municípios afirmaram haver uma comissão intersetorial do SINASE instalada em 2017, Atalaia do Norte, Iranduba, Parintins e Fonte Boa, porém não significa que estejam em atividade. Somente 13 municípios informaram terem desenvolvido planos municipais de atendimento. Com exceção de Manaus, todos os municípios respondentes apresentam presença estável de todos os tipos de atos infracionais, mas roubo e tráfico de drogas são mais prevalentes da capital (BRASIL, 2019).

Na descrição sobre a situação das medidas socioeducativas no município de Manaus, é destaque na referida pesquisa os seguintes elementos: a) a composição da equipe e área de abrangência; b) a demanda de adolescentes para cada CREAS e c) a relação de atos infracionais praticados, dentre outras.

As primeiras informações são referentes ao ano de 2017, divulgadas pela Gerência do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas LA e PSC, constando número de atendimentos por CREAS, tipo de medida cumprida e ato infracional cometido. Em 2019, no curso da pesquisa, tive acesso às informações referentes ao ano de 2018.

A execução das medidas socioeducativas em meio aberto em Manaus é de responsabilidade da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania – SEMASC, gerenciado pelo Departamento de Proteção Social Especial – DPSE / Média Complexidade, sob chefia direta do Serviço de Proteção Social ao Adolescente em Cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e PSC), executado nos cinco CREAS existentes no município, localizados nas zonas Norte, Leste, Sul, Centro-Sul e Centro Oeste, todos com equipes técnicas exclusivas para o acompanhamento das medidas, conforme explicitado no Anexo 01.

Com base no documento mencionado, observamos as áreas de abrangência dos respectivos CREAS do município de Manaus, assim como a composição da equipe técnica de referência e os respectivos CRAS de referência para cada território. Destaco que em três CREAS há apenas uma psicóloga e uma assistente social (CREAS SUL, CENTRO-SUL e CENTRO OESTE) e nos CREAS NORTE E LESTE há duas equipes de referência devido à demanda do território quanto à incidência do cometimento de atos infracionais, não obstante, a demanda todos os CREAS está acima da estabelecida pelos padrões do SINASE.

Ressalto que não há pedagogas em nenhum CREAS no município estudado, fato que reverbera na prática profissional da equipe de referência, pois a falta dessa categoria profissional é apontada pelas profissionais como uma lacuna que precisa ser suprida ante a necessidade da inserção escolar e acompanhamento junto às escolas acerca do desenvolvimento desses adolescentes. Outra dificuldade é quanto ao acompanhamento jurídico, pois existem apenas de duas advogadas que se revesam entre os quatro CREAS e um terceiro que vai apenas uma vez por semana no CREAS Leste, à época da pesquisa.

Observando os parâmetros da composição do quadro de pessoal previstos no SINASE para as MSEMA, é previsto que cada técnico acompanhe, no máximo, vinte adolescentes (CONANDA, 2006). Podemos verificar a alta demanda ao observar as informações contidas no Quadro 02.

Quadro 02 – Disposição das Equipes Técnicas das Medidas Socioeducativas em Manaus

Unidades	Número de profissionais das equipes técnicas por CREAS	Número de adolescentes cumprindo MSE no ano de 2018	Número de adolescentes por técnico de referência ao mês/ano	Número de adolescentes por CREAS em janeiro de 2019
CREAS NORTE	04	1.428	29,75	163
CREAS LESTE	04	1.038	21,62	143
CREAS SUL	02	608	25,33	73
CREAS CENTRO-SUL	02	539	22,45	72
CREAS CENTRO-OESTE	02	618	25,75	88

Fonte: Relatório de Gestão SEMASC, 2019.

A média de adolescente por técnico apresentada no quadro 02 é bem superior do que a determinada pelo SINASE, além de desconsiderar que a demanda de atendimento não é

uniforme, podendo ter variações significativas ao longo dos meses do ano. Outro ponto crítico que pode ser levantado diz respeito à natureza interdisciplinar do acompanhamento, pois se a recomendação é de vinte adolescentes por técnico, é coerente que tanto a psicóloga quanto a assistente social atendam os mesmos adolescentes, ou seja, não seria vinte por técnico, mas vinte por equipe de referência.

Segundo os números divulgados em 28 de agosto de 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE¹⁷, a capital amazonense atingiu a marca de 2.182.763 habitantes, o que corresponde a quase o dobro de todo o estado do Amazonas que está com população estimada em 4.144.597 habitantes. Manaus ocupa a sétima posição entre as capitais com a maior população do país.

Conforme os parâmetros de referência para definição dos números de CREAS, o qual leva em consideração o porte do município, prevê a implantação de um CREAS para cada 200 mil habitantes. Se atualmente só temos cinco, já daria um déficit de pelo menos mais cinco CREAS para o município de Manaus. No entanto, vale ressaltar que os parâmetros de referência não são definidos apenas segundo o número de habitantes, mas também no diagnóstico socioterritorial e nos dados da vigilância socioassistencial (BRASIL, 2011).

Manaus concentra 83% do número de adolescentes em cumprimento de MSEMA do estado, com prevalência de atos infracionais relacionados ao tráfico de drogas e roubo (BRASIL, 2019).

Com relação à incidência de atos infracionais por sexo, Manaus segue a tendência nacional com grande predominância do masculino sobre o feminino, segundo a pesquisa do MDS de 2018, 89,9% são do sexo masculino e 10,1% do feminino, vide a quadro 03.

Quadro 03 – Incidência de atos infracionais por sexo em Manaus

ANO	MASCULINO	FEMININO
2015	88%	12%
2016	91%	9%
2017	92%	8%
2018	94%	6%

¹⁷ Informação disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>>.

Fonte: Relatório SEMAS 2019. Dados elaborados conforme planilhas da Gerência do Serviço de Medidas 2015-2018.

No quadro 03, podemos observar que a incidência dos adolescentes do sexo masculino é significativamente maior do que a do sexo feminino, seguindo o perfil nacional já discutido. Observa-se que a taxa percentual do sexo masculino vem numa crescente, enquanto a do sexo feminino vem diminuindo ao longo dos anos referenciados (2015 – 2018).

Quadro 04 – Registro Mensal de Atendimentos dos CREAS – 2018

ADOLESCENTES EM MSEMA 2018	CREAS CENTRO SUL	CREAS NORTE	CREAS SUL	CREAS LESTE	CREAS CENTRO OESTE	TOTAL
LA E/OU PSC	565	1.504	604	1.116	651	4.476
LA	325	1.112	517	888	460	3.302
PSC	326	1.167	489	784	483	3.249

Fonte: Relatório SEMAS 2019.

Com base nos dados do Quadro 04, referente ao número de atendimentos aos adolescentes em cumprimento de MSEMA no ano de 2018, registra-se o total de 4.476 atendimentos psicossociais aos adolescentes que cumprem a medida socioeducativa de PSC e LA simultaneamente, 3.302 atendimentos aos que cumprem apenas LA e 3.249 aos que cumprem apenas PSC.

Apesar das dificuldades enfrentadas no cotidiano do serviço, relacionadas à alta demanda de casos para acompanhar, falta de recursos materiais, limitação do transporte para realizar as visitas domiciliares, pois o carro só fica disponível um dia por semana para cada CREAS, além do espaço físico não ser adequado em dois dos cinco CREAS, tanto para realizar os atendimentos, quanto para que as equipes possam trabalhar com tranquilidade, compreende-se que é um número bem expressivo de atendimentos, haja vista as dificuldades anteriormente apresentadas.

Quadro 05 – Adolescentes em cumprimento de MSEMA – 2018 (casos novos)

ADOLESCENTES EM MSEMA 2018	CREAS CENTRO SUL	CREAS NORTE	CREAS SUL	CREAS LESTE	CREAS CENTRO OESTE	TOTAL
LA E PSC	08	56	13	59	32	168
LA	11	24	10	41	14	100

PSC	24	50	24	43	31	172
Total	43	130	47	143	77	400

Fonte: Relatório SEMAS 2019.

Quanto ao cumprimento de MSEMA em Manaus no ano de 2018 há uma prevalência da Prestação de Serviço à Comunidade - PSC sobre a Liberdade Assistida - LA, porém existem situações em que elas são aplicadas de maneira cumulativa, ou seja, o adolescente cumpre a LA e a PSC ao mesmo tempo. Ressalta-se também a maior incidência de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas nos CREAS Norte e Leste, ambos são zonas de alto índice populacional, cuja ocupação ocorreu de forma irregular.

Já a medida de Liberdade Assistida privilegia o convívio social do adolescente, por meio de um processo de acompanhamento, auxílio e orientação. A execução desta medida deve ser acompanhada por técnicos de diferentes áreas do conhecimento, mas de modo que se garanta o atendimento psicossocial e jurídico (CONANDA, 2016). Das duas modalidades existentes de LA - Liberdade Assistida Comunitária - LAC e a Liberdade Assistida Institucional – LAI, só há implantada no município o tipo LAI, sendo realizada em todos os CREAS. Importante lembrar que nesta modalidade, segundo as recomendações do SINASE, cada técnico deve acompanhar até 20 adolescentes.

Os dados apresentados na presente seção permitiram adentrar na questão da implementação e condições de execução da política de atendimento socioeducativo em meio aberto na cidade de Manaus, de modo a construir um quadro contextual sobre como os profissionais de interesse do presente estudo constroem o seu fazer.

4 O PERCURSO METODOLÓGICO OU “OS BASTIDORES DA PESQUISA”

4.1 “Daquilo que vi, ouvi e senti”

Parte I

A primeira vez que encontrei com as profissionais das equipes técnicas que acompanham as medidas socioeducativas em meio aberto em Manaus foi na reunião inicial do projeto “Espaço de Vivência em Socioeducação” no mês de setembro de 2017, em uma

sala no Fórum Enoch Reis, Tribunal de Justiça do Amazonas. Era parte das minhas atividades da disciplina Estágio em Docência I enquanto mestranda em Psicologia: estar presente nos encontros mensais do projeto, bem como participar do planejamento e avaliação, supervisionando alunos de graduação nas atividades de estágio.

Lembro que havia muitas expectativas sobre esses encontros, tanto por parte das profissionais quanto nossas, “povo da UFAM” e equipe do Tribunal de Justiça. Elas¹⁸ traziam nas suas falas, segundo registros de minhas anotações pessoais, as expressões: “superação da solidão”, “tensão”, “silêncio”, “existência de problemas”, “estar com o outro”, “expressão de sentimentos”, “autoria”, “atenção”, “escuta ativa/cuidado”, “desabafo”, “compartilhar realidades”, “resgate histórico”, “vivência afetiva”, “apontamento de soluções”, “reconhecimento potencial/pares”.

De fato, as dificuldades do cotidiano do serviço fazia desabrochar esses sentimentos de impotência, desesperança e fatalismo, aquilo que é escuro¹⁹. Contudo, a possibilidade de estar juntos também fazia transbordar a esperança, a luz do sol que a manhã sempre traz. A sinestesia trazida pelo poeta amazonense passou a fazer muito sentido para mim naquele contexto, pois a alegria de chorar e sorrir juntas trazia também um movimento de resistência ante as dificuldades do trabalho, criando alternativas de colaboração e desenvolvimento profissional.

Aquele compromisso pré-definido para as últimas sextas-feiras do mês passou a ser o evento de fortalecimento do coletivo, aos poucos, deixou de ser apenas a proposta de formação continuada pelos pares, mas um lugar de encontro com o coletivo de trabalho, de luta, de resistência e de esperança, que ganhava força na força do outro, queriam ver juntas “a cor do mundo mudar”. Queriam ferramentas de autodesenvolvimento e aperfeiçoamento para o melhor desempenho profissional. Claro que vez por outra – e dialeticamente -, o escuro queria se fazer presente nas nossas manhãs ensolaradas. Vinha na forma de um afeto triste, como bem colocava um dos facilitadores, remetendo a Espinoza. Mas sempre tinha uma companheira ou companheiro que dizia: “Ei, vem ver comigo! Vem ver que as

¹⁸ Utilizo apenas o gênero feminino porque ainda não havia presença de técnicos do sexo masculino nas equipes de referência dos CREAS, naquele momento.

¹⁹ ‘Faz escuro, mas eu canto’ é uma obra poética escrita em 1965 pelo amazonense Thiago de Mello, da cidade de Barreirinha, onde as palavras ‘escuro’ e ‘claro’ operam a metáfora para as dificuldades, zonas sombrias, e a superação, zonas de esperança. O ‘cantar’ proclamado pelo poeta remete ao movimento, força humana ativa e contínua, que persiste ainda que as condições de existência sejam desfavoráveis. Utilizada como epígrafe neste estudo e retomada a partir no percurso metodológico.

detentoras deste saber e deste fazer são vocês!” A professora Cláudia Sampaio, sempre as encorajando e a nós, também.

Passaram-se dois anos, alguns chegaram, outros partiram, mas a maior parte ainda continua vigilante, atentas às mudanças de luz, desejando a mudança em diversos campos da práxis profissional, seja no aumento dos recursos humanos, na melhora da estrutura física do ambiente e condições de trabalho, ou até mesmo no aumento do piso salarial. No entanto, essa espera de jeito nenhum mostrava-se passiva ou paralisante. O grupo foi se fortalecendo e se empoderando, buscando novos parceiros e novas soluções para velhos problemas. Chegou o tempo em que os nossos encontros deixaram de ser mensais para ser trimestrais. A expectativa de que aquele momento indicava uma autonomia do grupo, nos fez pensar que ao invés de perda, é lindo ver um passarinho cantar, mas mais lindo ainda é vê-lo voar.

E eu que pensava que participar desse projeto iria se constituir, mas na frente, como um facilitador da minha entrada no campo, que seria nos CREAS onde eu iria, inicialmente, pesquisar sobre o(a) adolescente do meio aberto em contexto de reincidência. Claro que conhecer as técnicas que acompanham essas medidas me ajudaria. E assim, como o romper da aurora que se despede da madrugada, pude perceber que aquele espaço não iria me fornecer acesso aos meus futuros outros participantes de pesquisa, posto que eles/elas já estavam ali, bem diante de mim: as técnicas (profissionais) das equipes socioeducativas dos CREAS.

Parte II

A “revelação”, que na verdade é a constituição do objeto de pesquisa no processo de maturação e implicação com a temática a ser estudada, se deu quando tive a oportunidade de participar na UFAM de um workshop de metodologia em Psicologia Social ministrado pelo professor Marcelo Mamed, da Université de Lausanne, Suíça. Ali fui apresentada à teoria e método de pesquisa que o mesmo utilizou em sua pesquisa de doutorado. Foi meu primeiro contato com a Clínica da Atividade, de Yves Clot, onde a potência da atividade dos trabalhadores e o conceito de coletivo convergiam para movimentos de transformação no real do trabalho. Total sintonia com o referencial histórico-cultural do qual eu compartilhava. No entanto, meu insight metodológico só foi possível porque o que eu vinha observando no primeiro ano do projeto - o movimento de fortalecimento das profissionais-técnicas -, apontava para um compromisso das mesmas sobre seu próprio fazer: um

autoconfrontar-se constantemente acerca de suas atividades profissionais, tornando-as cada vez mais protagonistas da transformação que elas tanto queriam. Elas já estavam nesse movimento de debruçar-se sobre o trabalho, proposto pelo método, numa análise pessoal e coletiva, pois como diz o poeta: “quem sofre fica acordado, defendendo o coração”.

Lembro que em duas ocasiões diferentes uma dupla formada por profissionais da área de psicologia e serviço social, apresentou estudos de caso para discutirmos possíveis soluções. Fiquei pensando comigo mesma sobre a abertura e a coragem necessária para aquele fazer, aquela exposição, porque quando alguém mostra seu fazer profissionalmente dessa forma, sobretudo em um terreno de tantas incertezas, é como se estivesse dizendo aos pares de suas potencialidades e fragilidades, além de instá-los a pensar juntos, e isso foi incrível!

A concepção que eu tinha e tenho é que para elas não bastava fazer, ou fazer mais do mesmo jeito: era preciso fazer com o coração e, acima de tudo, compartilhar. Portanto, quando o professor Mamed, agora meu atual coorientador, me apresentou a metodologia da autoconfrontação simples e cruzada, o véu metodológico se descortinou diante de mim, pois elas já estavam caminhando nessa direção, dessa ruminação dialógica do saber de si e do outro, na construção dinâmica do gênero profissional. Além do mais, coincidia com uma maneira de fazer pesquisa que fazia muito sentido para mim: fazer com elas e a partir delas, e não fazer por elas.

Parte III

Apesar do encontro com a teoria e método, fiquei pensado se seria desafiador demais. E se elas²⁰ não topassem? Se eu adotasse o método, elas agora não iriam apenas falar publicamente sobre o que conseguiram ou deixaram de conseguir em um caso específico, ou criticar os instrumentos e metodologias de trabalho. Era um pouquinho mais que isso: implicava, além de filmar um atendimento em dupla, que elas iriam assistir as filmagens em separado e depois com a parceira da dupla, para realizar a autoconfrontação simples e cruzada. Era o registro material do trabalho. Parti para o convite uma a uma. Para minha surpresa, a aceitação foi unânime! Como pesquisadora, aquilo indicava que estava no caminho certo.

Revedo o percurso, eu diria que não foi esta pesquisadora quem definiu nem os participantes e nem a metodologia de pesquisa, mas aquilo que se constitui como meu “pré-

²⁰ Na ocasião, o quadro profissional das equipes técnicas socioeducativas era 100% formado por mulheres.

campo de pesquisa” - o Projeto Espaço de Vivências e Socioeducação -, como um campo vivo, definiu por mim. Aqui fica um ensinamento que penso com humildade ter aprendido: para fazer pesquisa em ciências humanas é preciso estar próximo daqueles humanos que estão inseridos na sua problemática de pesquisa, para que a pesquisa faça sentido não só para o pesquisador, mas para os participantes. No meu caso, o vínculo construído se deu antes de eu chegar ao campo propriamente dito – aos cinco CREAS de Manaus, e o objeto não existia enquanto uma “coisa” pronta para a investigação. Era vida e movimento. E eu, já estava em campo sem saber, pois eu não era um corpo estranho, muito pelo contrário.

Não sei até que ponto isso era bom, mas com certeza, na minha vivência só posso dizer que foi muito válido, principalmente, quando penso no método, pois para que elas ficassem à vontade com a minha presença era preciso um mínimo de confiança. Claro que a situação de ser observado causa um pouco de desconforto, mas essa é outra questão que também faz parte do método (Notas de diário de Campo, 2019).

4.2 A natureza da pesquisa

Este estudo se configurou como de natureza qualitativa, primando pela compreensão dos significados, motivos, crenças, valores e atitudes, que se expressam num determinado grupo, de maneira histórica e situada. Ademais, o interesse está em investigar aquilo que está no nível das relações humanas, de modo que a entrevista também aparece como instrumento capaz de alcançar os objetivos pretendidos (MINAYO, 2008).

A pesquisa qualitativa envolve um conjunto de práticas interpretativas em que se investigam os objetos em seus cenários naturais, na tentativa de compreender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas os conferem. Representa uma atividade situada que localiza o observador no mundo (DENZIN e LINCOLN, 2006).

4.3 Local da Pesquisa: entrada no campo de pesquisa

Parte IV

Então chegou a hora de ir para o campo de pesquisa e grande foi minha alegria, não só por poder vivenciar esse cotidiano ou iniciar o processo que me levaria a responder meus objetivos, geral e específicos, mas também, por ter acesso novamente àquelas vidas jovens que por inúmeros fatores estavam em processo de socioeducação, ouvir os meninos e as famílias, estar novamente naquele universo depois de dois anos e meio, era algo que também mexia com minha trajetória profissional. Eu tinha consciência disso e fui agindo até onde me foi permitido agir, o que eu não sabia é que seria convidada a ir bem mais longe do que imaginava e pude me tornar uma observadora participante, conforme a escolha do método pretendido.

E fomos juntas, de braços dados, de mão na mão! Por cada CREAS que passei a acolhida foi incrível, como quem recebe um parente em casa, mostravam-me cada pedacinho, apresentavam-me os demais funcionários, partilhavam o famoso cafezinho, a quentinha, o arroz com fritada de ovo, como também as delícias dos eventos festivos, a exemplo dos aniversariantes do mês. Acho que essas calorosas recepções não se deram exclusivamente porque nós já tínhamos um bom contato, mas também porque era a presença ali de alguém que quer saber do meu cotidiano de trabalho, que se interessa pelo que faço, alguém que quer somar. Pra mim, era parte do reconhecimento que elas tinham comigo, por terem conhecimento do meu compromisso enquanto pesquisadora da socioeducação.

A observação participante foi a primeira etapa da metodologia escolhida, era preciso antes compreender a dinâmica grupal de cada CREAS, a maneira de atuar, suas particularidades, para depois seguir para a segunda etapa, que era a filmagem do atendimento e a realização das autoconfrontações simples e cruzada. Antes da ida ao CREAS, eu realizava um contato via whatsapp para verificar o melhor dia para começar, sempre com muita paciência, conforme a rotina e disponibilidade da equipe. Eu não queria ser intrusiva demais na dinâmica de funcionamento, então, foi tudo dentro do tempo deles e conforme a autorização de cada equipe.

Considero que essa primeira parte foi fundamental para o desenvolvimento da segunda parte da metodologia, pois acompanhar o cotidiano das equipes foi fundamental para o estabelecimento da parceria e confiança estabelecidos, tanto que em certos momentos elas me colocavam como igual, como alguém detentora de conhecimentos que poderiam auxiliá-las na demanda do serviço e, dessa forma, eu pude perceber nuances do fazer muito

próximas da realidade que elas vivenciavam constantemente. Lembro-me de uma situação que a técnica me pediu para fazer o atendimento de um adolescente que não queria cumprir a medida, enquanto ela iria tentar o contato com uma instituição onde ele pudesse cumprir a PSC.

Naquela ocasião, pensei muitas coisas em milésimos de segundos antes de dizer “sim, claro que vou atendê-lo!”. Primeiro, pensei se ela me convocou neste lugar é porque ela me vê com competência para tal e parte da equipe; segundo, pensei sobre o meu compromisso enquanto pesquisadora da socioeducação, quanto aos profissionais do serviço e quanto ao adolescente e a questão ética que envolve tudo isso, pois eu não faço parte da equipe de referência daquele adolescente.

No entanto, fui atendê-lo mobilizada por um dever de gratidão. Melhor explicando, quando teus os participantes de uma pesquisa te aceitam na inserção do cotidiano de um determinado serviço e te autorizam a servir, de fato, eles esperam mais de ti do que teorias. Então, foi com esse sentimento que fui atender o adolescente e dei o melhor de mim, invocando todos os conhecimentos teóricos e práticos que ajudassem ao adolescente no entendimento da medida.

Após tal investida me questionei bastante com quem era meu compromisso afinal, independente da técnica, pois a metodologia da observação participante me autoriza tal conduta. A questão era: meu compromisso nessa pesquisa era com o adolescente, com os profissionais, com o serviço ou comigo mesma enquanto pesquisadora. Na época, não pude perceber com tanta clareza, mas ao finalizar o campo de pesquisa, compreendo que meu compromisso é com todos esses aspectos que citei, mas acima de tudo com o adolescente. Mesmo que eu quisesse mostrar que tinha competência para tal ou que eu estava disposta a ajudar, o fim último sempre seria o adolescente. Então, o campo também me revelou o sentido maior desse projeto de pesquisa, o adolescente.

Porém, meu campo de pesquisa não se limitou aos CREAS, tive a oportunidade de participar do I Encontro Estadual de Execução das Medidas Socioeducativas em meio Aberto, bem como de participar de reuniões com o judiciário e as equipes técnicas dos CREAS e as oficinas do Projeto Espaço de Vivências em Socioeducação, que passaram a

acontecer a cada três meses, que continuava com seu propósito inicial de parceria entre a UFAM, COIJ e os CREAS. (Notas de diário de Campo, 2019)

Em todos os CREAS em que a pesquisa ocorreu, tive acesso aos atendimentos, prontuários, instrumentais e documentos. Produzi registro audiovisual de cinco atendimentos com cinco adolescentes, sendo dois deles com a presença apenas de um técnico e os outros três atendimentos estavam presentes tanto o psicólogo quanto o assistente social. O que resultou em três autoconfrontações cruzadas e oito autoconfrontações simples. Também foram entrevistados o juiz e a promotora, ambos titulares da Vara de Infância e Juventude, e realizei entrevista com a psicóloga do setor psicossocial da referida vara, a Gerente do meio aberto e a Coordenadora da Média Complexidade. O campo também foi ampliado para os espaços onde as profissionais também desempenhavam seu fazer, como o juizado da infância e juventude.

Realizei o registro audiovisual de um atendimento de acolhida com a participação de duas técnicas dos serviços de medidas socioeducativas, sendo uma psicóloga e uma assistente social, o que gerou duas autoconfrontações simples e uma cruzada. Tanto na ACS quanto na ACC, o participante foi instruído para pausar o vídeo no momento que desejasse e fazer algum comentário sobre o seu fazer, na ACS, e sobre o fazer do par, na ACC.

Foi realizado um encontro com cada dupla de técnicas e com as coordenadoras dos respectivos CREAS existentes no município de Manaus, antes do início da pesquisa, com o intuito de explicar a presente proposta de pesquisa, os objetivos e os procedimentos de coleta de dados.

Devido à configuração territorial e a dificuldade de se estabelecer uma agenda comum a todos os técnicos, foram realizados todos os procedimentos para coleta das informações nos respectivos CREAS pesquisados, dessa forma apenas a pesquisadora precisou se deslocar.

4.4 Participantes

A pesquisa foi realizada com psicólogas(os) e assistentes sociais que integram as equipes técnicas do atendimento socioeducativo dos CREAS da cidade de Manaus e que participaram do projeto Espaço de Vivências em Socioeducação, sendo estes, inclusive, os critérios de inclusão no estudo. Todas(os) pertencem ao quadro de profissionais concursados

do Município, vinculado à SEMASC. Possuem por exigência do cargo formação superior. As equipes de atendimento são compostas por profissionais psicólogos e assistentes sociais. Por mais que o SINASE aponte a necessidade e até obrigatoriedade de outros técnicos de nível superior na equipe multiprofissional para atendimento das medidas, este é o núcleo mínimo obrigatório, e também o que é responsável pelo acompanhamento direto dos adolescentes.

Também foram participantes da nossa pesquisa adolescentes em cumprimento de medida. A participação dos adolescentes nesse trabalho visou enriquecer a compreensão das práticas das equipes técnicas pelo olhar do usuário, de modo que para cada dupla de profissionais participante, um adolescente atendido pela mesma equipe foi entrevistado, sendo este o critério de inclusão no estudo. Os jovens participantes foram do sexo masculino, com perfil socioeconômico que denotava vulnerabilidade social. Todos moravam no território referenciado pelo CREAS, onde eram atendidos.

O quadro a seguir auxilia melhor a visualizar os participantes diretos e indiretos do estudo. Passo a nomear os CREAS por cores – azul, rosa, vermelho, amarelo e verde, sem nenhuma relação/conexão com as unidades nominiais dos Centros de Referência, de modo a não favorecer a identificação dos participantes. Considerando que a pesquisa não leva em conta em seus objetivos comparar desempenhos ou situações entre os CREAS, mas compreender, através do método, como as(os) profissionais avaliam, compreendem e modificam seu próprio fazer, logo a referência dos participantes aos seus respectivos CREAS é dispensável. Para fins de compreensão das falas, as(os) estas serão destacadas com os códigos referentes ao tipo de autoconfrontação, um número ordinal para especificar se profissional 1 e profissional 2 das duplas, e a cor que nomeará o CREAS. Exemplo: ACS – Profissional 1 – CREAS Amarelo para “Autoconfrontação simples, Profissional 1, CREAS Amarelo).

Quadro 6 – Quantitativo de campos e participantes que integraram o estudo

Número de CREAS VISITADOS	05
Número de profissionais PARTICIPANTES	7 psicólogas(os), 7 assistentes sociais
Número de adolescentes participantes	5
Demais Profissionais entrevistados	01 Juiz da VIJ 01 promotora da VIJ

	01 Coordenadora da Média Complexidade 01 Gerente das medidas socioeducativas de LA e PSC 01 psicóloga do setor psicossocial da VIJ
--	--

Fonte: elaboração da autora, 2019.

4.5 Materiais e instrumentos

Com base no que propôs Vygotsky em seu arcabouço teórico no tocante à relação entre atividade, linguagem (como mediação) e consciência, procurou-se por instrumentos que favorecessem o processo sociointeracionista entre artefatos (produtos humanos, significados), atividade e transformação (de si e da esfera do social). Esse movimento permitira uma apropriação dos modos de produzir sentido e ações, compreendendo também as determinações sociais e históricas que incidem sobre o sujeito. Seria a tomada de consciência dos profissionais sobre seu modo de agir ao contemplar seu próprio fazer, mediado pelos instrumentais que utilizam, bem como pelo significado que eles próprios atribuem, quanto parceira/o de trabalho. Este processo, segundo a perspectiva vygotskyana, poderia possibilitar uma melhor compreensão da própria atividade desenvolvida e, conseqüentemente, o desenvolvimento que o profissional buscava para o seu fazer.

Para tanto, utilizamos com os profissionais os instrumentos metodológicos da Clínica da Atividade, a saber: autoconfrontação simples e cruzada, propostos por Yves Clot (CLOT, 2001; 2007; 2010b).

Além de filmar as sessões de atendimento com os socioeducando, a fim de obter um olhar do usuário sobre o fazer das equipes para melhor compreensão do cotidiano do serviço, também foi realizada uma entrevista semiestruturada, que foi audiogravada, com um adolescente em cada CREAS, àqueles que participaram das filmagens e concordaram.

Apesar de não fazer parte da metodologia proposta no método da autoconfrontação, optei por fazer entrevista semiestruturada com aqueles adolescentes que participaram das filmagens, com o intuito de ter mais uma fonte que contribuísse para a análise da autoavaliação das referidas técnicas, de forma a potencializar o método proposto e dar visibilidade ao público atendido pela equipe de referência.

A escolha pela entrevista semiestruturada se deu por ela permitir direcionar as perguntas para o interesse do estudo, ao mesmo tempo em que mantém flexibilidade para inserção de outras perguntas no decorrer da realização da mesma, caso se faça necessário, pois combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema sem se prender a indagação formulada (MINAYO, 2008). As entrevistas foram realizadas nos próprios CREAS onde o adolescente cumpria a medida. Os dados referentes a elas encontram-se apresentados na seção 5 deste estudo.

4.6 Procedimentos para a produção das informações

O projeto de pesquisa que originou esta dissertação foi autorizado pela SEMASC e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da UFAM, sob o número de CAAE 04747018.4.0000.5020, conforme anexo 02. Conteí também com a autorização concedida pelo juiz titular do Juizado de Infância e Juventude, para ter acesso aos documentos oriundos do Tribunal de Justiça do Amazonas, de modo que não houve obstáculo de nenhuma ordem para o trabalho de campo.

Os encontros e acompanhamento das atividades com as(os) profissionais das equipes de referência e com os adolescentes ocorreram nos cinco CREAS. Optei pela inserção em cada um dos campos separadamente visando oportunizar conhecer a rotina laboral e dinâmica do local com a maior profundidade possível. A permanência em cada CREAS foi de aproximadamente entre dez e quinze dias. O contato era realizado previamente com a coordenadora do CREAS em questão, agendando o início da atividade no local. A permanência total no campo de pesquisa, incluindo todos os CREAS e locais complementares, foi de cinco meses.

As informações relativas ao dia a dia profissional foram registradas em um caderno de campo, transformadas em diário de campo. As entrevistas com os adolescentes foram gravadas em áudio e transcritas e alguns atendimentos dos profissionais dos quais participei foram filmados, para fins de realização do método proposto (autoconfrontação simples e cruzada). Posteriormente foram editados os trechos selecionados dos atendimentos filmados e foram transcritas as falas dos profissionais durante as autoconfrontações.

4.7 Procedimentos para análise das informações

As informações produzidas foram analisadas de forma articulada com o referencial teórico de base: a teoria da Clínica da Atividade e da Psicologia histórico-cultural. O método de tratamento e análise foi a Teoria Fundamentada nos Dados ou *Grounded Theory*. A *Grounded Theory* se propõe a apresentar a geração de hipóteses a partir daquilo que emerge dos dados, mantém forte coerência interna com o método da Clínica da Atividade.

A geração de categorias e hipóteses sobre um dado fenômeno visa apresentar uma teoria ou hipótese integradora a partir dos dados obtidos no campo de pesquisa (CASSIANI ET AL, 1996; TAROZZI, 2011). Entretanto, como é o caso da presente pesquisa,

[...] ainda que o objetivo não seja necessariamente a emergência de uma teoria, este método permite um alcance valioso na investigação de fenômenos sociais: por favorecer a emergência de categorias múltiplas e de diálogos constantes e comparações sucessivas entre as diversas hipóteses levantadas a partir dos dados, permite manejo científico e consistente de fenômenos multideterminados, por considerar o espectro de todas as possibilidades de sua expressão expressas no material obtido (COSTA, 2007, p. 72).

A fim de organizar o grande volume de dados geralmente presente nas pesquisas qualitativas que utilizam o método da *Grounded Theory*, como é o caso de meu estudo, é realizada uma codificação e análise dos dados em três etapas, a saber: a) codificação aberta, nesta momento, é feita a descrição dos dados obtidos, atribuindo-se uma denominação para cada agrupamento de dados, código por código, que tenha semelhança em si, sejam tantos quanto possível; b) codificação axial, é processo de seleção e agrupamento de ideias geradas na codificação aberta, quando ocorre a formação do conceito; c) codificação seletiva, é fase final do processo, onde ocorre a saturação teórica (CASSIANI ET AL, 1996).

Neste momento, as categorias (ou códigos) estão organizadas de modo a manter coerência interna, permitindo verificar as conexões entre os eixos, em uma relação que leva à construção de quadros narrativos – hipóteses provisórias, que sofrerão contrastação constante até que uma hipótese integradora represente a relação dinâmica entre os códigos e eixos, propondo uma teoria – explicação ou compreensão, da questão investigada. As categorias (códigos) serão apresentadas na seção 5 deste trabalho, referente aos resultados e análises das autoconfrontações.

Na presente pesquisa as categorias surgiram conforme o processo de organização dos dados, seguindo os processos da Teoria Fundamentada nos Dados. As sucessivas leituras permitiam o agrupamento de elementos contidos nas falas dos profissionais sobre os aspectos que eles comentaram ao observar seu próprio atendimento ao adolescente, de modo que foi a emergência de tópicos comuns, a despeito da singularidade dos relatos, que permitiu organizar *clusters* de onde emergiram as seguintes categorias de análise: Entrando no Sistema, Cumprindo a Medida, Pensando no Futuro/Desligamento e o Olhar do Adolescente.

A despeito do método de análise da Teoria Fundamentada nos Dados postular a geração de uma teoria que emergja dos dados como que de modo exclusivo, Costa (2007) compreende que a postura do pesquisador é de abertura para a relação que se estabelece entre os sujeitos no processo da construção do conhecimento. Assim, o que é seguido é, inevitavelmente, o caminho apontado pelos participantes convidados a relatarem sua experiência na pesquisa. Contudo, o trabalho de categorização abrange o modo como o pesquisador se relaciona com os dados, com o momento histórico, com o processo de pesquisar e com o método. Observando as categorias apresentadas, é possível notar que elas respondem à um ciclo, linha histórica de uma relação que os adolescentes estabelecem com o sistema socioeducativo e, por conseguinte, com as(os) profissionais participantes. A historicidade e processualidade são também dimensões centrais tanto à perspectiva histórico-cultural quanto à Clínica da Atividade.

4.8 Cuidados Éticos

Foram observados os preceitos éticos da resolução para realização de pesquisa com seres humanos, a saber, Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, em consonância com a Resolução 510/2016 também do CNS.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE foi lido e explicado para todos os participantes da pesquisa, contendo informações sobre a importância da pesquisa, os objetivos, a participação voluntária, cuidados éticos e espaço de fala caso o participante tenha alguma dúvida. Cada participante que concordou em participar do estudo assinou o termo em duas vias, mantendo uma para si, enquanto a outra, encontra-se arquivada em sigilo, com o material da pesquisa sob os cuidados da pesquisadora.

Dentro da construção de um vínculo ético e participativo, assumi compromisso junto aos participantes de realizar uma devolução individual sobre o trabalho, atendendo assim, a expectativa e demanda manifestada por todas(os) as profissionais das equipes durante o trabalho de campo. Não houve nenhuma intercorrência que exigisse suspensão da pesquisa ou atenção especial a algum participante ao longo do estudo.

4.9 “Daquilo que ainda vejo, ouço e sinto”

Parte V

Da mesma forma que meu campo de pesquisa foi alargado pelas contingências do cotidiano, posso afirmar que minhas supervisões expandiram o espaço da Universidade, pois eram tantas demandas do campo de pesquisa, que ter vias de acesso para simbolização dessas informações em mim foram vitais para transformar o vivido em palavra. De pronto, agradeço a disponibilidade de minha orientadora, pois não foram poucos os momentos que minha supervisão ultrapassou os limites físicos das orientações na UFAM. Ela dividiu comigo as angústias e as dúvidas do campo por meio do whatsapp, quase que diariamente; dentro do carro nas caronas que ela me concedia; entre uma música e outra nos ensaios do Coral Canta Junto, do qual faço parte e minha orientadora é a maestra. Enfim, foram várias situações não formais que tive a felicidade de dividir com ela.

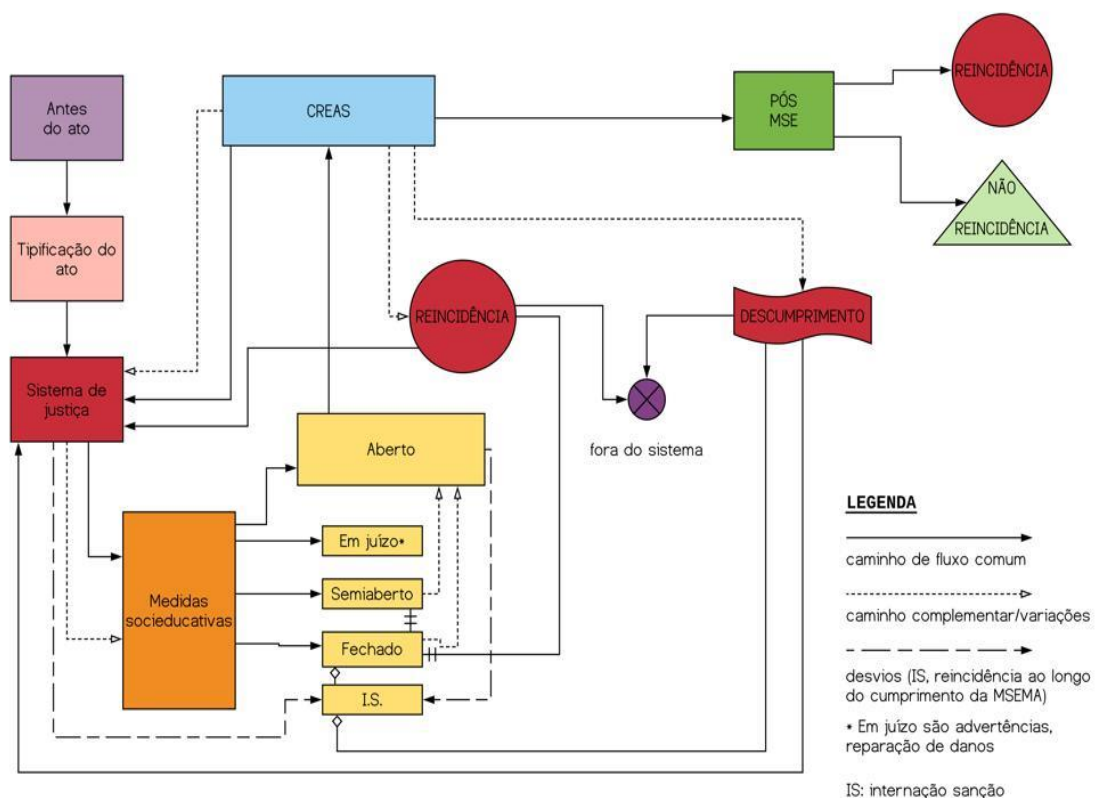
Quando eu ouvia minha orientadora ou meus colegas de turmas anteriores falando que o campo de pesquisa é vivo, não conseguia perceber a dimensão dessa vitalidade. O campo não só aponta o caminho à luz da teoria que o pesquisador tem como base, mas também, inclui o novo, aquilo que é dinâmico e está em movimento, pois ele te convida a ir mais além, a avançar um pouquinho mais na construção do conhecimento, por que ele é revelador e transformador. Não há como sair do mesmo jeito que se entrou no campo de pesquisa, pelos menos nas ciências humanas. Só posso dizer: que bom, pois amanhã é um novo dia! (Notas de diário de Campo, 2019).

5 A CLÍNICA DA ATIVIDADE COMO MOVIMENTO E TRANSFORMAÇÃO DO FAZER DAS EQUIPES TÉCNICAS DAS MSEMA

Esta seção refere-se aos resultados e à análise do trabalho de campo. Terá como ponto de partida o olhar da equipe técnica a partir da itinerância do adolescente ao longo do processo de cumprimento da MSEMA, a fim de compreender como essa dinâmica está relacionada com o *métier* desse fazer profissional.

Nesse sentido, elaborei juntamente com minha orientadora, a partir das informações adquiridas ao longo da pesquisa, um fluxo da itinerância do adolescente como eixo central, considerando a temporalidade. Destaco que esse caminhar do socioeducando durante a medida não é algo linear, fixo e imutável, mas que nos fornece um norte para as ações desenvolvidas pelas equipes técnicas.

Figura 01- Fluxograma da itinerância do adolescente



Elaborado pela autora e orientadora / Arte gráfica: Larissa Albertino

O fluxograma apresentado foi construído através dos dados obtidos por meio de todos os instrumentos utilizados no campo de pesquisa, a saber: observação participante (participei de atendimentos individuais e em grupo, vivência no cotidiano, visita domiciliares, acesso às

prescrições e instrumentos), filmagem dos atendimentos, autoconfrontação simples e cruzada com as técnicas e as entrevistas com os adolescentes que participaram da filmagem dos atendimentos.

O fluxograma acima representa os possíveis caminhos do adolescente a partir da tipificação do ato infracional, que chamei de itinerância, pois o percurso no sistema socioeducativo não é tão linear na prática, como se espera na teoria. Há idas e vindas, avanços e recuos, que dependem de muitas variáveis, como: família, sistema socioeducativo, o próprio adolescente, rede socioassistencial e comunitária, vulnerabilidade e riscos sociais, dentre outros. Por exemplo, a itinerância básica no meio aberto é a seguinte: quando o adolescente pratica o ato infracional é apreendido e encaminhado ao sistema de justiça, recebe uma medida (LA, PSC ou ambas) e é encaminhado ao CREAS, devendo ser acompanhado por, no mínimo, seis meses. Se cumpriu de forma satisfatória, a MSEMA será extinta pelo juiz.

Contudo, nem sempre acontece dessa forma. Às vezes o adolescente abandona a medida, podendo receber uma internação sanção, por um período de até três meses, e depois volta para o acompanhamento no meio aberto. Também há situações do adolescente se envolver em outro ato infracional mais gravoso ainda no cumprimento da medida em meio aberto, recebendo outra medida mais severa. Ainda há caso em que ele já está fora do sistema socioeducativo, e volta a cometer novo ato infracional, retomando ao sistema de justiça para cumprir outro processo, que é a situação de reincidência. Enfim, são muitos os possíveis caminhos trilhados.

Subdividirei a análise em três módulos temporais básicos: “Entrando no sistema”, “Cumprindo a medida” e “Pensando no futuro/Desligamento do Sistema”. Todavia, a escolha por essa divisão é apenas didática, posto que não se trata de aspectos isolados, mas que se comunicam e dialogam durante toda a análise. O objetivo da divisão é dar visibilidade a gama de informações que foram obtidas durante a pesquisa, visando compreender o fazer das equipes nessa itinerância.

A utilização de verbos no gerúndio nomeando os módulos temporais não é por acaso. Compreendo o processo de forma dinâmica, não linear e complexa, em contraponto ao contexto jurídico-legal. Do mesmo modo, entendo que o processo socioeducativo não se encerra quando termina a execução da medida socioeducativa, sendo este momento o marco de uma nova etapa de ressignificação da vida, que passa por vários tipos de superação. Dentre

os desafios, inclui-se o estigma de ter cumprido uma medida, a difícil inserção no mercado do trabalho, a volta aos estudos, a (re)construção de vínculos familiares e sociais e o próprio processo de construção de uma identidade, onde o adolescente se veja como capaz de protagonizar uma de história de vida desvinculada da prática infracional.

Para efeito de nossa análise, considere no módulo “Entrando no Sistema” os seguintes pontos do nosso fluxograma: Antes do ato infracional, Ato infracional e o Sistema de Justiça. O módulo “Cumprindo a medida” é direcionado para o momento que figura no fluxograma como Medida Socioeducativa, Aberto e CREAS. Já o “Pensando no futuro/Desligamento do Sistema”, analisaremos o processo de encerramento da medida e do acompanhamento pela equipe de referência e as perspectivas pós-medida. Os três primeiros tópicos terão como fonte principal de análise a observação participante nos CREAS e as autoconfrontações simples e cruzadas realizadas com as profissionais. Por fim, traremos o olhar do adolescente sobre esse fazer profissional utilizando as entrevistas semiestruturadas realizadas com eles.

5.1 “Entrando no Sistema”

Entrar no sistema é uma fala muito usada pelos adolescentes quando entram no Sistema Socioeducativo, uma espécie de abreviação: “quando entrei no sistema”. Juridicamente considera-se essa entrada a partir da tipificação do ato infracional (Art. 103, ECA), ou seja, quando o adolescente é apreendido e encaminhado para o Sistema de Justiça. No entanto, os profissionais sempre faziam referência aos eventos anteriores à apreensão e entrada do adolescente juridicamente no sistema socioeducativo, configurando um olhar para o antes da medida, contextualizando aspectos biopsicossociais, para melhor compreender a vivência atual do adolescente.

Para Silva (2012) a prática dos atos infracionais é resultado das privações de direitos que a população mais jovem está exposta, tornando-a mais vulnerável, sendo o ato infracional uma expressão das condições presentes na vida destes indivíduos mesmo antes da entrada oficial no sistema socioeducativo, de modo que se prender ao ato em si e ao processo judicial, não é visto pelos profissionais como suficiente ao atendimento, pois se faz necessário uma compreensão mais global.

O não acesso a boas condições de saúde, a uma educação de qualidade, aos mínimos necessários para a sobrevivência, à moradia adequada, a equipamentos comunitários de lazer, esportes e cultura, entre outros espaços de socialização saudáveis e de

desenvolvimento humanos torna-se fator determinante para a fragilização dos sujeitos em seu ambiente familiar, comunitário e social (SILVA, 2012, p. 97).

Logo, o acompanhamento profissional desses adolescentes e jovens não deve ser desprovido de um olhar macro social. Compreendo os cumpridores das medidas socioeducativas para além do ato infracional, o que não significa tratá-los como vítimas, mas como sujeitos de direitos, que cometeram uma determinada infração, e estão sendo responsabilizados por isso. Logo, o aspecto sancionatório, apesar de estar presente na medida, não deve se sobrepor ao sociopedagógico.

Em se tratando da entrada formal do adolescente no Sistema, esta se dá, como foi dito, a partir da tipificação do ato e o devido processo legal. No entanto, há vários momentos que configuram encontros entre os adolescentes, profissionais e instituições. Estes momentos são, por vezes confusos, com papéis que se sobrepõem e, por vezes se contradizem, o que pode tornar confuso ao jovem e até comprometer o que irá acontecer ao longo do processo socioeducativo.

Existem algumas formas de o adolescente chegar ao CREAS: a primeira é quando eles recebem um Termo de Remissão diretamente do Ministério Público, ainda na delegacia, antes da representação, geralmente para atos menos graves; a segunda é quando o Ministério Público representa o adolescente e este tem que esperar pela audiência de conhecimento, seja em domicílio ou na Unidade de Internação Provisória, por no máximo 45 dias. Também é possível receber uma MSEMA após uma progressão de medida, quando o adolescente sai do meio fechado ou da semiliberdade para o meio aberto ou ainda, após uma internação sanção.

Em qualquer das situações anteriormente citadas, ao receber a MSEMA – Liberdade Assistida ou Prestação de Serviço à Comunidade – no município de Manaus, o adolescente e sua família são encaminhado ao setor psicossocial da Vara de Infância e Juventude – VIJ do Tribunal de Justiça do Amazonas - TJAM. Nessa ocasião é entregue ao adolescente, obrigatoriamente na presença de um familiar responsável, um encaminhamento especificando qual medida deverá ser cumprida, o local de cumprimento, conforme a área de abrangência e a data em que ele deve se apresentar ao CREAS, juntamente com um responsável (Anexo 3). Do recebimento do encaminhamento da VIJ até a chegada ao CREAS há um lapso temporal em torno de 10 dias. Em periodicidade semanal, a gerente das medidas, vai à VIJ pegar os processos e sentenças dos adolescentes e, posteriormente, redistribui para os respectivos

CREAS de modo manual. Às vezes, ocorre do adolescente chegar ao CREAS antes das informações da VIJ, o que dificulta o trabalho, segundo informam os técnicos. No entanto, tal situação vem se tornando cada vez mais esporádica. Todavia, cumpre observar que tal processo não conta com um sistema informatizado de informações, que facilite a distribuição e o acompanhamento de documentos.

5.1.1 A acolhida no CREAS

A partir do momento que o adolescente chega ao CREAS, no dia previamente agendado, munido do encaminhamento recebido no setor psicossocial da VIJ (Anexo 3) e acompanhado de um ente familiar, que nem sempre é o responsável legal, é quando, de fato, começa o trabalho das equipes técnicas no acompanhamento da execução da medida.

Mesmo recebendo o encaminhamento com data e horário previamente agendados, às vezes, o adolescente e a família confundem o dia do atendimento. Presenciei essa situação em CREAS diferentes, em um deles foi possível fazer um encaixe na agenda porque havia um horário vago, já no outro, não. No entanto, em ambos houve um esforço por parte da equipe em tentar resolver a situação. Há uma compreensão por parte dos profissionais de que o deslocamento aos CREAS é oneroso para a família, seja pelo custo financeiro ou pelo turno de trabalho perdido do responsável, pois nem sempre eles querem justificar a falta no emprego por estar acompanhando o filho em uma medida socioeducativa, conforme relato dos profissionais das equipes.

O processo de acolhida ocorre de formas diferentes nos respectivos CREAS, variando conforme a demanda de atendimento por equipe. Em dois deles é feito grupos de acolhida com familiares e adolescentes onde são transmitidas as informações gerais sobre as MSEMA, a responsabilização pelo ato, a importância da participação familiar, os instrumentais que serão utilizados na PSC, dentre outros aspectos. Tais grupos destinam-se a apresentar explicações gerais, constituindo-se em um espaço grupal para tirar dúvidas e aproximação com os instrumentais que serão utilizados ao longo da medida. Em outro momento ocorre o acolhimento individual, que é realizado de forma mais direcionada para a construção do PIA, geralmente com a participação da família.

Já nos CREAS em que a demanda de atendimentos é menos expressiva, é possível fazer a entrevista de acolhida de maneira individual, sem a necessidade do grupo de acolhida.

Vale ressaltar que em ambos os casos, individual ou em grupo, a atividade tem participação direta de uma equipe técnica de referência das MSEMA.

O momento da acolhida é de fundamental importância, pois é quando se inicia a vinculação do adolescente e da família com o cumprimento da medida no âmbito da execução. Ressalta-se, porém, que o vínculo estabelecido pelo profissional do CREAS com o usuário não deve se dar como na psicoterapia (CFP, 2012), apesar de exigir do profissional uma escuta sensível das demandas, isenta de preconceitos e atenção às especificidades de cada situação, tornando o ambiente acolhedor, seguro e receptivo, com o intuito de aproximar o usuário do serviço (CFP, 2012).

Quando o ato infracional acontece, tanto o adolescente quanto às famílias recebem a notícia com surpresa, mas também com raiva, decepção, vergonha, medo. É, na verdade, um misto de emoções que, às vezes, nem é possível nominar. Durante os diversos atendimentos que acompanhei nos CREAS, foi possível observar essas situações, principalmente nos atendimentos de acolhida, situação que demanda do profissional o manejo dessas dificuldades iniciais.

Esta acolhida demanda ao profissional disponibilidade para de fato entrar em contato com realidades complexas e diferenciadas, tentando compreender as diferentes maneiras que cada família tem de lidar com as situações vivenciadas. É importante entender que a privação em suas diversas formas impõe diferentes reações e limites aos indivíduos e grupos na interação com a realidade (CFP, 2012, p. 67).

Os profissionais relataram que uma das primeiras tarefas deles é justamente ouvir a demanda do adolescente e da família, com intuito de sensibilizar o adolescente para a responsabilização do ato, ajudar na restauração do vínculo familiar que o ato infracional muitas vezes provoca e, acima de tudo, auxiliar na execução da medida por uma perspectiva de proteção social e garantia de direitos.

Em um dos atendimentos de acolhida filmados, observamos uma sequência bem clara da práxis profissional, que não segue a mesma lógica sequencial em todos os atendimentos em relação aos tópicos que são abordados, mas independentemente do estilo profissional de cada técnico, há tópicos que não deixam de ser mencionados, o que nos possibilita inferir que há pontos comuns, esboçando uma metodologia de trabalho geral pertinente a esse gênero

profissional. O Caderno de orientações técnicas “Serviços de medidas socioeducativas em meio aberto”, sugere as seguintes prescrições para a atividade de acolhida.

Durante a acolhida do adolescente e de sua família, os técnicos de referência do Serviço de MSE em Meio Aberto devem orientá-los sobre aspectos como: a natureza e os objetivos das medidas socioeducativas em meio aberto; os prazos do cumprimento da medida; a situação jurídica do adolescente; os procedimentos técnicos e administrativos; a dimensão pedagógica e de responsabilização da medida socioeducativa; a relação com os órgãos de defesa de direitos; o acesso aos serviços públicos; e a elaboração do PIA (BRASIL, 2010, p. 92).

Com base nos atendimentos que participei e partindo dos relatos fornecidos pela equipe técnica durante o campo de pesquisa, observei que a entrevista de acolhimento é composta pelos seguintes aspectos: boas-vindas e apresentação dos técnicos, explicação sucinta do CREAS enquanto equipamento da Assistência Social, explicação mais detalhada da medida que o adolescente vai realizar, às vezes, é preciso explicar sobre as duas quando são aplicadas cumulativamente a LA e a PSC, contextualização do ato infracional e responsabilização do adolescente, corresponsabilização da família, acompanhamento do CREAS e relação com o Sistema de Justiça, elaboração do PIA, recebimento de documentos obrigatórios, assinatura do Plano de Ação acordado para o próximo atendimento, e por fim, é entregue ao adolescente uma carteirinha de identificação, para agendamento dos próximos atendimentos e contato com o CREAS (Anexo 04).

Vale ressaltar que o plano de ação acima mencionado é assinado por todos os presentes no atendimento: técnicas, responsável e adolescente. Ao se identificar as necessidades, preenche-se ao final do atendimento um instrumental (Anexo 05 – tópico 9 do PIA), especificando qual é a demanda, que ação precisa ser realizada e quem vai executar. A pactuação das metas e compromissos com os principais envolvidos são fundamentais para que o PIA se torne um instrumento vivo de transformação na vida do adolescente, como nos aponta o SINASE.

Dessa forma, compreendo que o gênero profissional no que se refere à entrevista de acolhida é um procedimento consolidado entres as equipes técnicas que acompanham as MSEMA, resguardando as variações estilísticas, bem como os aspectos contingenciais de cada atendimento, pois, segundo os próprios profissionais “cada atendimento é único” – nota de diário de campo. Não obstante, é possível inferir que o gênero apresenta-se em

consonância com as prescrições normativas e legais sobre como proceder nesses momentos iniciais com os usuários.

A partir das autoconfrontações simples realizadas com filmagens de atendimentos de acolhidas, destacam-se os seguintes trechos: a necessidade de conciliar o alto volume de informações com a atenção que deve ser dispensada aos usuários, isto é, a importância de ouvir o adolescente, deixá-lo falar.

“A gente aprende que não deve escrever na hora do atendimento, mas eu não tenho como perder tantas informações, são muitos os casos. Então, uma crítica que faço no meu atendimento seria parar bem pouco pra escrever” (ACS – Profissional 1 – CREAS Amarelo).

“Outra crítica que de repente... depois dessa explicação, desse início que é cheio de dados, da gente quebrar um pouco mais o gelo e deixar o adolescente se sentir mais à vontade pra falar. Eu vejo que tá muito mecânico, talvez um pouco devido às exigências, né?” (ACS – Profissional-1 – CREAS Amarelo).

Porém, a auto-observação permite que ela estabeleça possibilidades de mudança para o próprio comportamento, pois o ato de se observar cria diálogos intrapsicológicos sobre o vivido que passaram a ter significados no diálogo interpsicológico com o pesquisador.

“Não parar é inevitável, porque são muitos os dados e como eu falei, eu não gosto de perder nada, mas assim: de repente, prestar mais atenção nesse aspecto e tentar gravar, tentar apreender essas informações, criar estratégias, desenvolver mais habilidades pra não baixar tanto a cabeça e perder esse contato com o usuário” (ACS – Profissional 1 – CREAS Amarelo).

“Nós temos muitas exigências, muitos pontos a serem cumpridos, mas o adolescente ficou muito quietinho aqui no cantinho dele. E isso pode atrapalhar um pouco o atendimento. De repente, faz as explicações iniciais e volta pro atendimento mais personalizado com o adolescente.” (ASC – Profissional 1 – CREAS Amarelo).

Conforme afirma Clot (2010), a ACS permite ao sujeito se tornar um observador exterior da sua atividade na presença de um terceiro. “Descobre que não é somente o que não havia acontecido ou o que se havia feito, mas o que não chegou a acontecer ou o que não se fez e que, eventualmente, poderia ter sido feito” (CLOT, 2010, p. 253). A exemplo da fala do referido autor, é possível compreender que o profissional ao se confrontar com seu próprio fazer, como que num espelho: “eu vejo que tá muito mecânico”, percebe que precisa “criar estratégias, desenvolver mais habilidades”, para não deixar passar o momento tão precioso que é a criação inicial do vínculo. Citando, inclusive, possibilidade de fazê-lo: “faz as explicações iniciais e volta pro atendimento”.

Em outro CREAS ocorreu os mesmos dilemas durante a ACS: “devemos priorizar os registros das informações ou privilegiar o contato com o adolescente e família?” Porém, a equipe, percebeu que a alternância de papéis é um facilitador para esta situação, na medida em que uma interage com explicações e ouvindo os casos, a outra faz os registros necessários e pertinentes. De modo que esse papel se alterne conforme a necessidade do profissional. No entanto, eles reconhecem que nem sempre os atendimentos são realizados pelo psicólogo e o assistente social conjuntamente, por diversos motivos, seja pela demanda de casos, por licença médica, férias ou capacitações institucionais.

Diante do exposto, meu olhar mediado pelo olhar desses profissionais, entendo que eles estão falando da valorização do encontro, a tal “escuta sensível e qualificada” que a prescrição recomenda, a qual é prejudicada pelo trabalho quase mecânico, por isso é preciso desenvolver estratégias individuais ou em dupla, de modo que não se “se perca nada”, por que há “muitas exigências”, mas que não se priorize o documento em detrimento do humano. E isso é sim movimento de mudança despertado pelo método.

Já na autoconfrontação cruzada surgiram vários aspectos que serão retomados dentro dos respectivos tópicos, por ora, ressalta-se o que os técnicos consideraram como importantes no que tange o fazer profissional sobre a acolhida do adolescente e da família no primeiro atendimento, a partir do fazer do outro profissional.

Ainda nos primeiros minutos de uma das ACC, um dos profissionais pausa o vídeo e observa a quantidade de informação que foi passada para o adolescente e o responsável em tão pouco tempo. Questiona e a linguagem técnica que foi utilizada durante o atendimento e, vai além, problematizando a eficiência do próprio atendimento e do colega de trabalho.

“assim... é... o que é comum pra gente, pra eles é tudo muito estrangeiro né? Então assim, ficar muito claro, de novo né, pro adolescente, todos esses termos: liberdade assistida, CREAS... acho que a gente não é eficiente... a gente é eficiente quando explica, mas será que ele aprendeu? Será que ele guardou?[...] mas até onde a gente tá sendo eficiente aí?” (ACC – Profissional 1 – CREAS Amarelo).

“e aí depois você vai perguntar “você entendeu?” né, aí ele pode até dizer alguma coisa que ele entendeu, mas nem tudo que a gente achava que ia passar pra ele ((risos)) tá, totalmente, né?” (ACC – Profissional 2 – CREAS Amarelo).

Observamos que nos dois trechos de fala acima a preocupação principal é se o adolescente conseguiu entender o que lhe foi falado, se a linguagem jurídica foi traduzida corretamente, se eles conseguiram se fazer entender. Questionam se conseguiram ser

eficientes nesse processo de explicação, a fim de potencializar o processo de vinculação dele e do responsável com a MSEMA, desde o primeiro atendimento. Relatam também tal preocupação no seguinte trecho.

“é uma preocupação nossa, a gente fala muito sobre isso. A gente já pintou a parede, a gente já colocou plaquinhas, já colocou o computador, tudo de uma forma a facilitar, a simplificar a trazer esse jovem” (ACC – Profissional 1 – CREAS Amarelo).

Apesar da proposta da autoconfrontação cruzada ser voltada para o diálogo profissional, estimulando a controvérsia, nos três últimos recortes de fala há predominância da terceira pessoa do plural, pois estão se referindo para o colega a partir da primeira pessoa do plural: “nós”, “a gente”. Não conseguindo dirigir a fala para segunda ou terceira pessoa do singular, referindo-se diretamente ao colega. A expectativa do método da autoconfrontação cruzada é que aconteça a crítica a partir do fazer do outro e não do meu próprio fazer, retomando as fragilidades e as potências do que está sendo observado no outro. No entanto, observei que quando se tratava de aspectos mais negativos do fazer, a fala era mais realizada a partir do “nós”, já quando se abordava aspectos mais favoráveis sobre o par, a ACC ocorria com mais facilidade.

Quando as técnicas se questionam quanto à eficiência do próprio do trabalho estão avaliando seu próprio poder de agir sobre a atividade. Segundo Clot “o poder de agir se desenvolve ou se atrofia na “caixa preta” da atividade de trabalho” (2010, p. 15). Logo, a atividade dá o tom, o contorno daquilo que precisa ser feito, isto é, o raio de ação do sujeito. Na medida em que o poder de agir “aumenta ou diminui em função da alternância funcional entre o sentido e a eficiência da ação em que se opera do dinamismo da atividade, ou seja, sua eficácia” (CLOT, 2010, p. 15). Esse movimento, para o referido autor, possibilita a descoberta de novos objetivos e metas.

Outro ponto que me nos chamou atenção na ACC é acerca da percepção que elas apresentam sobre a forma como ambas atendem; as diferenças existentes, aquilo que Yves Clot denomina de estilo profissional. Há o reconhecimento por ambas da importância dessa diferença, da complementaridade que uma exerce sobre o atendimento da outra.

“e, assim, uma outra análise aqui que a gente pode fazer... e ela é muito, respeita muito o meu olhar. A gente tem sim uma integração excelente, desde sempre, mas a gente se respeita muito. Ela sabe que eu sou bem diferente dela [...] é como se fosse o ébano e o marfim, a gente se combina, né. São totalmente diferentes, mas eles estão aqui, juntinhos.” (ACC Profissional 1 falando sobre o Profissional 2 – CREAS Amarelo)

“Então, eu já não fui tão polida, dessa forma. Eu já fui mais incisiva, né? Ela consegue se manter neutra ali e dar muito crédito, e eu já não consigo dar esse crédito pro menino, pro adolescente ou pra menina... porque é meu perfil, é o meu olhar, né, e eu já vou [...] É a palavra dele ali, aí ela trabalha em cima da palavra dele e ele vai se mostrando. Então, é uma questão mesmo de justiça, ela espera o acontecer ((interrupção)) e eu não, eu já vou em cima” (ACC – Profissional 1 falando sobre Profissional 2 – CREAS Amarelo)

Compreendo, a partir desses dois recortes anteriores, que o movimento da ACC de fato ocorreu, ainda que haja resquícios de ACS, são falas endereçadas às potencialidades do parceiro de equipe, onde um profissional reconhece as qualidades do colega de trabalho, mesmo que a partir daquilo que ele próprio não consegue fazer. Além de perceber, por meio do instrumento da ACC que o fazer deles se complementam, apesar das diferenças existentes.

Para Clot (2010), o gênero se renova por meio do estilo profissional e ante a emergência do real da atividade, estando “constantemente submetido à prova do real; não somente obrigação a respeitar, mas também recurso a renovar e método a ajustar” (p.125). Logo, as diferenças evidenciadas pelas técnicas na ACC, são próprias do estilo profissional de cada uma delas, mas não estão descoladas daquilo que é o gênero profissional.

5.1.2 Adesão da família

A participação da família no projeto socioeducativo do adolescente é bastante valorizada pelas equipes. Desde o atendimento de acolhida até o fim da medida é solicitada a presença do familiar nos atendimentos, seja nos individuais ou em grupo, exceto quando o adolescente torna-se maior de idade durante a medida. Nesse caso, a presença do familiar não é abordada como exigência, mas solicitada e apresentada ao mesmo como muito bem vinda, o que significa que não haja atendimentos só com ou adolescente ou só com o responsável.

No entanto, presenciei situações em que o protocolo deixou de ser seguido em benefício do adolescente e de seu processo socioeducativo. Por ocasião em que alguns foram ao atendimento sem o responsável, o socioeducando não deixou de ser atendido. Os casos foram quando um adolescente foi buscar a nova frequência mensal e seu responsável não conseguiu ser liberado das atividades laborais. Outro foi próximo à data em que o adolescente iria completar a maior idade. Obviamente, deve haver outros casos semelhantes. O importante é que a presença da família é valorizada e solicitada. Porém, quando não é possível a participação do responsável no atendimento, o adolescente – cerne da medida - não sai prejudicado. Entende-se que tal posicionamento mostra uma autonomia nas ações dos

profissionais e compreensão da realidade que envolve os usuários atendidos. Além disso, está em consonância com o que está prescrito no SINASE e no ECA, pois o adolescente é considerado sujeito de direito.

A percepção do adolescente como pessoa em situação peculiar de desenvolvimento não pode servir como justificativa da visão tutelar do revogado Código de Menores, que negava a condição de sujeito de direitos e colocava o adolescente em uma posição de inferioridade (CONANDA, 2006, p. 26).

Cumprir registrar que durante toda pesquisa de campo, não presenciei nenhum atendimento inicial sem o responsável. Segundo um dos profissionais, no começo da medida, geralmente “eles fazem tudo certinho, chegam com uma vontade de cumprir tudo”. Outra técnica informou que eles recebem essa determinação de que eles precisam se apresentar ao CREAS com um responsável, ainda em audiência e é reforçado pelo setor psicossocial da VIJ na entrega do encaminhamento, o que diminui a incidência de casos de ausência de familiares e responsáveis.

Quando o adolescente entra no sistema é preciso que a família também ingresse. Por isso, o trabalho dos profissionais é direcionado para além do socioeducando, com ações que visem garantir o fortalecimento da família, bem como a participação dela no envolvimento da medida e encaminhamentos para a rede assistencial. A seguir narrarei um atendimento de acolhida que participei no CREAS Verde.

O adolescente chega ao serviço com o pai idoso, visivelmente bem debilitado, andando apoiado por muletas e com o pé enfaixado. O atendimento começou pelo pai, que foi justificando a ausência do filho nos atendimentos, porque ele não teve condições de trazê-lo, por estar bem doente, segundo ele, um tumor nos pés. A técnica escutou o pai e fez umas sugestões de lugares onde poderia começar seu tratamento, com encaminhamento para a rede de saúde. O adolescente estava no atendimento devido a situação de reincidência. Ele deixou de cumprir a medida anterior e acabou se envolvendo em outro ato infracional (NOTA DE DIÁRIO DE CAMPO, 29/04/2019).

Chama atenção o fato de que o atendimento inicia reconhecendo as demandas do familiar responsável, onde o profissional se implica com o bem-estar deste. Ainda assim, não deixou de trazer aspectos fundamentais da itinerância do adolescente. Antes de começar o preenchimento do PIA, que seria o objetivo do atendimento, o profissional falou sobre a importância do cumprimento da medida, haja vista que o adolescente já contava com 17 anos, não cumpriu a medida anterior e cometeu outro ato infracional. Segundo o membro da equipe

técnica, este adolescente possuía forte envolvimento com o tráfico de drogas e comportamento adicto.

Quando o profissional perguntou se ele tinha parado de usar as drogas, o pai fez uma intervenção: “fala a verdade, meu irmão!”. Após ser questionado se iria cumprir a MSEMA, o adolescente reconhece que deixou de vir por preguiça, mas que iria se esforçar mais desta vez. Está evadido da escola. A mãe faleceu de câncer quando ele tinha 12 anos, segundo o pai foi a partir desse período que começou a dar trabalho. Compreendo que este atendimento foi bem interessante, pois pude acompanhar como o espaço de escuta não é só para o adolescente, mas para a família como um todo, tanto que foi preciso ouvir primeiro a demanda de saúde daquele pai, para, a partir daí, seguir com o atendimento. Foi nesse momento também que o profissional implicou o adolescente nos cuidados com o genitor, que já é idoso. Também foi importante por que pude perceber quão significativa é a presença do responsável nesse momento, pois ao mesmo tempo em que a técnica vai tentando implicar o adolescente sobre a responsabilização que ele tem com a MSE, o responsável também vai sendo “convocado” a assumir sua parte nesse processo. (NOTAS DE DIÁRIO DE CAMPO, 29/04/2019)

Com base na situação observada acima, entendo que o atendimento psicossocial realizado no CREAS mesmo que voltado para a questão infracional, também tem um efeito terapêutico na medida em que busca a compreensão do sofrimento de sujeitos e suas famílias nas situações de violação de direito, e visa à promoção de mudança, autonomia, superação. Tal como orientado nos cadernos do CFP, “na política de assistência social, o vínculo estabelecido entre o profissional e o público do CREAS deve ser construído a partir do reconhecimento de uma história de vida, imersa em um contexto social, sem uma perspectiva individualizante” (CFP, 2012, p. 39), daí não ser possível ignorar ou minimizar as questões que envolvem os familiares do adolescente. Logo, vejo o CREAS como espaço de potência, não só para o cumpridor da MSE, mas para os responsáveis também, oportunizando abordar muitas questões que parecem não serem ditas, mas que na presença do técnico ganham força para serem retomadas, como foi o caso da dúvida do pai quanto ao uso de substâncias entorpecentes pelo filho.

Compreende-se que isso se dá pela acolhida e segurança que esses profissionais transmitem para os familiares, além do fato desse espaço de fala ocorrer dentro de uma instituição pública, que possui relação direta com o Sistema de Justiça. A título de exemplo, presenciei em outro atendimento de acolhida, choros e gritos de uma mãe por vários minutos com o filho que não queria cumprir a MSE, após uma retomada de medida²¹. Resignificar

²¹ Tratando-se da mesma medida socioeducativa, estando o adolescente a cumprir a medida aplicada e, sobrevivendo nova medida, por fato anterior, com a unificação, deverá ser levado em consideração o período de medida já cumprido, ou seja, a medida em andamento não será retomada do seu termo inicial, pois há vedação legal quanto ao reinício de cumprimento de medida (art. 45, § 1º, primeira parte, da Lei do SINASE), embora

essas relações familiares faz parte deste fazer profissional, cujas ações perpassam várias atividades associadas, que podem produzir esse efeito terapêutico, “tais como a realização de grupos psicossociais, a inclusão em novas sociabilidades, o retorno à escola, o apoio financeiro ou material, o acolhimento, entre outros” (CFP, 2012, p. 39). No trecho a seguir fica bem evidente, o efeito terapêutico decorrente dos atendimentos no âmbito da assistência. Trata-se de um atendimento de encerramento de MSEMA, onde o pai reconhece que a ausência dele repercutiu na vida do filho.

Profissional: Como foi esse período de retorno ao convívio com o Estudioso?

Pai: Pra mim foi uma experiência única, por que ele é meu mais velho... e sempre tentei me aproximar dele, aí tinha aquela desavença com a mãe, aquela coisa toda, eu era um pouco explosivo até. E hoje eu posso falar pra ele que eu amo ele, que eu preciso dele, assim como ele precisa de mim. Ele me dá força e eu dou força pra ele, quero que ele se exemple em mim e eu se exemple nele (NOTAS DE DIÁRIO DE CAMPO, 21/05/2019).

As autoconfrontações simples do atendimento de acolhida nos forneceram informações do cotidiano profissional dos técnicos quanto à chegada do adolescente e da família, no que tange a própria estruturação do serviço e como se constrói no usuário a visão da assistência social atualmente. Segundo a técnica 1 do CREAS Amarelo, um dos primeiros desafios é explicar a família e ao adolescente que nem tudo será resolvido no âmbito do CREAS.

Aqui a gente desconstrói uma coisa bem importante! Que o adolescente vem com a ideia de que aqui vai ser feito tudo, né? [...] Essa desconstrução ela é importante, mas eu noto que até a família: “ei, mas pera lá, mas num são vocês que fazem isso? [...] Eles acham que a gente deve que ir com eles na escola ou a gente deve ir antes deles” (ACS – Profissional 1 – CREAS Amarelo).

O profissional remete ao princípio da Incompletude Institucional, um dos principais norteadores da política de atendimento (Art. 86, ECA), que prevê a utilização dos serviços disponíveis na rede, no âmbito da educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outras. Além de responsabilizar as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes, visando à proteção integral (CONANDA, 2006).

Nesse sentido, a mudança de paradigma proposta pelo ECA visa romper às práticas do assistencialismo de outrora e procura instaurar uma nova práxis que corresponsabiliza todas

as esferas do governo (União, Estados e Municípios), bem como os setores da sociedade civil, família e comunidade.

Porém, apesar de considerar necessária essa desconstrução da visão assistencialista que impregna ainda os serviços públicos, o profissional 1 do CREAS Amarelo, verbaliza reflexões sobre como e em que momento deve ser feito, questionando se já deveria ser feito no primeiro atendimento.

“Mas será que nesse primeiro momento? Essa desconstrução ela é importante, mas eu noto que até a família: “ei, mas pera lá, mas num são vocês que fazem isso?” (...) É uma desconstrução que pode ser mais gradual. Será que nesse primeiro momento, num sei, é uma crítica! Eu deixo claro, é verdade, mas será que nesse primeiro momento num assusta?” (ACS – Profissional 1 – CREAS Amarelo).

De modo similar, o profissional 2 do CREAS Amarelo, quando realizou sua ACS se questionou quanto ao modo e ao momento de abordar o ato infracional.

“O que eu achei, assim: algumas coisas eu mudaria no atendimento, a questão de, da abordagem que eu fiz com ele com relação à questão de de, falar sobre o ato infracional, né? Acho que eu fui um pouquinho muito direta, né?” (ACS – Profissional 2 – CREAS Amarelo)

Porém, o profissional enfatiza da necessidade de se ter um momento em que se possa falar da contextualização do ato, assim como sobre a responsabilização que o cumprimento da medida exerce e as repercussões da prática infracional para o adolescente, família e sociedade.

“eu acho que a gente precisa falar um pouco sobre isso, ou no primeiro momento ou no outro momento, né? Porque, às vezes, a família... num dá tempo de a gente conversar sobre isso porque eles trazem outras nuances, né? Mas, acho que tem que ser feito essa reflexão pra entender, né? Pra entender essa dinâmica porque que eu tô aqui... Das consequências pra minha vida, pra minha família, né? E o contexto social também” (ACS – Profissional 2 – CREAS Amarelo).

Outro ponto trazido pelo profissional 1 do CREAS Amarelo na ACS, ainda sobre o atendimento de acolhida, diz respeito aos agendamentos, no que tange a obrigatoriedade do comparecimento no dia e horário estabelecidos. Segundo ela, “a demanda de atividades é grande e elas precisam ter o mínimo de organização, para não atrapalhar as demais atividades e os outros atendimentos”, referindo-se a uma situação em que o adolescente compareceu fora da data agenda.

“Mas pra eles virem pra cá nas datas agendadas, cumprir com esse cronograma, eu sei que é muito difícil, mas eu deixo bem claro aí as exigências. Se não der pra acontecer na data agendada, vamos conversar! O que foi que aconteceu? Tem uma justificativa plausível? Não tem problema! Reagendamos, né? Mas deixar de qualquer forma, deixar muito solto, eu vejo que não é interessante para o adolescente, deixa de fazer sentido aí a medida” (ACS – Profissional 1 – CREAS Amarelo).

Para esse profissional, o cunho pedagógico da medida está também relacionado com o cumprimento da agenda, isto é, a obrigação do adolescente e responsável estarem presentes nos dias e horários previstos, por outro lado, não há uma rigidez total quanto a tal aspecto, é possível fazer reordenamentos, desde que previamente comunicados.

Ancorado as nossas observações de campo, compreendo que esse aspecto mencionado pelo profissional na ACS é comum em todos os CREAS, haja vista todos os adolescentes receberem uma agenda de identificação/agendamento em todos os atendimentos iniciais, além de ser verbalizado pelas equipes técnicas, em vários momentos, a importância do cumprimento da agenda pelos usuários. É um instrumento que facilita a organização das atividades desenvolvidas, tanto para os profissionais, quanto para os adolescentes e familiares.

Ao se auto-observar durante a ACS, o profissional explica a importância e necessidade do cumprimento dos agendamentos, o profissional compreende como um aspecto positivo do seu fazer, apesar de algumas críticas sinalizadas pelos pares, conforme evidenciado no trecho a seguir.

“É uma crítica positiva que eu faço do meu atendimento. É um ponto que eu pego assim, de uma forma, num vou dizer pesada, mas incisiva (...) Mas é uma crítica que recebo até de minhas outras colegas aqui, pelo fato de eu ser incisiva, como eu falei, nesse aspecto, mas é um lado que eu gosto (...) Pode não ser visto com muito bons olhos, nesse momento pelo adolescente, mas mais adiante eu acredito que vai surtir um efeito. A gente tem que contribuir de forma positiva pra essa dinâmica” (ACS – Profissional 1 – CREAS Amarelo).

As autoconfrontações cruzadas realizadas pelos profissionais no que se refere à família no processo de acolhida denota a importância da participação desde o início da MSEMA. Nos trechos a seguir é ressaltada a importância dos vínculos familiares harmoniosos, que interferem no cumprimento da medida.

“Pra eles estarem aqui com a gente, eles precisam estar bem... e nem sempre a gente tá bem em casa, nem sempre a gente tá bem na família, né?” (ACC – Profissional 1 – CREAS Amarelo).

“...principalmente na LA, a gente vê que esse acompanhamento da família faz a diferença pra que ele continue cumprindo a medida socioeducativa” (ACC – Profissional 2 – CREAS Amarelo).

Durante a ACC o profissional 1 trouxe uma situação que aconteceu com ele em outro atendimento de acolhida, que denota uma das possíveis nuances da atividade profissional na relação com a família, conforme descrito a seguir.

“O pai tava desde 8h da manhã ali e sisudo, e eu querendo interagir com o homem e ele falando “não, mas eu estou esperando ali, eu estou esperando o fulano” aí eu disse “tá certo, ele deve tá chegando”, aí depois ele falou comigo “a senhora é a responsável?” eu digo “eu não sou responsável, eu faço parte de uma equipe”, “ah tá. Ah! Chegou o homem, aí eu “então vamos lá!”[...] então o pai joga a responsabilidade no sentido de “é, aconteceu isso porque ele tá morando com a mãe, comigo tem lei, comigo tem regras”, aí eu já fui e questionei “então o senhor espera que a medida socioeducativa que o seu filho vai cumprir aqui dê certo sem essa sua supervisão com leis e regras?” Ficou calado, porque... se se eximir pra dar certo, não dá pra se eximir [...] pra dar certo tem que agregar, tem que dar a mão” (ACC – Profissional 1 – CREAS Amarelo).

O trecho acima relata que o pai do adolescente está aborrecido porque o filho, que mora com a mãe, atrasou-se para o atendimento inicial e o genitor atribui a culpa do atraso ao fato do cumpridor residir com a mãe. Diante dessa situação a técnica também o responsabiliza e o convoca a participar ativamente. O que nos move o seguinte questionamento: em que medida a participação da família é realmente efetiva? Porque o pai chegou cedo, mas se exime e culpa a mãe pelo atraso do filho, não se vendo como corresponsável.

Por outro lado, em uma das ACC, também é reconhecida a importância da família como parceira durante o processo socioeducativo.

“e aí né, a gente tenta fazer o que dá pra fazer dentro daquilo, dentro das nossas limitações, né, dentro da limitação também que a família tem e, apesar de seis meses, eu acho que é pouco pra um adolescente que vem uma vida toda tendo seus direitos violados, sem orientação, sem acompanhamento, né... mas, a gente consegue várias vezes ter bom êxito... quando a família também tem essa boa vontade de acompanhar, porque a gente vê, às vezes, uns com tanta dificuldade, mas que encaram o problema e conseguem superar” (ACC – Profissional 2 – CREAS Amarelo).

5.1.3 Prescrições, instrumentais e procedimentos na entrada do sistema

A normativa prescritiva (BRASIL, 2010; CFP, 2012) acerca da acolhida do adolescente e de sua família ao serviço de MSEMA faz recomendações quanto à postura profissional do técnico e os principais aspectos a serem informados no cumprimento da

medida. E para tanto, faz-se necessário o uso não só de metodologias, bem como de instrumentais diferentes que auxiliaram na execução e acompanhamento da medida socioeducativa.

O primeiro instrumental que o adolescente tem contato - encaminhamento do adolescente e responsável ao CREAS onde cumprirá a medida - é entregue após a audiência ou no primeiro dia útil subsequente. No encaminhamento constam informações como: dados gerais de identificação, se o adolescente é reincidente ou não, o tipo de medida que foi aplicada, cumulada com a medida protetiva de matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento de ensino, a data, horário e em qual CREAS deve se apresentar (Anexo 03). No setor psicossocial da VIJ, adolescente e seu responsável recebem explicações sobre as MSEMA. Munidos de tal encaminhamento, são orientados a se apresentar ao CREAS na data agendada.

As guias de encaminhamentos oficiais levadas pela gerência do atendimento socioeducativo aos CREAS, contém a cópia da sentença anexada, consta de número de processo, dados de identificação do adolescente, tipificação do ato infracional, medida aplicada, se é reincidência ou retomada de medida, data de comparecimento e CREAS designado. Esta guia implica na obrigação do CREAS comunicar a vara, em um prazo máximo de 20 dias, se o adolescente compareceu ao atendimento agendado. A guia também é inserida no Sistema de Automação Judicial.

Ocasionalmente acontece de o adolescente chegar ao CREAS antes da guia de encaminhamento. Nestes casos, o adolescente não deixa de ser atendido, mas algumas informações precisarão ser retomadas posteriormente, como o número do processo, ato infracional e tipo de medida. O comum, entretanto, é que geralmente quando o adolescente chega ao serviço, já está preparada para ele uma pasta com os seguintes instrumentais e documentos: a) guia de encaminhamento do judiciário com a sentença, b) capa do PIA, c) PIA, d) folha de evolução e e) cartão de identificação/agendamento/ acompanhamento (varia a denominação a depender do CREAS). O respectivo material é comum tanto à medida de Liberdade Assistida quanto à de Prestação de Serviço à Comunidade. A diferença é que na PSC, há outros instrumentais introduzidos: Termo de encaminhamento - PSC (anexo 06), Ficha de Frequência e Relatório Avaliativo (Anexo 07).

O Termo de Encaminhamento possui informações breves sobre a medida socioeducativa de PSC e o contato funcional das técnicas; o Relatório Avaliativo é o

orientador da PSC que preenche mensalmente e envia com a Ficha de Frequência, esta o adolescente assina no local onde realiza a medida. Todo mês, o adolescente e/ou responsável vai ao CREAS entregar a frequência do mês que passou e pegar a do mês vigente.

A maioria dos atendimentos que participei os adolescentes já saiam do CREAS sabendo onde iriam realizar a PSC, quando isso não acontecia lhes era entregue um instrumental “Sugestão de locais para cumprir PSC” (Anexo 08). Segundo os profissionais, os lugares disponíveis para o cumprimento, às vezes, não são próximos da residência do adolescente, é quando entra em cena o instrumental supracitado, a família e/ou o adolescente propõem durante o atendimento algum local que porventura eles já sabem que poderia ser realizada a PSC, como uma igreja, ou levam o instrumental para casa com o intuito de verificar a disponibilidade do território. Na opinião de alguns técnicos que acompanham as MSEMA é um instrumental simples, mas de grande resolutividade, além de ajudar a expandir a rede dos locais de cumprimento da PSC.

Então, nesse primeiro momento a equipe lida com vários instrumentais, principalmente quando se trata da PSC. Faz parte do atendimento de acolhida o início do preenchimento do PIA, bem como explicar para o adolescente e responsável os instrumentais da PSC. Também tem outro instrumental que achei bem interessante (Anexo 9), que trata do acompanhamento pessoal que o adolescente pode ir fazendo ao longo da medida, bem como a família, verificando quantas horas faltam para integralizar a carga de prestação de serviços sentenciada (em apenas um CREAS).

Apesar da existência de instrumentais informativos e de acompanhamento, estes parecem não ser suficientes para abarcar todas as demandas do cotidiano das medidas, havendo ocasião em que adolescentes necessitam recorrer aos seus profissionais de referência. A esse respeito, as profissionais de um dos CREAS relataram que forneciam o número de celular pessoal aos usuários, porque estavam sem o celular funcional, com o intuito de facilitar várias demandas dos usuários.

Uma das situações que transcende os recursos dos instrumentais é a identificação e encaminhamento do adolescente ao local de cumprimento da PSC. Assim que a família encontra um local favorável para cumprir a medida, esta entra em contato com a equipe de referência para passar os contatos da instituição que irá acolher o adolescente. Toda mediação é feita por telefone, pois antes do adolescente ser encaminhado para o local de cumprimento da PSC, é necessário o contato da equipe explicando sobre a medida socioeducativa de PSC e

os documentos que o orientador irá receber. O responsável, juntamente com o adolescente é chamado ao CREAS para receber os instrumentais de acompanhamento de medida para em seguida se apresentar na instituição.

Abrir um canal de comunicação com o adolescente nesta esfera vai além do prescrito, levando-me a problematizar se isto não era muito complicado. Quais limites podem ser ultrapassados? Sobre isso, uma profissional respondeu que só retorna as mensagens de *whatsapp* e ligações telefônicas em horário de trabalho. Contudo a questão suscita outros pontos de discussão, a exemplo de um diálogo registrado em diário de campo:

O profissional afirma ser criticado pelos demais colegas por isso, mas que é um dos modos que ele compreende “para fazer a medida andar”. Insisti com ele que tal situação mascara um problema institucional, pois eles precisam de um telefone funcional com *whatsapp*, no entanto, ele reafirmou que “num tem, mana!” (Nota de Diário de Campo, 25/04/ 2019).

A partir da necessidade expressa pela profissional acerca da atividade - “fazer a medida andar!”-, compreende-se que tal posicionamento está relacionado ao desejo de ser resolutiva e eficiente diante de uma prática profissional que envolve demandas tão complexas. O conflito instaurado é visto por Yves Clot como positivo. Para o autor, quando a atividade é privada dos sentidos próprios do conflito, ela se torna amorfa (CLOT, 2010). O conflito mobiliza o poder de agir do profissional, ante o sentido e a eficiência da atividade, com o intuito da ação ser tornar eficaz.

Em um ponto da análise extraído de uma sessão de ACS, ao assistirem um registro audiovisual de seu fazer, ambas os profissionais ressaltaram o preenchimento de muitos instrumentais na acolhida, mas reconhecem também isto como parte das obrigações do trabalho que lhes competem.

“geralmente, a gente tem a parte burocrática de documentação, que tem que assinar, né? é a parte de...É! De preenchimento... que demora um pouco, mas que a gente precisa pegar essas informações...” (ACS – Profissional 2 – CREAS Amarelo).

A hipótese elaborada a partir das autoconfrontações com os profissionais quanto ao seu fazer quando da entrada do adolescente no sistema socioeducativo em meio aberto aponta que:

O acolhimento inicial exige procedimentos de transmissão e obtenção de informações, contudo, o registro dessas informações tende a dificultar a escuta e formação do vínculo. Isto

gera paradoxo no fazer dos profissionais, que valorizam a escuta e comunicação desta etapa do atendimento. São pensadas e realizadas alternativas para solucionar esse paradoxo. Quando muito técnica a linguagem é um obstáculo à comunicação com os usuários. Os instrumentais são reconhecidos como mediadores imprescindíveis nessa relação, a exemplo do PIA. A participação da família é reconhecida como importante para o cumprimento da medida.

5.2 Cumprindo a medida

A partir do resultado da codificação axial dos dados produzidos por meio dos diferentes instrumentos da pesquisa, cinco subcategorias foram destacadas na análise do fazer das profissionais no módulo temporal que envolve o cumprimento da medida. São elas: instrumentais utilizados com o adolescente na execução da medida; a relação que as equipes estabelecem com o judiciário, fatores que interferem na execução da medida, a saúde do profissional e equipe interdisciplinar. A seguir, detalhamento de cada uma delas.

5.2.1 Instrumentais e Mediação do trabalho

O trabalho das equipes de acompanhamento socioeducativo é atravessado por vários instrumentais, com finalidades diversas, que vão dando sentido e forma ao trabalho desenvolvido. Segundo o Caderno de orientações técnicas para medidas socioeducativas em meio aberto (2010, p. 86), “o trabalho a ser realizado pela equipe ou técnico de referência deve ser estruturado em três etapas: a acolhida; a elaboração do PIA e as atividades de acompanhamento”. Em cada uma dessas fases as ações devem ser planejadas e articuladas com intuito de promover o potencial da medida.

Mencionei anteriormente a presença de instrumentos que são utilizados desde a entrada do jovem no sistema e a necessidade das equipes levantarem um grande volume de informações já na entrevista inicial. Estas ações ocorrem mediadas por instrumentos ou artefatos, dentre os quais o PIA – Plano Individual de Atendimento – ocupa lugar central no projeto socioeducativo.

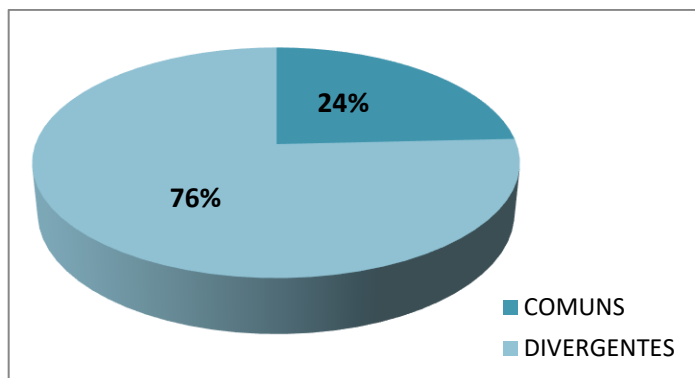
Foram levantados os seguintes instrumentais, os quais estão presentes no cotidiano de serviço desses profissionais:

Quadro 07: Lista de Instrumentais

Nº	TIPOS DE INSTRUMENTAIS
1	PIA - LA e PSC
2	Encaminhamento – PSC
3	Relatório Avaliativo – PSC
4	Ficha de frequência – PSC
5	Carteira de Identificação/ Agendamento/Acompanhamento
6	Encaminhamentos diversos
7	Declaração de comparecimento
8	Convocação
9	Ficha de evolução
10	Mapa de produção/Atividades realizadas
11	Agenda mensal de atendimento
12	Escala mensal de acolhida
13	Capa PIA – LA e PSC
14	Busca ativa
15	Visita domiciliar
16	Visita institucional
17	Termo de compromisso do adolescente
18	Termo de compromisso dos responsáveis
19	Documentação necessária
20	Calendário mensal das oficinas
21	Sugestão de locais para cumprir PSC
22	Acompanhamento de cumprimento da medida para o adolescente
23	Lista de frequência oficinas – convite
24	Lista de frequência oficinas – dia
25	Controle de frequência da MSE – LA e PSC
26	Planilha de monitoramento
27	Termo de recebimento
28	Folder explicativo sobre o CREAS
29	Anamnese
30	Autoavaliação do adolescente (ao iniciar a MSE)
31	Carta autoavaliativa (ao finalizar a MSE)
32	Ficha de demanda indevida
33	Grupo de acolhida mensal (até 20 adolescentes)

Elaborado pela autora

Alguns dos instrumentos foram criados coletivamente, sendo utilizados por todas as equipes socioeducativas dos CREAS, como é o caso do PIA; outros foram criados pelas equipes de forma isolada, a fim de atender as especificidades de seu fazer. A seguir, temos um gráfico demonstrando o que é comum e o que é adaptado e/ou construído para uso em um CREAS ou dupla específica:



Elaborado pela autora

Acessando as autoconfrontações simples foi bastante comum entre os profissionais a seguinte fala: “precisamos registrar tudo!”. Existe a compreensão que é parte inerente da natureza do trabalho, sejam aquelas ações realizadas de forma presencial ou monitoradas via telefone.

Além de essa prática favorecer a continuidade do trabalho. Em uma das autoconfrontações cruzadas o profissional explica a necessidade do registro de todas as atividades. No comentário a seguir, o colega elogia e reconhece o quanto isso é bom para o andamento do serviço. Funciona como um fio condutor para ações que já foram feitas e àquelas que ainda estão por vir.

“é... por isso que ajuda muito no trabalho dela, que ela fala dessa questão que ela consegue se encontrar, né, dá continuidade no trabalho... eu faço questão de deixar, até pra mim mesmo tentar dar uma orientação mesmo. Tudo deixar registrado: se o menino ligou, se ele veio, se não veio, que aí segue aquela sequência né, a gente não se perde, porque se falta uma informação, se a gente deixa de registrar, já era” (ACC – Profissional 3 – CREAS Vermelho).

Também remeteram a necessidade de solicitar a frequência mensal escolar a fim de comprovar para a justiça que o adolescente está frequentando a instituição de ensino, como segue no trecho abaixo.

“Nessa parte da escolaridade, que a gente sempre pede porque ele já tava terminando, né, mas o certo era a gente pedir todo mês. Toda vez que ele vem, que o adolescente vem, a gente pede a declaração escolar, principalmente quando é liberdade assistida, uma das medidas, né, porque como ele não tava trazendo, aí a gente solicita que pelo menos a última, porque as vezes eles esquecem né?” (ACC – Profissional 1 – CREAS Vermelho).

Observamos que outra preocupação desses profissionais é em relação ao quantitativo de horas cumpridas na PSC. Em uma das falas, a técnica assegura que “não adianta fazer o relatório se tiver faltando uma hora. Tem que bater!”. Significa dizer que as horas determinadas pelo juiz tem que serem cumpridas, não pode haver incongruência de horas. Participamos de vários atendimentos de acompanhamento de PSC, sendo comum em todos os CREAS a contagem das horas efetuadas na presença do adolescente, a cada nova frequência trazida da instituição é feita uma nova contagem.

“E a gente procura fazer isso na frente dele, do socioeducando, pra depois não ter a controvérsia de que “ah, foi a assistente social, foi a psicóloga” que contou errado” (ACC – Profissional 1 – CREAS Vermelho).

Na ACS, o profissional 1 do CREAS Vermelho, enfatizou a necessidade de fazer essa contagem de modo a não ter nenhum erro. A preocupação consiste em não mandar o relatório de cumprimento para o juiz faltando horas, pois todas as frequências trazidas pelos adolescentes também vão em anexo para o juizado.

“Ai meu deus, conta na calculadora né, quando a gente leva o celular. Conta direitinho pra não ter erro de horas. É, nessa parte assim, a gente sempre conta as horas, faz a/a gente anota por mês, mas faz o cálculo no final porque/prá não ter erro, porque se faltar cinco horas e a gente mandar pro juizado, o juizado manda voltar por causa dessas cinco horas, né, então a gente conta” (ACS – Profissional 1 – CREAS Vermelho).

O trecho acima reportado pelo profissional evidencia o cuidado que os profissionais têm com a contagem das horas da PSC para não haver erros, de modo que o adolescente sai prejudicado. Denota uma transparência no processo, mas também uma certa tensão em evitar futuros constrangimentos.

Apesar da relação direta com os instrumentais, compreende-se que eles são o meio para o fim, que é o processo de socioeducação, que, a princípio, se dá a partir das relações e das experiências orientadas e acompanhadas dos adolescentes. Logo, não há uma rigidez ou padronização entre tais instrumentais, podendo haver variações ou adaptações de um CREAS para o outro, como é o caso do PIA, que apesar de ter sido construído coletivamente, não atende as especificidades de todas as equipes, conforme nos remete a fala de uma dos profissionais.

“social não é muito contemplada nessa primeira parte do PIA, né, a gente vai colocando pelos cantos a parte da moradia, questão habitacional que tiraram - só tem se a casa é própria ou não, questão do salário – de quanto ganha, não tem nesse novo

PIA, né. Coisas que a gente vai perguntando depois pro socioeducando. Da nossa cabeça porque não tem nessa primeira parte do PIA, como eu te falei eu coloco em cima. Eu coloco lá em cima. A etnia... e assim a gente vai se virando durante o atendimento, né, essa parte social, questionário, formulário, a gente ainda não tem o oficial dos CREAS, né, cada um faz o seu” (ACS – Profissional 1 – CREAS Norte).

A cada atendimento, uma nova meta é traçada, o que torna o PIA um instrumental vivo e operante. As equipes técnicas trabalham com a pactuação constante de metas para atender o objetivo máximo da medida. Durante os atendimentos, não apenas no atendimento de acolhida, decide-se em conjunto com o familiar e o adolescente quais ações precisam ser tomadas, quem será o responsável e como será feito, conforme evidenciado no Anexo 5. Em ACS um dos profissionais avalia a potência de tal instrumental da seguinte forma: “A gente já teve experiência de quando a gente não tinha esse instrumental, o que a gente percebia? Que ficava muito solto.” (ACS – Profissional 2 – CREAS Verde).

Dessa forma, os instrumentais vão dando contorno a execução da medida socioeducativa. Constituem-se como uma mediação necessária entre os profissionais e os usuários, mas vistos também como risco de sobrepor o espaço da escuta acolhedora e empática – um instrumento técnico de outra natureza -, visto como necessário, porque o próprio serviço precisa para bem acolher e bem cuidar.

5.2.2 Relação com o judiciário

Como parte das atividades de pesquisa de campo, tive a oportunidade de estar presente em várias situações onde representantes do judiciário se encontravam, desde a equipe técnica da VIJ, bem como o juiz e a promotora da Vara de Infância e Juventude. Ao longo do trabalho de campo, identifiquei aspectos positivos na relação das equipes tanto com o juiz, quanto com a promotora, inclusive dispunham do contato telefônico pessoal deles, caso precisassem de alguma demanda urgente. Entrevistas realizadas com as autoridades judiciárias e participação em uma reunião da equipe técnica com a promotora da Vara tiveram como propósito compreender um pouco mais da dinâmica das equipes com essa instância. Há boa relação tanto com juiz quanto com a promotora, possivelmente pelo fato de ambos se colocarem como parceiros, atentos às demandas do trabalho e os desafios para a socioeducação como um todo, tanto no meio aberto como no meio fechado. Contudo, tal relação da equipe técnica com o judiciário, por vezes, assume um caráter ambíguo e contraditório, mesmo que mostrem

interesses comuns, são profissionais formados com base ontológicas e epistemológicas muito diferentes.

Enquanto os profissionais do direito buscam a norma, o “dever ser”; os profissionais da psicologia e do serviço social procuram entender o “ser”, com todas as marcas históricas e sociais que constituem os sujeitos. Porém, mesmo que a relação com o judiciário seja harmoniosa, de fácil acesso e comunicação rápida, também causa desconforto, por conta da própria natureza do serviço, fazendo com que os profissionais se questionem quanto ao papel deles na política da assistência em interface com o sistema de justiça.

Durante a presença em um dos CREAS, um dos profissionais fez o seguinte desabafo: “Na prática, a gente acaba sendo uma extensão da justiça”. Entende-se como um desabafo, pela entonação com que a fala foi realizada e pelas as expressões faciais demonstradas. Continuando a fala o mesmo profissional afirma: “A justiça quer que ele cumpra a medida e nosso trabalho é fazer o menino cumprir! E, às vezes eu me sinto empurrando o menino pra um trabalho infantil punitivo” (Nota de diário de campo, 20/08/2019).

Compreende-se que quando o profissional fala de ser extensão do judiciário, seria em função da necessidade de fiscalizar mediante provas, que são produzidas ao longo da medida socioeducativa, isto é, é preciso que o adolescente prove que está cumprindo. Na PSC, a comprovação da frequência na instituição e na LA, a comprovação da vinda aos atendimentos e a exigência da frequência escolar mensal. Apesar de o objetivo ser o desenvolvimento do adolescente e a possibilidade dele ser reconhecido como sujeito de direitos, desvinculado da trajetória infracional, mediante a responsabilização do ato.

Por outro lado, ainda o mesmo profissional apontou modos alternativos que eles utilizam para que o fazer deles tenha sentido não só para o adolescente, mas para eles também, quando ele afirma: “o que faz diferença é a nossa abordagem”, ou seja, a forma como eles conduzem a medida, a argumentação utilizada e as formas de convencimento e explicação para o adolescente. A questão é: o que esses profissionais fazem para lidar com essas situações de modo a causar menos desconfortos pessoais e profissionais?

Essa preocupação com o que precisa ser provado, com o que deve ser registrado e com as obrigações dos profissionais perante à justiça foi evidenciada nos seguintes recortes de fala de ACS de profissionais de CREAS diferentes.

“É burocrático, não tem pra onde correr. Tem assinatura, tem preenchimento, né? Mas é como eu falei são dados que a gente não pode perder porque a gente também tem prazo a cumprir, contas a prestar... (risos)” (ACS – Profissional 1 – CREAS Amarelo).

“Porque, assim, olhando o vídeo, vejo muita preocupação em ver a documentação... que é necessário, mas... é muito burocrático de novo aqui a questão burocrática... agora olhando a gente tem/tá, precisa ter, mas assim... “cadê teu documento? Cadê o comprovante? pra gente poder ser mais pessoal com ele, tipo, depois eu conferia” (ACS – Profissional 1 – CREAS Azul).

Essa relação com o judiciário também se traduz na relação com o adolescente, pois sensibilizá-lo para o cumprimento da MSE, passa pelo viés da responsabilização, mas também pelo controle implícito do que o judiciário pode realizar, conforme presente no trecho de uma das ACS, a seguir.

“Não é um atendimento normal. É uma coisa que foi encaminhada pela justiça, né? É uma obrigação pra ele, num deixa de ser uma obrigação e que isso tem consequências também, pra vida dele e pra família também” (ACS – Profissional 2 – CREAS Amarelo).

Contudo, Moragas (2011, p. 37) nos alerta que apesar dessas ações estarem previstas no ECA e no SINASE, com o intuito de “garantir direitos e incentivar a autonomia, ao mesmo tempo que mescla atividades pedagógicas e tutelares, uma vez que a execução de todas essas atividades propostas implicariam em um extenso controle da social do adolescente”.

Conforme a uma das normativas na área os “relatórios do CREAS não devem se confundir com a elaboração de “laudos periciais”, relatórios ou outros documentos com finalidade investigativa que constituem atribuição das equipes interprofissionais dos órgãos do sistema de defesa e responsabilização” (BRASIL, 2011, p.43). Há o entendimento dos procedimentos quanto às informações que devem ficar registradas no prontuário e àquelas que devem ser sinalizadas no relatório que é enviado para juiz, como relatado a seguir.

“é, só que foi acordado... que aquele PIA nós construímos pra enviar pro juizado/a gente ia fazer depois um prontuário a parte, que ficasse no prontuário dele, que não fosse pro juizado essas informações. Algumas informações mais sigilosas que é próprio nosso. Pra gente. Por isso, que tem aquele lá, porque aquele vai pro juizado. Aquela parte” (ACS – Profissional 2 – CREAS Amarelo)

Nesse sentido, apesar da relação com o judiciário também ser mediada pelos instrumentais, como uma produção de prova sobre o cumprimento, os profissionais

compreendem os limites que existem nessa relação, que passa também pelo compromisso ético-político. Em consonância com a seguinte prescrição: “Na elaboração conjunta dos documentos que embasam as atividades em equipe interdisciplinar, psicólogos/as e assistentes sociais devem registrar apenas as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho” (CFESS, CFP, 2007. p.38).

5.2.3 Fatores que interferem no cumprimento

Percebi no cotidiano dos profissionais um grande esforço em fazer com que o adolescente se engaje na medida, bem como sua família. Contudo, muitos fatores podem interferir na ao longo desse processo, que dura seis meses, no mínimo. A seguir destaco alguns aspectos que os profissionais consideram que interferem na execução da MSEMA.

Primeiramente, há uma referência ao tempo, pois em seis meses várias situações podem acontecer, levando, inclusive ao abandono da medida. Quando eles percebem que o adolescente está faltando aos atendimentos no CREAS, no caso da LA, ou deixando de ir ao local de cumprimento da PSC, de pronto é feito monitoramento via telefone e/ou visitas domiciliares e institucionais.

“Os primeiros atendimentos são ótimos, né? Todo mundo motivado, tá todo mundo querendo mesmo cumprir, né, dar conta, virar a página... mas são seis meses. Em seis meses muitas coisas acontecem, né?” (ACC – Profissional 1 – CREAS Amarelo)

Durante o campo, tive a oportunidade de participar de uma manhã inteira de visita domiciliar. Não conseguimos encontrar os adolescentes em nenhum domicílio visitados, pois haviam se mudado para casa de outros parentes. Segundo os profissionais, que estavam presentes nestas visitas, geralmente, eles mudam de local de moradia por situações de risco de morte ou desavenças com chefes do tráfico.

A importância da inclusão da família no processo socioeducativo é unânime, tanto nas legislações, nas normativas e nos referenciais bibliográficos da área. Contudo, no cotidiano profissional com tal público, os técnicos mencionam que nem sempre a família está disposta a “cumprir a medida com o menino”, cuja fala nos remete ao envolvimento necessário da família para que o adolescente consiga ressignificar as relações familiares, consigo e com a sociedade. Como segue no trecho de uma das auto-observações da ACS.

“Preciso intervir muitas vezes, pedir pro menino sair pra conversar a sós com o pai pra poder fazer as advertências necessárias, porque às vezes os pais precisam sofrer advertência eeee, eu sempre penso que quase cem por cento dos casos que chegam aqui houve falha da família, ninguém chega aqui por a família tava redonda, se chegou aqui é porque alguma falha houve, alguma falha aconteceu no processo de educação desse menino” (ACS – Profissional 1 – CREAS Verde).

“E aí é todo um processo, né? Todo um processo pra família entender que é importante aquele adolescente ir pra escola” (ACS – Profissional 2 – CREAS Amarelo)

Não podemos perder de vista que a responsabilidade imposta à família é dividida com o Estado e a sociedade. Logo, é preciso que haja condições mínimas para que as famílias possam, de fato, exercer a função de proteger e cuidar. Nesse sentido, é preciso superar os discursos culpabilizantes em relação à família e considerar os lugares históricos, econômicos e sociais que a família ocupa na relação com a assistência social e, principalmente, com o sistema de justiça.

Outro tópico apontado pelos profissionais é sobre a quantidade informações que precisam ser transmitidas e explicadas aos adolescentes e familiares, pois a não compreensão do significado da medida, dos termos e dos instrumentais podem interferir no cumprimento. Durante uma das ACS, o profissional percebeu que precisava falar de uma forma mais acessível ao seu respectivo público, situação também evidenciada no atendimento inicial.

“Eu acho que a minha linguagem precisa ser simplificada, precisa simplificar um pouco mais porque..., ressocialização ele não sa..., talvez ele nem entenda o que que é, eu precisaria ter... ééé me expressado de uma forma mais simples com ele pra ele pode entender, acho que esse é um ponto também a melhorar” (ACS – Profissional 1 – CREAS Verde).

Contudo, não é uma questão que impede alguns profissionais de buscar alternativas, como nos recortes de trechos de ACS.

“Essa questão dos documentos que são bastante importantes, que a gente precisa, mas assim, 90% - 80%, eles não entendem o que estão fazendo, então de repente, a gente explicar de uma outra forma, como eu já fui professora, eu gosto de quadro, gosto do visual” (ACS – Profissional 1 – CREAS Amarelo).

“a gente precisa falar a linguagem deles”, então eu tenho sempre essa preocupação. Às vezes eu fico até repetitiva né, porque eu vejo... eu tô observando que ele ainda não tá entendendo, aí eu vou... mas redundante possível até ele compreender” (ACS – Profissional 3 – CREAS Vermelho).

Um dos parâmetros que os profissionais têm para avaliar o adolescente é a frequência escolar, que é solicitada todo mês, principalmente quando a MSEMA é de LA, pois como em Manaus só existe a LAI – Liberdade Assistida Institucional, não há a figura do orientador social. Logo, todo acompanhamento ao adolescente é realizado no CREAS e, às vezes, é possível fazer uma visita domiciliar na escola do adolescente, a depender do caso.

Outro problema que agrava a dificuldade de realizar o acompanhamento escolar dos cumpridores está relacionado à falta de pedagogo nos CREAS, nenhum deles tem pedagogo na equipe técnica de referência, à época da pesquisa. Por isso, o acompanhamento fica a cargo da equipe técnica de referência. Segundo elas, é mais uma “demanda complexa do serviço”, por não serem dessa área de formação, que elas precisam “dá conta”. Além do mais, “verificar a frequência mensal do adolescente, não significa que ele está bem na escola”. Em uma ACS o profissional fala da importância da presença de pedagogas no serviço de medidas.

“Eu queria poder (pequena pausa) ter acompanhado um pouco Estudioso na escola, isso pra gente é um pouco difícil porque somos poucos aqui, a equipe técnica é muito reduzida eeee eu acho que essa questão da aproximação entre o Creas e a escola é muito importante, eu queria poder ter ido à escola dele, conversar com a pedagoga da escola, pedido um apoio, mas só que durante os seis meses que ele esteve conosco em virtude de vários fatores que aconteceram aqui no Creas, eu não consegui realizar meu desejo [...]Não temos pedagoga! Não temos orientador social e isso também afeta nosso desempenho. Muito! (ACS – Profissional 1-CREAS Verde)

Segundo a NOB-RH/SUAS (2006, p. 14), a composição da equipe técnica de referência, deve-se levar “em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários”. Além desses fatores as profissões devem ser regulamentadas em lei.

Tomando por base o documento acima referido, na Proteção Social Especial não há nenhuma especificação direta quanto à necessidade do profissional em pedagogia ser parte da equipe técnica de referência, porém o cotidiano do serviço com as MSEMA vem apontando cada vez mais para a pertinência dos pedagogos nos CREAS.

Durante o campo de pesquisa também ouvi falar bastante sobre o quanto é difícil o adolescente cumprir uma MSEMA, porque ele continuava exposto às vulnerabilidades do ambiente. Diferentemente de uma medida em meio fechado, que o adolescente é retirado do habitat natural dele e cumpre toda a medida em uma instituição, privado de liberdade. A

queixa de vários profissionais se volta para o território, como sendo incapaz de promover mudanças.

No entanto, a lógica das medidas socioeducativas em meio aberto é justamente a inserção dos sujeitos nos territórios, tentando instaurar neles um processo crítico e reflexivo dos espaços que podem ser ocupados, possíveis de se estabelecer vínculos relacionais e comunitários saudáveis, seja nas escolas, praças, igrejas, campinhos de futebol, dentre outros.

O que acontece na prática é que o direito de ir e vir durante a medida e depois dela fica cerceado, restrito ao espaço da casa e das obrigações escolares e profissionais, quase como um toque de recolher implícito, cujo discurso é reforçado nos atendimentos aos cumpridores de MSEMA “depois da 22h não pode estar na rua!”. A rua passa a ser sinônimo de perigo. Grande desafio é romper com a lógica que encarcera em liberdade, porque as demais políticas, principalmente a de segurança pública, ainda não conseguem dar uma resposta efetiva aos mais pobres quanto ao seu direito de ocupar os espaços públicos.

5.2.4 Equipe interdisciplinar

O trabalho desenvolvido nos CREAS pelas equipes técnicas de referência tem natureza interdisciplinar, cujo intuito é ter vários ramos do conhecimento articulando ações com base nas suas áreas de formação, mas perseguindo um objetivo comum, que é o processo socioeducativo.

No cotidiano da pesquisa de campo, participando dos atendimentos em grupo e individuais, bem como por meio das análises realizadas nas ACS e nas ACC, compreendo que o fazer das equipes transita pelas áreas dos saberes dos profissionais (psicólogos e assistentes sociais).

Talvez pela própria necessidade do serviço, pois nem sempre a dupla atende em conjunto aos usuários, bem como pelas demandas de alto nível de complexidade e diversidade dos casos que exigem do técnico uma visão mais integral dos sujeitos, para além da sua área de formação. Os técnicos se referem a um saber que se complementa e se alterna. Destacamos os seguintes trechos das ACS e ACC, respectivamente, que apontam a interdisciplinariedade do acompanhamento.

“É, porque o atendimento foi junto, aí a gente coloca tudo junto. É... eu vou lembrando das coisas/a gente vai se olhando, né” (ACS – Profissional 1 - CREAS Vermelho).

5.2.5 Saúde dos profissionais

A questão da saúde psíquica foi um tópico que alguns profissionais me sugeriram que entrasse na pesquisa, apesar desse tema não ter aparecido diretamente, nem na autoconfrontação simples e nem na cruzada, no campo de pesquisa ele gritou. Compreendo que este tema merece maior enfoque, porém não podemos deixar de mencioná-lo, principalmente à luz da teoria que está sendo utilizada, pela forma como ele se apresentou.

Foram muitas as queixas em relação ao exercício profissional no serviço de MSEMA, a saber: estrutura física das unidades, pois nem todas atendem as especificações do SINASE; alta demanda de adolescentes por equipe; falta de recursos materiais e humanos, principalmente, os auxiliares administrativos; sentimento de insegurança; baixos salários; falta de transporte fixo nas unidades, atualmente o transporte é no sistema de rodízio, o que dificulta a realização de visitas domiciliares e institucionais, dificuldades de encaminhamentos para o cumprimento da medida de PSC; dificuldades de encaminhar para os serviços da rede, principalmente aqueles equipamentos da saúde mental, pois existem poucos no município.

No entanto, a queixa principal está relacionada à frustração por não conseguir fazer um trabalho “que o menino não volte”, ou seja, que evite a reincidência, inclusive um dos profissionais falou a seguinte frase “nosso trabalho aqui é enxugar gelo”. Também foram bastante comum as falas que expressavam o sentido e o sentimento de impotência, como por exemplo, “eu queria ter feito mais!”, nos mais diversos contextos. Ter feito mais para que o cumpridor não morresse, ter feito mais para que não voltasse para o tráfico, ter feito mais para que ele voltasse a estudar, dentre outras situações.

Logo, a principal frustração com o trabalho, dentre vários fatores, está relacionada pela negação e não pela afirmação. O que incomoda, adoce e frustra, é muito mais aquilo que eles não conseguem fazer, do que, propriamente, aquilo que eles devem fazer. Aquilo que poderia ter sido feito e não se fez, por diversos motivos. Conforme nos remete o recorte de fala de uma das ACC: “sabe? Aí você se cobra né, e se frustra quando vê que poderia ter sido feito de outra forma”.

Para Clot (2010b), aquelas atividades impedidas, contrariadas, suspensas ou não realizadas, continuam agindo sobre o sujeito e constituem a base do adoecimento.

“Quando ocorre o impedimento, o bloqueio ou a suspensão da atividade, a energia associada a esta última acumula-se, sendo também este um fator de adoecimento, pois a saúde está ligada à intensidade, à ligação da energia mental e afetiva em objetos externos ao sujeito e novamente por ele reapropriada” (BENDASSOLLI, 2011, p. 87).

Referente à hipótese gerada na análise fundamentada nos dados sobre o módulo temporal “Cumprindo a medida”, tem-se que:

Os instrumentais atuam como mediadores nas relações com o judiciário e com os adolescentes, atravessando todo cumprimento da medida. São flexíveis e variados, adaptando-se às necessidades do real da atividade. O *métier* assume contornos interdisciplinares em consonância com o prescrito para esse gênero profissional. São considerados intervenientes ao cumprimento: o tempo da medida, o território, a falta da implicação da família, a quantidade de informações e a dificuldade de acompanhar a situação escolar.

5.3 Pensando no Futuro/Desligamento do Sistema

Desde a entrada do adolescente no sistema socioeducativo, todas as ações são pensadas nesse futuro que há de vir. A atuação profissional deve ser pautada em consonância com o Sistema de Garantias de Direitos e com a política nacional de atendimento, cujo objetivo é favorecer uma ação socioeducativa com ênfase na vida social do adolescente (CONANDA, 2006).

Se um dos objetivos a perseguir durante o acompanhamento da medida é a tomada de consciência acerca do ato infracional, o movimento autorreflexivo que se instaura a partir daí não deve ser desagregado do convívio social, o que necessariamente implica em ter um projeto de futuro.

No entanto, não se confunda a elaboração de um projeto de futuro com o acesso à escolarização formal em todos os seus níveis. O projeto, neste sentido, estabelece metas e objetivos que proporcionem ao adolescente vivenciar experiências que levem à construção e reconhecimento de si e pelos outros como cidadão, com direitos e obrigações.

Para tanto, observamos que a prática dos profissionais busca associar o desejo, o sentido e a ação. Dito de outra forma, a equipe procura incentivar aquilo que os jovens gostariam de fazer, o sentido disso na vida deles e como eles poderiam alcançar esses objetivos. Porém, o sentido de futuro pode aparecer, simplesmente, como o desejo de ter um futuro, de não morrer jovem, conforme foi mencionado por um dos entrevistados.

“não quero morrer como eles morreram. Tem gente que olha e fala bem feito! Acha bom que eles morreram, entende? não quero morrer assim. Quero morrer como um homem de bem, trabalhador, com uma família linda... eu quero morrer velho, não quero morrer novo que nem eles morreram” (Esportista) - CREAS Azul.

Quando o adolescente conclui a MSEMA vários caminhos podem ser trilhados e a reincidência é uma via possível, sendo assim, ter planos para o futuro ajudam na itinerância do adolescente sem passar pela reincidência durante ou depois da medida; ajudam a recomeçar e se perceber para além da condição de infrator.

“Então... mas hoje em dia eu posso mostrar que sempre há um recomeço, uma mudança e hoje em dia eu posso mostrar que eu tô melhor, entendeu?” (Estudioso) – CREAS Verde.

Observei também que o projeto de futuro pode ser descoberto durante o cumprimento da medida. O SINASE aponta que deve ser considerada a relevância comunitária dessa medida segundo o olhar do adolescente, ou seja, precisa fazer sentido para ele também, “buscando uma ação pedagógica que privilegie a descoberta de novas potencialidades direcionando construtivamente seu futuro” (CONANDA, 2006, p. 43). Em uma das entrevistas, um adolescente falou que gostou muito de fazer a PSC na Unidade Básica de Saúde - UBS, que tinha como planos futuros concluir os estudos e fazer faculdade de enfermagem, interesse despertado durante o cumprimento da medida, conforme diálogo a seguir.

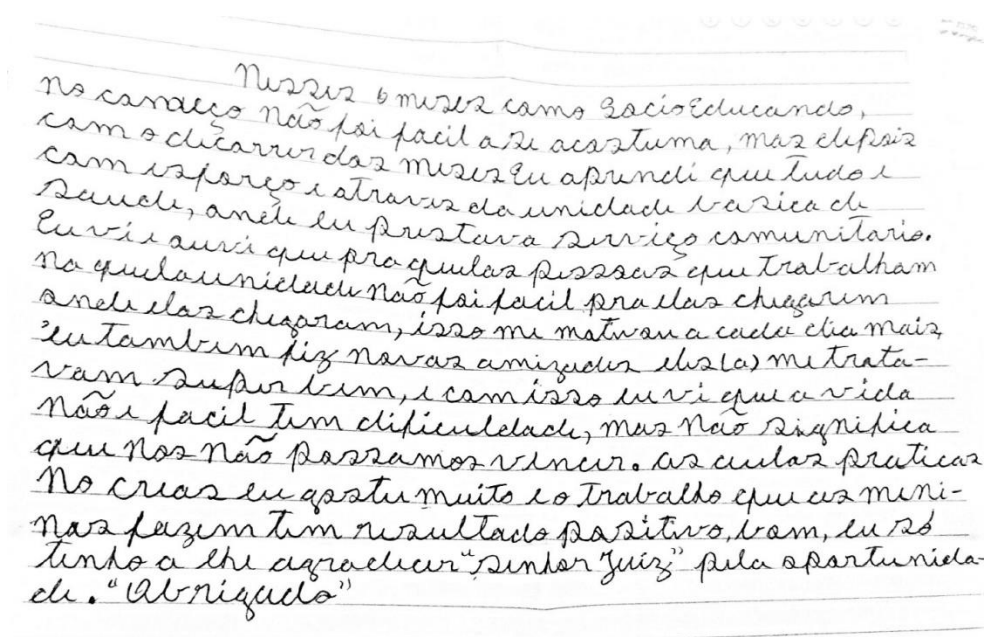
Pesquisadora: faculdade de quê tu pensa em fazer?
 Adolescente: Bom, eu tava pensando em... enfermagem, né?
 Pesquisadora: É, tu gostou, não foi, da área de saúde, lá da UBS?
 Adolescente: Gostei, gostei bastante!

Segundo o SINASE (CONANDA, 2006) o atendimento ao adolescente é dividido em três fases: inicial, intermediária e conclusiva. Nessa última fase espera-se que o adolescente realize um processo reflexivo sobre o processo socioeducativo vivenciado, se ele “apresenta

clareza e conscientização das metas conquistadas em seu processo socioeducativo” (CONANDA, 2006, p. 50).

Tal prática profissional faz parte do gênero profissional em estudo. Ao se aproximar do final da MSEMA é favorecido espaço de fala aos adolescentes voltados para reflexões acerca dos avanços e recuos durante a medida socioeducativa. Geralmente, é através do estímulo verbal, porém em um dos CREAS há possibilidade de fazer essa reflexão em forma de produção textual, posteriormente, esse produto final é anexado ao relatório final de cumprimento de MSEMA, conforme relato a seguir produzido por um adolescente.

Figura 01 – Carta do Adolescente



Nossos 6 meses como Socioeducando, no começo não foi fácil a se acostuma, mas depois com o decorrer dos meses eu aprendi que tudo é possível, anê eu prestava serviços comunitário. Eu vi aqui que pro aquelas pessoas que trabalham na quebra de ciclo não foi fácil pra elas chegarem anê elas chegaram, isso me motivou a cuidar da minha e também fiz novas amizades e elas me trataram super bem, e com isso eu vi que a vida não é fácil tem dificuldade, mas não significa que nos não podemos vencer. as aulas práticas no creas eu gostei muito e o trabalho que as meninas fazem tem resultado positivo, com, eu só tendo a de agradecer "senhor juiz" pela oportunidade de "Abriqulo"

Dos diversos atendimentos conclusivos que participei, sempre era incentivado ao adolescente refletir acerca da vivência do cumprimento da medida, bem como seus planos, desejos e sonhos. As(os) profissionais consideraram este momento como constituinte da prática do profissional que acompanha as medidas, devendo necessariamente ser abordado, seja no início, durante ou no final do atendimento conclusivo. Para o profissional 1 do CREAS verde, deve-se suscitar a reflexão no início do último atendimento, conforme recorte abaixo realizado em ACS.

“É sobre esse início, ele é muito importante a gente perguntar para o socioeducando se a MSE teve realmente algum efeito sobre a vida, se ele considerou esse período aqui conosco positivo, é tanto no aspecto pessoal quanto no aspecto profissional desse éééé, nós conseguimos influenciá-lo positivamente para o alcance de nossos objetivos, para o foco em nossos objetivos e assim, é sempre necessário que iniciemos o encerramento com essa pergunta” (ACS – Profissional 1 – CREAS Verde).

Em outra ACS, realizado no CREAS Azul, o profissional optou por assistir toda a gravação do atendimento de conclusão, ao invés de trechos selecionados por mim. A sua primeira percepção do atendimento foi justamente quanto ao momento adequado de solicitar ao socioeducando que realize uma reflexão sobre o que vivenciou na medida, conforme a fala seguinte:

“já parei... eu acho que podia ter começado ao contrário, né? Não sei porque, mas assim, olhando, olhava o documento, pra gente poder ser mais pessoal com ele, tipo, depois eu conferia e... o que eu perguntei no final sobre como é que ele se sentia em relação à experiência, eu acho que poderia ter começado por aí. Porque, assim, olhando o vídeo eu tô muito preocupado em ver a documentação... que é necessário, mas... é muito burocrático” (ACS – Profissional 1 – CREAS Azul).

O profissional acima mencionado ao se deparar com seu fazer, observa que deveria fazer o questionamento sobre a experiência do cumprimento da medida no início e não no final do atendimento, conforme mencionado pelo Profissional 1 CREAS Verde.

Para Clot (2007;2010b) o gênero profissional se desenvolve na própria atividade, construído pelo coletivo, mas apropriado pelos trabalhadores no dia a dia, ou seja, a experiência prática tecida pelo real da atividade desenvolve o gênero profissional. Cabe mencionar que o Profissional 1 do CREAS Verde possui mais tempo nesse *métier* do que o Profissional 1 do CREAS Azul. Logo, há no gênero uma memória, conforme afirma Clot (2010b), que remete ao passado, mas serve para mostrar a melhor forma de agir em consonância ao gênero profissional.

Cabe destacar, contudo, que o que emerge nas falas dos dois profissionais é a afirmação de que está contido no gênero profissional que o desligamento é o momento em que o jovem deve utilizar seu potencial reflexivo para produzir sentido sobre as vivências. O profissional se coloca como facilitador do processo reflexivo e como escuta. Este aspecto remete ao módulo “Entrando no Sistema”, onde a escuta também foi apresentada como parte do gênero profissional, mas que, naquele momento, se alternava com a necessidade de levantamento de informações, tornando os encontros iniciais menos direcionados à reflexão. Interessante também observar que tanto gênero profissional quanto estilo profissional

possuem deslocamento de ênfases ao longo dos módulos temporais da itinerância do adolescente. Os deslocamentos se coadunam com os princípios socioeducativos do SINASE, que preveem que ao longo da medida o jovem desenvolva recursos reflexivos, de autonomia do pensamento, de participação social.

Outro tema que precisa ser evidenciado foi trazido durante uma das ACC, onde um dos profissionais aponta o lugar do psicólogo como sendo o responsável para fazer as orientações sobre os projetos de futuro.

“A psicologia verifica a questão que ela falou: perspectiva de futuro, né, comportamento. Aí a gente pergunta do/ela perguntou da questão da/o que ele aprendeu, o que ficou, né. Assim, tô falando de mim, né, assim, da parte da psicologia, eu percebo que é assim, né, do adolescente, de dar orientação, de perspectiva de futuro, né, mostrar novos... tentar mostrar na cabeça dele novos caminhos, né.? A gente orienta, né. É orientar essa parte, perguntar como é que está, né, como é que tá a perspectiva de trabalho, de futuro, né?” (ACC – Profissional 1 - CREAS Vermelho)

Para ajudar o adolescente a pensar no futuro é preciso que ele tenha experiências positivas no presente. O acompanhamento da medida precisa produzir nele vivências de acolhida, de suporte emocional e de confiança. Por isso, a acolhida deve ser um processo permanente, todo e qualquer atendimento deve ser acolhedor, por todos os demais funcionários presentes no serviço, não apenas a equipe técnica de referência, mas da recepcionista ao gestor. Todos devem assumir uma postura empática, evitando julgamentos e preconceitos. Em uma de nossas ACS, um dos profissionais trouxe a grande relevância da importância da humanização do serviço, como elencado no trecho a seguir.

“Pra trabalhar na MSE você tem que ter um pensamento de acreditar no menino, porque se você não acredita não adianta vir pra cá, vai ser só mais um número e número eu num quero aqui. Tanto que quando eu preencho um prontuário, um Pia e tudo, eu sempre peço a foto do menino, eu tenho isso comigo, eu peço a foto porque eu quero memorizar, porque como são muitos meninos eu não consigo memorizar, assim...quando eu olho a foto aí vem toda a situação do menino, porque eu tô tratando como um ser humano e num quero éééé ser mais um prontuário aqui pra mim, como é número de leito, isso eu nunca... quando eu, antes de eu entrar na faculdade, quando eu observava essas situações que eu ia no hospital e via que o paciente era tratado só como leito tal, leito número dez e aquilo me incomodava, porque num é legal, a gente tem que tratar o humano como humano e se eles fizeram, tiveram alguma falha, vamos tentar melhorar e é isso que a gente precisa, juntar todas as forças pra que isso possa melhorar” (ACS – Profissional 1 - CREAS Verde)

No trecho acima, o profissional descreve a importância de subjetivar o adolescente, pois ele tem que deixar de ser um número, é preciso ter um rosto, saber quem é cada um deles, só de olhar a foto. É uma prática profissional pautada pela ética do encontro, da interpessoalidade. Para ela o atendimento passa por um investimento no outro, na humanidade que há no outro, que se transforma a partir da visibilidade da escuta e do olhar, ou seja, da subjetivação.

Para ajudar o adolescente a pensar no futuro é preciso fazer esse resgate a partir da história de vida dele, pautada por uma relação profissional onde haja espaço para escuta e para a fala, para o diálogo, onde o profissional torna-se mediador, que vai levando o adolescente a perceber outras possibilidades para sua existência.

Como hipótese resultante da análise do módulo “Pensando no futuro/Desligamento do Sistema”, tem-se que:

O gênero profissional se desenvolve no real da atividade, na prática do serviço nos atendimentos. O fazer profissional deve proporcionar uma retomada avaliativa do desenvolvimento do adolescente na medida em que estimulam também a reflexão sobre os projetos de futuro no(s) atendimento(s) de conclusão. Proporcionar a reflexão é a tônica do fazer profissional ao término do acompanhamento socioeducativo.

5.4 O fazer da equipe técnica, segundo os adolescentes

Procuramos realizar nossa análise a partir do olhar daquele profissional que está mais perto do adolescente em cumprimento de MSEMA, porque são eles que sentem os sabores e os dissabores desse gênero profissional diariamente; seja na relação institucional, com o usuário, com os pares, com a rede socioassistencial, com o Sistema de Garantia de Direitos e consigo mesmo.

Nas seções anteriores vimos o quanto às ações desenvolvidas pelas equipes técnicas de referência têm como norte principal o adolescente, com base nas normativas legais e institucionais da política de atendimento para tal público. Nesse sentido, a metodologia contemplou o registro da voz/reivindicação àqueles que são os principais interessados no

fazer desses profissionais. Para tanto, além das categorias anteriormente trabalhadas encerraremos a análise pensando o atendimento profissional segundo os adolescentes.

Durante a pesquisa de campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro adolescentes em fase final de acompanhamento da MSEMA e uma com atendimento inicial. Destacamos as perguntas, para efeito de nossa análise, que mais remetem sobre as repercussões da medida na vida deles, a saber: “O que você pensa sobre o ato infracional que você cometeu? e O que você acha que mudou depois da medida?”, conforme Apêndice A.

Sobre a primeira questão acima mencionada: o que você pensa sobre o ato infracional que você cometeu? Todos se referiram ao ato infracional como algo “errado”, demonstrando sentimento de culpa ou arrependimento sobre o que haviam feito. Não estamos afirmando que todos os adolescentes que estão em final de medida possuem a mesma significância sobre o ato realizado, mas não podemos omitir que foi algo unânime entre os jovens entrevistados, destaca-se os seguintes trechos.

“bom, o ato que eu cometi não foi bom, com certeza não foi bom, foi ruim porque, tipo, as pessoas tão ali trabalhando, né, honestamente, e, graças a - como é que eu vou dizer - graças a esses 6 meses que eu pude tá ali, não tem, eu consegui visualizar, teve um tempo que eu tava indo trabalhar também, aí eu consegui ver que tudo é difícil então é muito errado a pessoa fazer isso, não tem, errado mesmo e com o tempo a gente vê que isso - como é que eu posso dizer - como se a gente sentisse um sentimento de culpa, não tem, se a gente pudesse voltar no tempo, a gente faria tudo diferente” (Enfermeiro) – CREAS Amarelo

“Então, hoje em dia eu penso que é totalmente errado, porque uma pessoa trabalha muito pra ter aquilo, aí vem outra pessoa e tira, então, é revoltante! Às vezes, eu fico me colocando, assim também, no lugar do outro” (Estudioso) – CREAS Verde.

Ao assegurarmos ao adolescente dar o uso de sua voz, podemos ouvir, ver e sentir a potência da medida socioeducativa. Esses trechos remontam aos possíveis desdobramentos que o cometimento de atos infracionais podem causar na vida deles, bem como para a família e a sociedade. Além de se referir ao ato como algo que não deveriam ter feito, não apenas pelas consequências geradas aos mais próximos, mas por se colocar no lugar do outro, conforme no último recorte acima.

Pensar no ato infracional, a partir da perspectiva do outro, não apenas pela sanção recebida, é extremamente importante, pois recoloca o sujeito na vida em sociedade a partir de uma condição de igualdade e não de inferioridade, pois a condição de não infracionar não está

mais associada ao medo da punição, mas ao reconhecimento de fazer parte desse mesmo grupo social.

Para Costa e Assis (2006), o sujeito torna-se autônomo quando ele passa a desenvolver suas ações não mais sobre o medo da imposição das normas, mas sim, percebendo-se como parte de uma coletividade, dessa forma “o adolescente assume a responsabilidade pelas decisões que envolvem seu projeto pessoal, na medida em que afeta os outros” (p. 78).

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, espera-se que o trabalho desenvolvido pelo CREAS contribua para: “vínculos familiares e comunitários fortalecidos; Redução da reincidência da prática do ato infracional; Redução do ciclo da violência e da prática do ato infracional” (2009, p. 36). Nesse sentido, compreende-se que o acompanhamento com os adolescentes acima mencionados apontam para o desenvolvimento da reflexão crítica do socioeducando.

Quando questionamos aos adolescentes entrevistados “o que você acha que mudou depois da medida?”, as respostas vieram carregadas de profundas transformações, contribuindo para o modo que eles se percebem no mundo, seja nas relações familiares e comunitárias, bem como na construção de projetos de vida desvinculados da trajetória infracional, conforme elencado nos trechos a seguir.

“ah, tudo, né?! ((risos)) do dia a dia, minha rotina... meu viver, meu modo de ser, de falar, de agir... de pensar... tudo. Comecei a trabalhar, comecei a estudar. Comecei a gostar de estudar. Comecei de gostar a me importar com meu futuro, entendeu, que antigamente eu não ligava não. Eu não ligava pra nada. Tava nem aí, queria nem saber. Agora eu já me preocupo mais com a minha família, com minha casa, com minha convivência com eles, como eu tô... o que eles tão pensando sobre mim. Ligo mais pra isso agora” (Esportista) – CREAS Azul.

“Cara, como eu lhe falei, mudou muita coisa! Até o modo de se vestir, o modo de falar, como o profissional falou, né? Que mudou muito, modo de pensar também, eu já penso mais aberto já, antigamente eu pensava muito fechado, só pensava em... em ter aquilo porque tipo cobiça, hoje em dia em penso em ter pra ajudar as pessoas, penso em dar meu melhor, entendeu? Isso mudou muito, mudou muito! Pra antes, eu mudei muito! E continuo a mudar! Eu vou mudar muito mais ainda, porque ééé eu sempre fui uma pessoa de objetivo, entendeu? E mudar é meu objetivo, assim, entendeu?” (Estudioso) – CREAS Verde.

Os trechos das falas acima nos remetem a Buder Sawaia (2009) quando ela afirma que a “Psicologia tem o dever resguardar a dimensão humana em suas análises e intervenções” (p. 364), desconstruindo a ideia de que as pessoas menos favorecidas se contentam apenas em

estar vivo. Além disso, para a autora, deve-se optar por uma postura analítica que compreenda o sujeito para além da dicotomia social/singular.

É uma perspectiva analítica que entende que por trás da desigualdade social há vida, há sofrimento, medo, humilhação, mas também há o mais extraordinário milagre humano: a vontade de ser feliz e de recomeçar ali onde qualquer esperança parece morta. Há, portanto, o homem por inteiro, de corpo e mente, emoção e razão, determinado e determinante da sociedade, de forma que o que acontece com um afeta o outro (SAWAIA, 2009, p. 365).

Ao incluir o olhar do adolescente sobre o fazer das equipes técnicas é possível compreender a dimensão do impacto social desse gênero profissional, não só a sociedade em geral, mas, principalmente, na vida desses adolescentes e familiares.

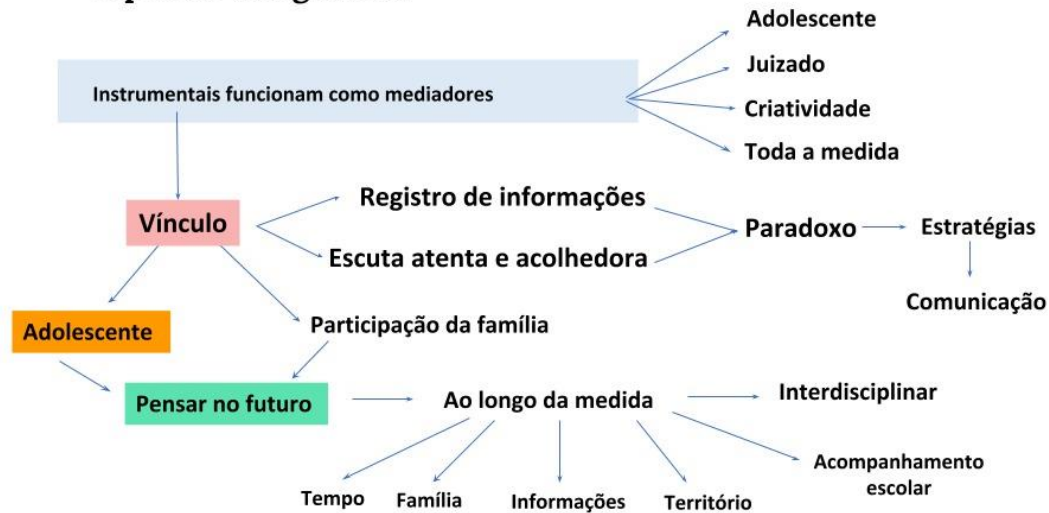
5.5 Hipótese integradora

Após a construção de hipóteses provisórias integrando os diferentes momentos sob os quais as equipes técnicas realizaram avaliação sobre, o método de análise empregado – a Grounded Theory – possibilita, através do método de comparação constante, produzir uma hipótese geral integradora que visa produzir uma teoria, enunciado ou narrativa que permita uma compreensão sobre o problema de pesquisa levantado.

Assim, a partir das autoconfrontações simples e cruzadas feitas pelos profissionais das equipes técnicas socioeducativas dos cinco CREAS de Manaus, é possível visualizar a compreensão que estes produzem sob suas práticas do seguinte modo:

Figura 03: Hipótese integradora

Hipótese integradora



Elaborado pela autora e orientadora

Os instrumentais funcionam como mediadores ao longo da medida, tanto na relação com o judiciário quanto com o adolescente. No que se refere ao adolescente, funciona como um meio para fortalecer a implicação e a participação do mesmo, bem como do responsável durante a medida. Para o judiciário serve como meio eficaz de provar que o cumprimento ocorreu satisfatoriamente. O registro dessas informações tende a dificultar a escuta e formação do vínculo entre os profissionais e os adolescentes, o que gera um paradoxo no fazer. Como forma de superar tal paradoxo, são pensadas ou criadas estratégias, revelando a valorização da dimensão comunicacional da relação com o socioeducando. O uso de linguagem menos técnica é visto como facilitador da comunicação entre equipe, adolescente e sua família. A participação da família é valorizada ao longo de todo processo de cumprimento. Os instrumentais sofrem variações por meio do ato criativo e seu uso é flexibilizado ao serem submetidos ao real da atividade. Os projetos para o futuros são estimulados do início ao fim da medida. O caráter autorreflexivo sobre a medida é valorizado, tendo como momento culminante o desligamento do adolescente. O fazer interdisciplinar é positivo e se caracteriza pela alternância da sobreposição de funções e demarcações do que é da competência de cada profissional. Interferem negativamente no cumprimento da medida: o período de duração, a não adesão da família à medida, o território (tráfico, rivalidades, violência), a quantidade de informações e dificuldade de realizar o acompanhamento escolar.

Há reflexão, movimento, mudança, ampliação dos horizontes acerca da medida, devido à forma como a Clínica da Atividade implica o profissional com o seu fazer, construindo estilo e gênero profissional.

Visando ampliar a compreensão das práticas produzidas pelas equipes de MSEMA, os adolescentes atendidos pelos mesmos profissionais avaliaram o fazer destes. Como resultado, estes apontaram a medida como um processo transformador na vida deles, modificando as relações com os familiares, sociedade e consigo mesmo. Referem o ato como ações negativas que repercutem de forma danosa não só na sua vida, mas afetando tanto os familiares como a sociedade, da qual se percebem como parte dela.

Em síntese, a função mediadora dos instrumentais para com todos os sujeitos envolvidos no processo socioeducativo, se torna fundamental inclusive tendo, a partir destes recursos, um dos disparadores do ato criativo. Contudo, os instrumentais por si só não asseguram um fazer no qual os profissionais reconheçam excelência no trabalho, uma vez que estes recursos também podem tornar-se obstáculos, em especial diante do que é referenciado tanto por profissionais quanto por adolescentes enquanto aspecto crucial que norteia a ação socioeducativa: o vínculo. Assim, na impossibilidade de transformação ou adaptação de prescrições, de flexibilizar modos de acompanhar a medida (individualização) e envolvimento com demais atores, formas de superar ou minimizar aspectos como tempo da medida, volume de informações a serem consideradas imposto pelos procedimentos e rotinas vigentes, entraves relativos a dimensões cruciais ao processo, como escola e comunidade, as(os) profissionais das equipes técnicas expressam menor potência de transformação. Na fala dos jovens, todavia, confirma-se a potência criativa que faz o gênero profissional apresentada por cada profissional ouvida(o), revelando movimento, mudança, inovação e autonomia, ainda que em tensão constante com as condições adversas as quais relataram.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal intuito desta pesquisa foi compreender as práticas profissionais das equipes técnicas de referência dos CREAS no município de Manaus – compostas por psicólogas e assistentes sociais, que acompanham adolescentes em cumprimento de MSEMA – a partir da própria fala delas sobre esse fazer, atentando para os movimentos de mudança

que foram despertados com a utilização da metodologia proposta, a fim de superar as dificuldades encontradas no cotidiano do serviço.

No entanto, ao longo da aproximação com o tema e com essas equipes, percebi que todas as ações desenvolvidas eram no sentido de fornecer um serviço público de qualidade para os adolescentes e jovens que estavam sob o acompanhamento desses profissionais, cuja prática ultrapassa os limites do cumprimento da medida socioeducativa.

Contudo, não podemos perder de vista que esse olhar sobre o público alvo dos técnicos é quase uma categoria transversal que vai percorrer toda nossa análise, pois foi algo muito evidente trazido pelos profissionais, desde a motivação para participar das diversas formações ao longo desse tempo que acompanhamos (2017 – 2019), até o próprio envolvimento deles com esta pesquisa.

Ao retomar os objetivos do estudo: levantar junto às profissionais as prescrições relativas ao acompanhamento de medidas socioeducativas em meio aberto e analisar à luz da legislação vigente; levantar uma avaliação das profissionais acerca do próprio fazer em termos de potencialidade, fragilidade e movimento (autoconfrontação simples); levantar avaliações entre os pares acerca do fazer técnico em termos de potencialidade, fragilidade e movimento (autoconfrontação cruzada); e verificar como os adolescentes avaliam o fazer das equipes técnicas, considerando a relevância destas ações na itinerância do socioeducando, considero que foram alcançados.

Na realização da pesquisa de campo foram visitados todos os cinco CREAS do município de Manaus e tivemos acesso às prescrições institucionais, bem como aos instrumentais utilizados pelas equipes técnicas. Verificamos que não há uma uniformidade entre os instrumentos utilizados, pois dos 33 que foram coletados, apenas 9 são de uso comum entre profissionais. E mesmo entre aqueles considerados de uso comum, passam por adaptações. A exemplo do PIA, que foi construído coletivamente com a gestão e os profissionais, haja vista algumas equipes relatarem que ainda continuam usando de forma concomitante o Caderno SUAS.

No entanto, com base no referencial teórico adotado, a falta de padronização acerca dos instrumentais utilizados não se constitui um problema a priori, desde que eles não extrapolem o gênero profissional. Para nosso autor de base, Yves Clot, a adaptabilidade, a

criação e funcionalidade do artefato estão relacionados com o poder de agir dos trabalhadores, de modo que funcionam como mais um recurso da renovação do gênero, a partir do estilo profissional.

Com as autoconfrontações simples foi possível viabilizar aos profissionais o encontro com seu ofício de trabalho, onde ele se torna observador da sua atividade na presença de um terceiro. Nessa primeira parte da metodologia surgiram sentimentos diversos entre os profissionais quando assistiram um recorte videogravado da própria atividade, tais como: surpresa, satisfação, alegria, dúvida, frustração. Em seguida, vinha a racionalização da prática pela explicação ou justificativa daquilo que a imagem estava mostrando.

No entanto, foi notável o envolvimento dos participantes nas autoconfrontações simples, observando as fragilidades e as potencialidades de suas práticas. Questionando-se sobre outras formas de fazer aquele mesmo fazer. Aquilo que Clot conceitua de atividade real ou real da atividade, ou seja, o encontro com as múltiplas possibilidades da atividade.

Já nas autoconfrontações cruzadas, observa-se que as primeiras falas dos técnicos são voltadas para si, como se estivessem fazendo uma ACS na presença do colega, aos poucos, a fala deixa de ser sobre si e passa a ser sobre nós, em seguida passa a ser sobre o par, que o propósito da ACC, o diálogo profissional. No entanto, acredita-se que tal movimento, expressa antes, certo cuidado com a dupla de trabalho ou dificuldades interrelacionais, bem como também remete a pouca prática em ser avaliado e avaliar o outro.

Quanto à inserção dos adolescentes na pesquisa, compreende-se como um fator preponderante para pensar um ciclo de desenvolvimento profissional, pois o trabalhador se autoavaliou, foi avaliado e avaliou o par, mas faltava o olhar daquele a quem se destina todos os esforços da atividade profissional, pensando nesse gênero específico, o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. Foram entrevistados cinco adolescentes, todos ressaltaram que o acompanhamento realizado pela equipe foi imprescindível para pensar novas alternativas, que favorecessem o deslocamento do histórico infracional. Também foi unânime falar da potência do atendimento como o lugar escuta e do aconselhamento.

Assim sendo, resgatando o objetivo geral da presente pesquisa, que pretendeu compreender as práticas dos profissionais nas medidas socioeducativas em meio aberto, a partir da confrontação que os mesmos realizam sobre seu fazer e do olhar dos adolescentes sobre este fazer, destacando a potencialidade e a fragilidade de suas ações, atentando para os

movimentos de mudança que são despertados a fim de superar as dificuldades, compreendo que a escolha da metodologia utilizada possibilitou o alcance dos objetivos.

Na medida em que foram utilizados com os profissionais instrumentos de pesquisa que facilitassem o contato direto com o próprio *métier*, por meio da autoconfrontação simples e da autoconfrontação cruzada. Além das entrevistas realizadas com os adolescentes, que trás à tona o olhar do usuário sobre o serviço desenvolvido.

Ao se deparar com a dualidade de ser produto e produtor das análises, os trabalhadores puderam se auto-observar na práxis de suas atividades, no momento mesmo da ação, como um espelho vivo, e tal movimento trouxe impactos nas falas produzidas. Permitindo-nos pensar a potência da autoconfrontação como um dispositivo que possibilita aos profissionais mover a prática, fazer superações e reduzir impasses.

Segundo a proposta da Clínica da Atividade, a metodologia de intervenção no lócus do trabalho, que toma os trabalhadores como protagonistas da transformação que eles próprios desejam, desemboca em reverberações antes não percebidas, mobilizando diálogos intrasubjetivos e intersubjetivos, onde pensamento e ação coexistem e si entrelaçam, bem como favorece a visualização ampliada do poder de agir ante o real da atividade, fortalecendo a existência e renovação do gênero profissional.

Também é importante sinalizar que a metodologia desenvolvida favoreceu o protagonismo dos profissionais acerca das transformações que podem realizar ao se confrontar com seu ofício, bem como estimulou o diálogo entre os pares, a controvérsia e os processos reflexivos sobre o desenvolvimento profissional a partir dos quadros discursivos.

Acredito que o envolvimento com a pesquisa não ocorreu apenas por conta do método, mas porque os profissionais perceberam nele, um possível catalisador para o que eles já estavam buscando, o desenvolvimento profissional a partir da reflexão da prática. Logo, fazia sentido para eles também, não só para mim, enquanto pesquisadora. Tanto que eles realizaram vários movimentos avaliativos, não só o proposto pela metodologia da Clínica da atividade, mas avaliando o método, a pesquisa e a pesquisadora.

Não obstante, é preciso sinalizar algumas limitações percebidas neste estudo. Primeiramente, a amplitude do campo – cinco CREAS, várias equipes, longa permanência no campo -, gerou grande quantidade e variedade das informações produzidas. A extensão do campo em combinação com a exiguidade do tempo destinado ao trabalho de campo, análises e

escrita, não permitiu um aprofundamento maior na análise, tornando também os quadros um tanto dispersos. Pelo mesmo motivo, pouco aprofundamento foi dado ao rico material produzido pelos adolescentes e ao conteúdo das entrevistas e vivências junto aos participantes complementares, tais como juiz e promotora da Infância e da Juventude.

Retomando a pergunta norteadora da presente pesquisa, compreendo que a prática profissional é mediada pelo uso de instrumentais tanto na relação com o judiciário quanto com o adolescente. Tal prática torna-se potente quando: o fazer é fortalecido pelo vínculo com os adolescentes e familiares no atendimento interdisciplinar, se há liberdade de criação dos instrumentais perante as necessidades encontradas; participação da família no processo socioeducativo, a linguagem técnica é acessível aos usuários e os projetos de futuro dos adolescentes são estimulados.

Por outro lado denota fragilidades quando: a exigência de documentos é priorizada em detrimento do vínculo, não há adesão da família, as bases territoriais de vida do adolescente é permeada por questões de tráfico de drogas e violência, a dificuldade de compreensão por parte dos adolescentes e familiares diante da quantidade de informações, bem como a realização do efetivo acompanhamento escolar, devido à alta demanda de serviço.

Os resultados desta pesquisa não apontam uma teoria universal sobre o *métier* profissional dos trabalhadores que acompanham a MSEMA. Diferentemente disso, ela é resultante dos dados que emergiram do campo de pesquisa, num momento historicamente situado, com esses trabalhadores, enquanto especialistas da própria prática. Logo, sempre será provisória, histórica e situada, resultante também do meu olhar enquanto pesquisadora, pois como afirma Clot “a última palavra não será jamais dita, depois que eu falar, é o que eu espero” (2010a, p. 220).

Um momento bastante aguardado tanto por mim enquanto pesquisadora quanto pelas(os) participantes do estudo consistia na devolução individual, momento em que o confrontar-se não somente com o seu fazer e as reflexões produzidas por mim a partir das falas compartilhadas, mas também confrontar-se com um movimento que inclui a relação indivíduo-coletividade num processo transformador, necessitou ser adiado por tempo indeterminado. Apesar do compromisso ter sido assumido como diretriz ética da pesquisa, o adiamento desta etapa se deveu ao fato de que, embora a pesquisa tenha sido concluída em 2019, portanto anterior à chegada do vírus SARS COV 2 no Brasil, o período destinado ao

retorno junto às equipes em 2020 coincidiu com a instalação do quadro pandêmico da COVID-19.

Assim, a prioridade no cuidado com a vida sobrepôs-se às etapas previstas, sendo respeitadas as medidas de distanciamento social e novas formas de organização do trabalho, não tornaram possível o cumprimento dessa etapa. O lapso temporal e as transformações decorrentes dos novos modos de organização da vida a partir da pandemia, devem produzir mudanças também na percepção do próprio trabalho e nas atuais reflexões das equipes profissionais e no meu próprio olhar sobre a pesquisa, posto que todo trabalho é datado em um tempo e circunstâncias próprias.

Contudo, não posso e não quero me privar de dizer a minha palavra: Sim, elas(es) são (as)os especialistas! Não apenas porque detém o conhecimento prático e teórico, mas, e principalmente, porque transformam o próprio fazer de modo reflexivo, implicadas pelo compromisso com os adolescentes atendidos e instigadas pelo real da atividade, renovando e movendo o gênero profissional.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. A. O persistente estado de crise: nexos entre Estado, política social e cidadania no Brasil. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T. (Orgs). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BENDASSOLII, P. F. Críticas às apropriações psicológicas do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 75-84, abr. 2011.

_____. Mal estar no trabalho: do sofrimento ao poder de agir. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 11, n. 1, p. 65-99, 2011.

BENDASSOLII, P. F; SOBOLL, L. A. P. Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações. In: BENDASSOLII, P. F; SOBOLL, L. A. P, (Orgs.). **Clínicas do Trabalho: Novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. Clínicas do trabalho: filiações, premissas e desafios. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 14, n. 1, p. 59-72, 2011.

BOCK, A.M.B, GONÇALVES, M.G., FURTADO, O. (org). *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia*. 3. Ed. São Paulo: Cortez; 2002

BORGES, L. O.; YAMAMOTO, O. H. Mundo do trabalho: construção histórica e desafios contemporâneos. In: ZANELLI, J.C.; BORGES-ANDRANDE, J. E.; BASTOS, A.V. B. (org.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. – 2. ed. – Porto Alegre : Artmed, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

_____. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social**. Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social**. Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Brasília, 2006.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília/DF: CONANDA, 2006.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução 113, de 19 de abril de 2006**. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. NOB-RH/SUAS. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno Suas**. Volume 3 - Planos de Assistência Social: Diretrizes para Elaboração. Brasília, 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo Suas 2010**. Brasília, 2010.

_____. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Conselho Nacional de Assistência Social**. Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011. Brasília, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Conselho Nacional de Assistência Social**. Resolução Nº32, de 28 DE Novembro de 2011. Brasília, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília, 2011.

_____. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Conflito com a Lei – 2010**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações sobre a Gestão do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS - 1ª Versão**. Brasília, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília, 2011(b).

_____. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Conflito com a Lei – 2011**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012.

_____. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Conflito com a Lei – 2012**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

_____. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Conflito com a Lei – 2013**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Distrito Federal: 2016.

_____. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Conflito com a Lei – 2014**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2017.

_____. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). **Levantamento anual Sinase 2015**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

_____. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). **Levantamento anual Sinase 2016**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Relatório da Pesquisa Nacional em das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília (DF): 2019.

CALLIGARIS, C. A **Adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CASSIANI, S. B.; CALIRI, M. H. L.; PELÁ, N. T. R. A teoria fundamentada nos dados como abordagem da pesquisa interpretativa. **Rev. latino-am. Enfermagem**, v. 4, n. 3, p. 75-88, dez. 1996.

CLOT, Y. Vygotski: para além da Psicologia Cognitiva. **Pro-Posições**, v. 17, n. 2 (50) - maio/ago. 2006a.

_____. Entrevista: Yves Clot. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 9, n. 2, p. 99-107, 2006b.

_____. **A função psicológica do trabalho**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. Entrevista. **Mosaico: Estudos em psicologia**. V. II, n. 1, p. 65-70, 2008.

_____. A Psicologia do Trabalho na França e a Perspectiva da Clínica da Atividade. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 22, n. 1, p. 207-234, Jan./Abr. 2010a.

_____. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: FabreFactum, 2010b.

_____. Clínica do trabalho e clínica da atividade. In: BENDASSOLII, P. F; SOBOLL, L. A. P, (Orgs.). **Clínicas do Trabalho**. Novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. O ofício como operador de saúde. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 16, n. SPE, p. 1-11, 2013.

_____. Prefácio In: ROSEMBERG, D. S. RONCHI FILHO, J. BARROS, M. E. B. (org.) **Trabalho docente e poder de agir: Clínica da atividade, devires e análises**. Vitória: EDUFES, 2014.

_____. A clínica da atividade. **Horizontes**, v. 35, n. 3, p. 18-22, set./dez. 2017.

Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para Prática de Psicólogos(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS** / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2012.

_____. **Referências técnicas para atuação do em Medidas socioeducativas em Meio Aberto** / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2012.

COSTA, C. R. B. S. F.; ASSIS, S. G. “Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo”. **Psicologia & Sociedade**; 18 (3): 74-81; set/dez. 2006.

COSTA, C. R. B. S. F. **Contexto socioeducativo e a promoção de proteção a adolescentes em cumprimento de medida judicial de internação no Amazonas**. Tese de doutorado, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Rio de Janeiro, 2007.

COUTINHO, C. N. **Cidadania e modernidade**. Perspectivas. São Paulo, 1990.

CAIROS, R.; CONCEIÇÃO, M. I. G. Adolescentes na corda bamba: aspectos psicossociais na relação com a lei. revista *Psicologia Política*, 10(20), 275-292, 2010.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. IN: ___ e col. **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: ArtMed, 2006, p.15-41.

ELIAS, N. A Civilização dos Pais. **Sociedade e Estado**, vol. 27, n. 3, p. 469-493, 2012.

IBGE. Estimativas da população no Brasil e unidades da Federação com data de referência em 1º de Julho de 2019. IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/7d410669a4ae85faf4e8c3a0a0c649c7.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Sujeito e subjetividade**. São Paulo: Thomson Learning, 2003.

LIMA, M. E. A. Contribuições da Clínica da Atividade para o campo da segurança no trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 32, n. 115, p. 99–107, 2007.

LIMA, F. C.; SCHNEIDER, D. R. Características da atuação do psicólogo na proteção social especial em Santa Catarina. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Abr/Jun, v. 38 n°2, 347-362. 2018.

MACÊDO, O. J.; PESSOA, M. C. B.; ALBERTO, M.de F. P. Atuação dos Profissionais de Psicologia Junto à Infância e à Adolescência nas Políticas Públicas de Assistência Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 35(3), 916-931, 2015.

MARTINS, O.; MOSER, A. Conceito de mediação em Vygotsky, Leontiev e Wertsch. **Intersaberes**, v.7, n.13, p.8-28, 2012.

MESSIAS, C.; PEREZ, D. O dispositivo metodológico e interventivo autoconfrontação e seus usos em pesquisas de educação. In: **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente – SP, v. 24, n. 3, p. 81-100, set./dez. 2013b.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MORAGAS, F. S. **Para além da normalização: as medidas socioeducativas em meio aberto na zona de fronteira da ilegalidade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) São Paulo: Pontifícia Universidade Católica São Paulo, 2011.

MORAIS, A. C.; MALFITANO, A. P. S. Medidas socioeducativas em São Paulo: os serviços e os técnicos. **Psicologia & Sociedade**, 26(3), 613-621, 2014.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico**. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2002.

OSÓRIO, S. C.; CONCEIÇÃO, C. L.; ROSA, R. P. F. A clínica da atividade no Brasil: por uma outra psicologia do trabalho. **Horizontes**, v. 35, n. 3, p. 23-37, set/dez, 2017.

PEREIRA, P. Abordagem teórica sobre o Estado em sua relação com a sociedade e com a política social. In: PEREIRA, P. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PINHEIRO, F. P. H. A.; COSTA, M. F. V.; MELO, P. B. A.; FALEIROS, V. P. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2009.

QUINELATTO, R. F. **O programa de medidas socioeducativas em meio aberto: educação ou reprodução do aprendizado da rua?** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2015.

QUINO, C. A. B. Clínica da atividade: conceitos e fundamentos teóricos. **Arquivos brasileiros de psicologia**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, p. 110-124, 2016.

RIBEIRO, A. B., PAIVA, I. L. de; SEIXAS, P. S.; OLIVEIRA, I. M. F. F. Desafios da atuação dos psicólogos nos CREAS do Rio Grande do Norte. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 26, n. 2, p. 461-478, Maio/Ago. 2014.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2009.

SANTOS, Josiane Soares. Elementos para entender a concepção e gênese da questão social. In: Santos, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SAWAIA, B. Psicologia e Desigualdade Social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia e Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SILVA, E. S. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, R. Pobreza e exclusão social no Brasil: 300 anos de políticas públicas para a criança brasileira. **Acervo Operacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores públicos da Infância e da Juventude/ABMP. Fundo das Nações Unidas para a Infância/UNICEF, 2002. Disponível em: <<http://www.abmp.org.br/textos/212.htm>>. Acesso em: 25 set 2011.

SILVA, S. C. Socioeducação e juventude: reflexões sobre a educação de adolescentes e jovens para a vida em liberdade. **Serv. Soc. Rev., Londrina**, v. 14, n. 2, p. 96-118, jun. 2012.

SILVA, T. R. "**Pratas, 'Lacoste', Grana e Novinhas**": um estudo sobre a construção social da adolescência através do ato infracional. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Estadual Paulista. Franca, 2010.

SPOSATO, K. B. Pedagogia do medo: adolescentes em conflito com a lei e as propostas de redução da idade penal. **Acervo Operacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <<http://www.abmp.org.br/textos/8005.pdf>>. Acesso em: 27 set 2011.

TAROZZI, M. **O que é a Grounded Theory?** Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

TRESOLDI, M.E. **Cleidoscópio**: desvelando o adolescente em conflito com a lei. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

VARELLA, J. F. **Medidas socioeducativas em meio aberto**: perspectivas a partir de uma unidade de atendimento do Distrito Federal. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

WAISELFISZ, J. J. **Homicídio por armas de fogo no Brasil**. Mapa da violência 2016. Secretaria Nacional da Juventude, Brasília, 2016.

Yunes MAM, Szymanski H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: Tavares J, organizador. **Resiliência e Educação**. São Paulo: Cortez; 2001.

ZANOLLA, S. O Conceito de Mediação em Vigotski e Adorno. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, Vol. 24, Nr. I, pp. 398-419, jan./abr. 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Individual Semiestruturada



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
 FACULDADE DE PSICOLOGIA - FAPSI
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI

Roteiro de Entrevista Individual Semiestruturada

Saberes e fazeres da equipe técnica no sistema socioeducativo em meio aberto no município de Manaus: “as especialistas são vocês!”

1. Nome:
2. Nome fictício (apelido):
3. Idade:
4. Escolaridade:
5. Tempo de cumprimento de medida:
6. Qual a medida está cumprindo?
7. Cumpriu outras medidas? Se sim, quais?
8. O que você pensa dessa medida que está cumprindo?
9. Qual o nome das profissionais (técnicas) que te acompanham na medida?
10. Como era sua vida antes da medida socioeducativa?
11. O que mudou depois da medida? (família, amigos, escola)
12. Você acha que o que a equipe técnica faz no teu atendimento da MSE te ajuda de alguma forma ou não? Se sim, como? Se não, por quê?
13. Se você estivesse no lugar de quem vai atender um jovem na sua situação, o que você acha que seria mais importante fazer? E como isso poderia ser feito, na sua opinião?
14. Quando acabar esse período de acompanhamento o que você pensa em fazer?
15. Quais são seus planos para o futuro?
16. O que você gostaria que acontecesse na sua vida?
17. O que é pra você ser um adolescente?
18. O que você pensa sobre a redução da maioridade penal?
19. O que você pensa sobre o ato infracional que você cometeu?
20. Tem mais alguma coisa que você queria me falar?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)
(Para os responsáveis pela execução das medidas socioeducativas em meio aberto)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
FACULDADE DE PSICOLOGIA - FAPSI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezada Senhor(a):

Esta pesquisa intitulada “Saberes e fazeres da equipe técnica no sistema socioeducativo em meio aberto no município de Manaus: as especialistas são vocês!”, tem como responsável Kíssia Valéria Cavalcanti Luna, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/PPGPSI da Universidade Federal do Amazonas, sob orientação da Prof. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio. A pesquisadora pode ser contatada no Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário/LABINS da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 Campus Universitário Setor Sul, Bloco X, Coroado, Cep 69077-000, Manaus, ou pelo telefone (92) 3305-4127/ 3305-1181 ramal 4127, ou email: kissiacavalcanti@hotmail.com/ kissiacavalcanti@gmail.com/ claudiasampaioufam@hotmail.com.

A pesquisa visa compreender as práticas dos profissionais nas medidas socioeducativas em meio aberto, a partir da confrontação que os mesmos realizam sobre seu fazer e do olhar dos adolescentes sobre este fazer, destacando a potencialidade e a fragilidade das ações das técnicas, atentando para os movimentos de mudança que são despertados no profissional a fim de superar as dificuldades, tendo como finalidade o desenvolvimento da prestação funcional e possibilitar maior visibilidade para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto. Solicitamos a sua colaboração para a realização da pesquisa através da participação gravada de atendimento ao socioeducando, como também autorização para apresentar resultados deste estudo em eventos e revistas de caráter científico, em âmbito nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Informamos que os riscos previstos nesta pesquisa são mínimos, resumindo-se a eventual vivência de desconforto na abordagem da temática. Porém, havendo qualquer indício desta natureza, a pesquisa será interrompida de imediato, os dados obtidos desconsiderados e oferecida assistência psicológica gratuita pelo CSPA da UFAM ou através de encaminhamento para acompanhamento terapêutico na rede pública e nas universidades que oferecem o serviço.

Enfatizamos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, a senhora não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida participar do estudo, é assegurado-lhe o direito de desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer dano ou prejuízo. Caso haja algum prejuízo de ordem material decorrente de sua participação na pesquisa, assumimos o compromisso de indenizá-la nesse sentido de maneira compatível com o dano sofrido.

Seguindo as prerrogativas das resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 446 de 2012 e nº 510 de 2016, este TCLE estabelece que os participantes e seus acompanhantes, se necessário, terão direito ao ressarcimento de todos os gastos decorrentes de sua participação, tais como compensação material/financeira com transporte e alimentação, e tudo o que for necessário para a sua colaboração neste estudo, inclusive, se preciso, em casos anteriores à participação nesta pesquisa. Se necessário, será proporcionada assistência imediata e integral aos participantes em casos de complicações e danos decorrentes da pesquisa, que comprometa o indivíduo ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, pelo tempo que for necessário, de forma gratuita, sem necessidade de comprovação denexo causal entre estudo e dano. Assegura-se também o direito a indenização e cobertura material, em qualquer fase da pesquisa, aos participantes que vierem a sofrer quaisquer tipos de dano, imediato ou tardio, resultantes desta, previstos ou não neste TCLE, com fim de reparação do dano causado, e jamais será exigida dos participantes, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. Os valores respectivos aos danos serão estimados pela instituição proponente quando os mesmos ocorrerem, uma vez que não há: valores pré-estabelecidos de acordo com os riscos; previsibilidade dos mesmos em seus graus, níveis e intensidades; definição da gradação do risco (mínimo, baixo, moderado ou elevado), nas resoluções citadas.

A pesquisadora estará a sua disposição para sanar qualquer dúvida que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa, podendo dirimir quaisquer questionamentos junto ao Comitê de Ética em Pesquisa-CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus/AM, telefone (92) 3305-1181/ramal 2004, email:cep.ufam@gmail.com

Consentimento pós-informação

Eu, _____ fui informada sobre os objetivos da pesquisa e o porquê da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ter nenhum benefício financeiro e que posso sair a qualquer momento da pesquisa sem que isso acarrete em prejuízos. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada uma de nós.

ASSINATURA DA PESQUISADORA RESPONSÁVEL

ASSINATURA DA ORIENTADORA RESPONSÁVEL

Manaus/Am: ____/____/____

Assinatura da Participante

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)
(Para os responsáveis de adolescentes menores de 18 anos)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
FACULDADE DE PSICOLOGIA - FAPSI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezada Senhor (a):

Esta pesquisa intitulada “Saberes e fazeres da equipe técnica no sistema socioeducativo em meio aberto no município de Manaus: “as especialistas são vocês!””, tem como responsável Kíssia Valéria Cavalcanti Luna, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/PPGPSI da Universidade Federal do Amazonas, sob orientação da Prof. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio. A pesquisadora pode ser contatada no Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário/LABINS da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 Campus Universitário Setor Sul, Bloco X, Coroado, Cep 69077-000, Manaus, ou pelo telefone (92) 3305-4127/ 3305-1181 ramal 4127, ou email: kissiacavalcanti@hotmail.com/ kissiacavalcanti@gmail.com/ claudiasampaioufam@hotmail.com.

A pesquisa visa compreender as práticas dos profissionais nas medidas socioeducativas em meio aberto, a partir da confrontação que os mesmos realizam sobre seu fazer e do olhar dos adolescentes sobre este fazer, destacando a potencialidade e a fragilidade das ações das técnicas, atentando para os movimentos de mudança que são despertados no profissional a fim de superar as dificuldades, tendo como finalidade o desenvolvimento da prestação funcional, bem como possibilitar maior visibilidade para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto. Solicitamos a sua colaboração para a realização da pesquisa através da participação gravada de atendimento ao socioeducando, como também autorização para apresentar resultados deste estudo em eventos e revistas de caráter científico, em âmbito nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Informamos que os riscos previstos nesta pesquisa são mínimos, resumindo-se a eventual vivência de desconforto na abordagem da temática. Porém, havendo qualquer indício desta natureza, a pesquisa será interrompida de imediato, os dados obtidos desconsiderados e oferecida assistência psicológica gratuita pelo CSPA da UFAM ou através de encaminhamento para acompanhamento terapêutico na rede pública e nas universidades que oferecem o serviço.

Enfatizamos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, a senhora não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida participar do estudo, é assegurado-lhe o direito de desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer dano ou prejuízo. Caso haja algum prejuízo de ordem material decorrente de sua participação na pesquisa, assumimos o compromisso de indenizá-la nesse sentido de maneira compatível com o dano sofrido.

Seguindo as prerrogativas das resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 446 de 2012 e nº 510 de 2016, este TCLE estabelece que os participantes e seus acompanhantes, se necessário, terão direito ao ressarcimento de todos os gastos decorrentes de sua participação, tais como compensação material/financeira com transporte e alimentação, e tudo o que for necessário para a sua colaboração neste estudo, inclusive, se preciso, em casos anteriores à participação nesta pesquisa. Se necessário, será proporcionada assistência imediata e integral aos participantes em casos de complicações e danos decorrentes da pesquisa, que comprometa o indivíduo ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, pelo tempo que for necessário, de forma gratuita, sem necessidade de comprovação de nexo causal entre estudo e dano. Assegura-se também o direito a indenização e cobertura material, em qualquer fase da pesquisa, aos participantes que vierem a sofrer quaisquer tipos de dano, imediato ou tardio, resultantes desta, previstos ou não neste TCLE, com fim de reparação do dano causado, e jamais será exigida dos participantes, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. Os valores respectivos aos danos serão estimados pela instituição proponente quando os mesmos ocorrerem, uma vez que não há: valores pré-estabelecidos de acordo com os riscos; previsibilidade dos mesmos em seus graus, níveis e intensidades; definição da gradação do risco (mínimo, baixo, moderado ou elevado), nas resoluções citadas.

A pesquisadora estará a sua disposição para sanar qualquer dúvida que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa, podendo dirimir quaisquer questionamentos junto ao Comitê de Ética em Pesquisa-CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus/AM, telefone (92) 3305-1181/ramal 2004, email:cep.ufam@gmail.com.

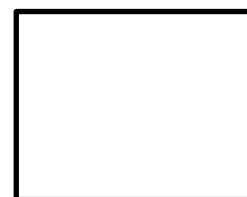
Consentimento pós-informação

Eu _____,RG _____
 _____,responsável pela adolescente _____ fui informado(a) sobre os objetivos e o porquê da participação da jovem acima descrito, nesta pesquisa e portanto, concordo em sua participação, sabendo que não teremos nenhum benefício financeiro, bem como que a qualquer momento a adolescente poderá sair da pesquisa sem que isso lhe acarrete prejuízos. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim (responsável pelo jovem) e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

 ASSINATURA DA PESQUISADORA RESPONSÁVEL

Manaus/Am:_____/_____/____

 ASSINATURA DA ORIENTADORA RESPONSÁVEL



 Assinatura do (a) Responsável

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

APÊNDICE D – Termo de Assentimento para menores de 18 anos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
 FACULDADE DE PSICOLOGIA - FAPSI
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI

Termo de Assentimento para menores de 18 anos

Saberes e fazeres da equipe técnica no sistema socioeducativo em meio aberto no município de Manaus: “as especialistas são vocês!”

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada “Saberes e fazeres da equipe técnica no sistema socioeducativo em meio aberto no município de Manaus: as especialistas são vocês!”, tem como responsável Kíssia Valéria Cavalcanti Luna, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/PPGPSI da Universidade Federal do Amazonas, sob orientação da Prof. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio. A pesquisadora pode ser contatada no Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário/LABINS da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 Campus Universitário Setor Sul, Bloco X, Coroado, Cep 69077-000, Manaus, ou pelo telefone (92) 3305-4127 / 3305-1181 ramal 4127, ou email: kissiacavalcanti@hotmail.com/kissiacavalcanti@hotmail.com/claudiasampaioufam@hotmail.com.

A pesquisa visa compreender as práticas dos profissionais nas medidas socioeducativas em meio aberto, a partir da confrontação que os mesmos realizam sobre seu fazer e do olhar dos adolescentes sobre este fazer, destacando a potencialidade e a fragilidade das ações das técnicas, atentando para os movimentos de mudança que são despertados no profissional a fim de superar as dificuldades, tendo como finalidade o desenvolvimento da prestação funcional, bem como possibilitar maior visibilidade para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto. A participação é voluntária e se dará de duas etapas. A primeira será a participação gravada audiovisual durante atendimento técnico com sua equipe de referência no CREAS em que você é acompanhado. A segunda será uma entrevista individual, que será feita com a pesquisadora responsável após a gravação do atendimento, que será audiogravada num gravador digital MP3 e a gravação da entrevista será transcrita pela pesquisadora. É necessária a autorização para o uso das informações que forem gravadas. Somente os pesquisadores envolvidos neste projeto terão acesso a estas informações. Quando a pesquisa for publicada, dados como nome, local de nascimento, moradia e afins não serão divulgados.

Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento livre e esclarecido. Nem você nem seu responsável terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) no CREAS e a pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Este estudo apresenta risco de possíveis mobilizações emocionais em função das perguntas que se referem à sua história de vida. Caso isso ocorra, daremos acolhimento no decorrer da entrevista. Na ocasião de maiores desdobramentos, você poderá ser encaminhado (a) para o Centro de Serviços de Psicologia Aplicada da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, um centro destinado a atendimento psicológico gratuito para a comunidade geral. A pesquisa não visa obtenção de lucros, sendo totalmente patrocinada pelos pesquisadores. A qualquer momento é possível desistir da participação, sem que isto cause qualquer prejuízo moral ou material. Você pode fazer qualquer pergunta sobre a pesquisa aos nossos pesquisadores. Se você aceitar participar da pesquisa, estará contribuindo para construir uma compreensão acerca dos processos de subjetivação construídos por adolescentes em conflito com a lei. Aos participantes, os momentos de entrevista pretendem oportunizar possibilidade de elaboração sobre aspectos importantes na vivência investigada. Se, depois de aceitar participar, você desistir da participação tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com as pesquisadoras no endereço e telefone citados acima ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, localizado na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, CEP: 69057-070, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181, ramal 2004, celular (92) 99171-2496, e-mail cep.ufam@gmail.com.

ASSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado(a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, entendi a explicação e esclareci minhas dúvidas. Sei que não vou ganhar nada, que posso sair quando quiser e que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Manaus,/...../.....

Assinatura do (a) adolescente



IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

Assinatura da pesquisadora

ANEXOS

ANEXO 01 – Quadro de Georreferenciamento CREAS - Manaus

Quadro 01 – Georreferenciamento - Áreas de Abrangência e Equipe Técnica das Medidas Socioeducativas.

CREAS	ÁREA DE ABRANGÊNCIA	EQUIPE DE REFERÊNCIA	CRAS DE REFERÊNCIA
<p>CREAS CENTRO SUL</p> <p>AV. Leonardo Malcher nº 1101, Esquina Com Rua Tapajós</p> <p>Fone: 3232-7886 / 98842-2424</p> <p>Coordenadora: Yara da Silva Almeida</p>	<p>a)Compensa I, São Jorge, Vila da Prata, Santo Antônio e São Geraldo - CRAS COMPENSA I</p> <p>b)Glória, São Raimundo, Aparecida, Centro, Presidente Vargas (Matinha)</p> <p>c)União,Aleixo, Adrianópolis, Flores, N. Sra das Graças (Beco do Macedo), Chapada, Parque 10, Conj. Shangrilá, Conj. Beija-Flor, Parque das Laranjeiras.</p> <p>d)Praça 14 de janeiro</p> <p>e)Loteamento: Francisca Mendes, BR 174 e AM 010.</p>	<p>Psicóloga: 01</p> <p>Assistente Social: 01</p> <p>Advogada: 01</p> <p>(reversa com CREAS NORTE)</p>	<p>a)CRAS COMPENSA I</p> <p>b) CRAS GLÓRIA</p> <p>c) CRAS UNIÃO</p> <p>d) CRAS CACHOEIRINHA</p> <p>e) CRAS NOVA CIDADE</p>
<p>CREAS SUL</p> <p>AV. General Rodrigo Otávio s/n – Parque Lagoa</p>	<p>a)Cachoeirinha, São Sebastião, São Francisco, Petrópolis, Conj. Jardim Petrópolis</p> <p>b)Betânia, Raiz, Santa Luzia, Educandos, Morro da</p>	<p>Psicóloga: 01</p> <p>Assistente Social: 01</p> <p>Advogada: 01</p>	<p>a)CRAS CACHOEIRINHA</p>

<p>Senador Arthur Virgílio Filho – Japiim I</p> <p>Fone: 3214- 5075 / 98844- 5656</p> <p>Coordenadora: Maria José Rebouças de Lima</p>	<p>Liberdade, Japiinlândia.</p> <p>c)Crespo, Colônia Oliveira Machado, Lagoa Verde, São Lázaro, Parque Mauá, Aterro do 40. CRAS</p> <p>d)Japiim I e II, Distrito I, Manaus 2000, Conjunto Nova República, Ouro Verde, Conj. Atílio Andreazza, Mauzinho, Vale do Amanhecer, Vila Buriti, Comunidade Santa Luzia, CEASA (Vila da Felicidade) e Coroado I, II e III.</p> <p>e)Colina do Aleixo</p>	<p>(reversa com CREAS CENTRO- OESTE)</p>	<p>b)CRAS BETÂNIA</p> <p>c) CRAS CRESPO</p> <p>d) CRAS JAPIIM</p> <p>e)CRAS SÃO JOSÉ 3</p>
<p>CREAS CENTRO OESTE</p> <p>Rua 4 s/n – ao lado do Abrigo Marise Mendes</p> <p>Bairro: Alvorada I</p> <p>Fone: 3632- 2370 / 98844- 5643</p>	<p>a)Compensa II e III, Ponta Negra, Santo Agostinha, Conj. Vila Marinho, Tarumã, Tarumã Mirim, Campos Sales, tarumã açu, União da Vitória Parque Riachuelo, Parque São Pedro, Parque Rio Negro I e II, Parque Solimões I e II.</p> <p>b)Alvorada I e II, Dom Pedro I e II, Conj. Kíssia, Conj. Jardim Tropical, Conj. Canaã, Conj. Deborah, Comunidade Ouro Verde.</p>	<p>Psicólogos: 01</p> <p>Assistente Social: 01</p> <p>Advogado: 01 (reversa com o CREAS SUL)</p>	<p>a)CRAS COMPENSA II</p> <p>b)CRAS ALVORADA I</p>

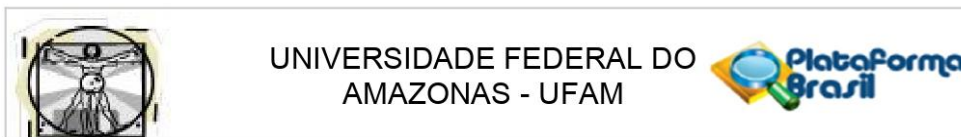
<p>Coordenadora: Sebastiana Ivone de Moraes</p>	<p>c)Alvorada III, Lírio do Vale I e II, Flamanal, Planalto, Nova Esperança I e II, Conj. Campos Elíseos, Conj. Belvedere, Conj. Versalles.</p> <p>d)Redenção, Conj. Hiléia I, II e III, Bairro da Paz, Conj. Ajuricaba, Santa Barbara, Conj. Eduardo Gomes, Conj. Santos Dumont, Comunidade Santa Cruz.</p>		<p>c)CRAS ALVORADA III</p> <p>d)CRAS REDENÇÃO</p>
<p>CREAS NORTE</p> <p>Rua Curió, nº 28 – Cidade Nova I.</p> <p>Fone: 3214- 6510</p> <p>Coordenadora: Maria Neila Sardinha de Siqueira</p>	<p>a)Cidade Nova I e II: Núcleos: 1, 7 e 8; Osvaldo Frota I e II; Américo Medeiros, Sergio Pessoa Neto, Renato Souza Pinto I e II, Canaranas, Francisca Mendes I e II, Carlos Braga, Galiléia, Ribeiro Junior.</p> <p>Nova Cidade: Conj. Cidadão do 1 ao 12, Conj. dos Buritis, Parque dos Buritis, Parque das Nações, Campo Dourado, Riacho Doce I, II e III, União da Vitória. Comunidades: Raio do Sol, Simão Cardoso, Parque Eduardo Braga.</p> <p>b)Novo Aleixo / 1,2,3 e Cidade Nova</p> <p>c)Terra Nova I, II e III; Novo Israel I, II e III; Vale do Sinai, Colônia Santo Antônio, Santa</p>	<p>Psicólogas: 02</p> <p>Assistentes sociais: 02</p> <p>Advogada: 01</p> <p>(reversa com o CREAS CENTRO – SUL)</p>	<p>a) CRAS CIDADE NOVA</p> <p>b)CRAS SÃO JOSÉ 3</p> <p>c)CRAS TERRA NOVA</p>

	<p>Etelvina, Monte das Oliveiras, Monte Pascoal, Conj. Manoa, Conj. Mundo Novo. Comunidades: Florestal I e II; Rio Piorini, Jesus Me Deu, Santa Marta, São Luiz, Parque Canaã, Vale do Sinai, José Bonifácio.</p> <p>d)Cidade Nova II: Núcleo 2 a 24 (menos 7 e 8), Conj. Amadeu Botelho, Conj. Boas Novas, Parque das Garças, Águas Claras, Parque dos Buritis (invasão). Comunidade: Nossa Sra. Perpetuo Socorro, N. S^a de Fátima I e II.</p> <p>e)Viver Melhor I e II; Manauara I</p>		<p>d)CRAS MUTIRÃO</p> <p>e) CRAS NOSSA S. DA CONCEIÇÃO</p>
<p>CREAS</p> <p>LESTE - PROURBIS</p> <p>Av. Itaúba, 220 A – Jorge Teixeira</p>	<p>a)Cidade de Deus I e II, Alfredo Nascimento I e II, Aliança com Deus e Loteamento Fazendinha.</p> <p>b)Amazonino Mendes I e II (MUTIRÃO)</p> <p>c)Gustavo Nascimento; Monte Sião, Braga Mendes, Nova Esperança; Sra. da Conceição;</p>	<p>Psicólogos: 02</p> <p>Assistentes Sociais: 02</p> <p>Advogada: 01</p> <p>(só vem um dia, emprestado de outra secretaria)</p>	<p>a)CRAS ALF. NASCIMENTO</p> <p>b)CRAS MUTIRÃO</p> <p>c) CRAS NOSSA S. DA CONCEIÇÃO</p>

	<p>Colônia Chico Mendes; Residencial Benhur; Conjunto Residencial Vila Nova.</p> <p>d) Jorge Teixeira I e II, III e IV, João Paulo I, II, III e IV, Val Paraíso (Morro da Catita), (Comunidade Coliseu), Bairro Novo, Comunidade Chico Mendes e Ramal Nova Esperança; Nova Floresta, Tancredo Neves, Santa Inês, Ramal do Brasileiro, Ramal do Ipiranga;</p> <p>e) Zumbi I, II, III; Armando Mendes, São José dos Campos, Comunidade da Sharp, Castanheira, Colônia Antônio Aleixo, Puraquequara;</p> <p>f) São José I, II, III e IV; Comunidade de Deus, Gilberto Mestrinho, Grande Vitória, Nova Conquista, Nova Vitória, Novo Reino I e II, São Lucas I e II, São José II – Etapa A</p> <p>g) Distrito Industrial II</p>		<p>d) CRAS PROURBIS</p> <p>e) CRAS SÃO JOSÉ III</p> <p>f) CRAS SÃO JOSÉ IV</p> <p>g) CRAS – JAPIIM</p>
--	---	--	--

Fonte: Relatório de Gestão SEMASC, 2019.

ANEXO 02 – Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Saberes e fazeres da equipe técnica no sistema socioeducativo em meio aberto no município de Manaus: *¿as especialistas são vocês!¿*

Pesquisador: KISSIA VALERIA CAVALCANTI LUNA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 04747018.4.0000.5020

Instituição Proponente: Faculdade de Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.177.509

Apresentação do Projeto:

As conquistas dos direitos da criança e do adolescente não é algo recente em nosso país. No entanto, após 28 anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/90), ainda encontramos diversos desafios para a devida efetivação dessa política, que tem seus tentáculos de sustentação não apenas nos instrumentos legais que balizam a execução das ações, mas também nos princípios e diretrizes

nacionais e internacionais em prol deste seguimento. No Brasil, um importante dispositivo que veio fortalecer a implementação do ECA foi a Resolução 119, que dispõe sobre Sistema Nacional Socioeducativo – SINASE, segundo este instrumento a política de atendimento deve ser norteada pelo Princípio da Incompletude Institucional, que deve permear a prática dos programas socioeducativos e da rede de serviços, de modo a promover à participação dos adolescentes nos sistemas e políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outras (CONANDA,2006). Em janeiro de 2012 foi sancionada a Lei nº 12.594 que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamentou a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. No primeiro § 1º parágrafo desta lei, define-se SINASE como conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas (BRASIL, 2012).

A Lei nº 12.594/ 2012 estabelece a competência de cada ente federado, sendo de atribuição de

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

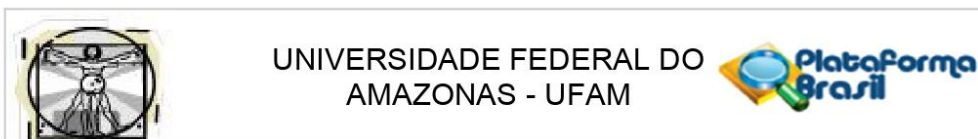
UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.177.509

município criar e manter programas para execução de medidas em meio aberto, por meio de programas de órgãos públicos ou de organizações municipais. Tais programas estão previstos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), no âmbito de atuação da Assistência Social, as situações de risco pessoal e social por violação de direitos envolvem a iminência ou ocorrência de eventos como: violência intrafamiliar física e psicológica, abandono, negligência, abuso e exploração sexual, situação de rua, ato infracional, trabalho infantil, afastamento do convívio familiar e comunitário, entre outros (BRASIL, 2009). O presente trabalho está em consonância com a legislação vigente e busca dar visibilidade e melhor compreender o desenvolvimento das práticas dos profissionais que atuam nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, no acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade) no município de Manaus.

Objetivo da Pesquisa:

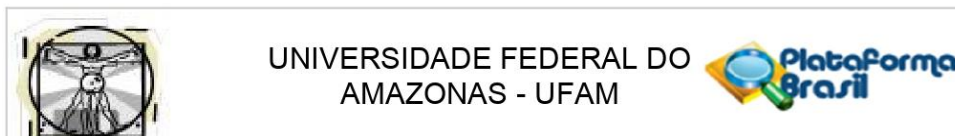
Objetivo Primário:

Compreender as práticas dos profissionais nas medidas socioeducativas em meio aberto, a partir da confrontação que os mesmos realizam sobre seu fazer e do olhar dos adolescentes sobre este fazer, destacando a potencialidade e a fragilidade de suas ações, atentando para os movimentos de mudança que são despertados a fim de superar as dificuldades.

Objetivo Secundário:

- Levantar junto às profissionais as prescrições relativas ao acompanhamento de medidas socioeducativas em meio aberto e analisar à luz da legislação vigente.
- Levantar uma avaliação das profissionais acerca do próprio fazer em termos de potencialidade, fragilidade e movimento (autoconfrontação simples).
- Levantar avaliações entre os pares acerca do fazer técnico em termos de potencialidade, fragilidade e movimento (autoconfrontação cruzada).
- Verificar como os adolescentes avaliam o fazer das equipes técnicas, considerando a relevância destas ações na itinerância do socioeducando.

Endereço: Rua Teresina, 495	CEP: 69.057-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-1181	E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.177.509

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Serão observados os preceitos éticos da resolução para realização de pesquisa com seres humanos, a saber, Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, em consonância com a Resolução 510/2016 também do CNS. A coleta de dados será iniciada após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal do Amazonas – CEP/CCS/UFAM. Destaca-se que o participante poderá interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE será lido e explicado para todos os participantes da pesquisa. No TCLE conterà informações sobre a importância da pesquisa, os objetivos, a participação voluntária, cuidados éticos e espaço de fala caso o participante tenha alguma dúvida. Antes da coleta dos dados, cada voluntário que concordar em participar deverá assinar o termo em duas vias, sendo uma para o participante e outra para a pesquisadora. Esta pesquisa está em consonância com as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, Resolução 466/2012 do CNS, como mencionado anteriormente, bem como nas exigências éticas e científicas fundamentais, tais como: a confidencialidade e a privacidade dos dados. No entanto, considerando que toda pesquisa apresenta riscos, ainda que mínimos, podemos inferir que os possíveis riscos dessa pesquisa sejam a mobilização subjetiva dos participantes durante o desenvolvimento da pesquisa e a própria presença da pesquisadora pode gerar algum tipo de desconforto ou constrangimento; Caso ocorra e seja necessário, os participantes serão encaminhados aos equipamentos de suporte psicológicos da rede ou para o Centro de Serviço de Psicologia Aplicada (CSPA), da Faculdade de Psicologia da UFAM, localizado na Avenida Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 6200, Bloco X, Coroado, Manaus/AM, em virtude a pesquisa ser realizada nas dependências da Faculdade de Psicologia, sem qualquer ônus para os participantes. (TERMO DE ANUÊNCIA DO CSPA EM ANEXO). Considerando ainda as prerrogativas das resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 446 de 2012 e nº 510 de 2016, este TCLE estabelece que os participantes e seus acompanhantes, se necessário, terão direito ao ressarcimento de todos os gastos decorrentes de sua participação, tais como compensação material/financeira com transporte e alimentação, e tudo o que for necessário para a sua colaboração neste estudo, inclusive, se preciso, em casos anteriores à participação nesta

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

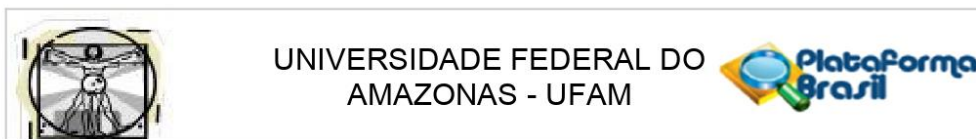
UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.177.509

pesquisa. Se necessário, será proporcionada assistência imediata e integral aos participantes em casos de complicações e danos

decorrentes da pesquisa, que comprometa o indivíduo ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, pelo tempo que for necessário, de forma gratuita, sem necessidade de comprovação denexo causal entre estudo e dano. Assegura-se também o direito a indenização e cobertura material, em qualquer fase da pesquisa, aos participantes que vierem a sofrer quaisquer tipos de dano, imediato ou tardio, resultantes desta, previstos ou não neste TCLE, com fim de reparação do dano causado, e jamais será exigida dos participantes, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização

por dano. Os valores respectivos aos danos serão estimados pela instituição proponente quando os mesmos ocorrerem, uma vez que não há: valores pré-estabelecidos de acordo com os riscos; previsibilidade dos mesmos em seus graus, níveis e intensidades; definição da gradação do risco (mínimo, baixo, moderado ou elevado), nas resoluções citadas.

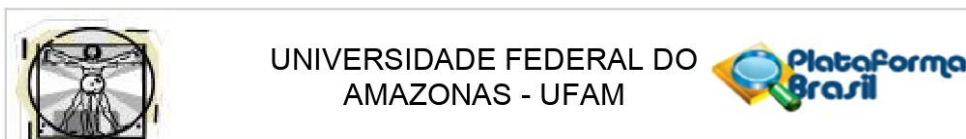
Benefícios:

Compreende-se que os possíveis benefícios com a realização desta pesquisa são múltiplos. Primeiramente destaco o desenvolvimento da prestação do serviço público prestados aos adolescentes em conflito com a lei, pois este estudo tem como um dos seus objetivos possibilitar a tomada de consciência e um processo autorreflexivo da própria prática, por meio da metodologia que permita essa confrontação pessoa e pelos pares. Também acredito ser importante para dar visibilidade aos profissionais que atuam nesse contexto, bem como para fortalecer e subsidiar discussões das políticas públicas voltadas para os adolescentes a partir do olhar de quem está na ponta do serviço, isto é, as equipes técnicas de referência. Por fim, entendo que estudos na área da socioeducação, mas precisamente no meio aberto, ajudam a aproximar o corpo acadêmico dessa temática a fim de estimular novas pesquisas no âmbito da Psicologia ou de áreas afins.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se da submissão inicial de um estudo em nível de mestrado, desenvolvido através do PPGPSI/FAPSI/UFAM, consubstanciado na abordagem qualitativa de pesquisa e tem como aporte a

Endereço: Rua Teresina, 495	CEP: 69.057-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-1181	E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.177.509

teoria histórico-cultural. A obtenção dos dados será realizada junto às psicólogas e assistentes sociais que integram as equipes técnicas (Assistentes sociais e Psicólogas) do atendimento socioeducativo dos CREAS da cidade de Manaus e que participam do projeto Espaço de Vivências em Socioeducação, nas dependências de cada CREAS do município de Manaus, de acordo com a disponibilidade dos participantes. Os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa que a cumprem em regime aberto também participarão do estudo, perfazendo um total de 15 participantes (dentro a equipe do CREAS - (10) e adolescentes (5)). Para tanto, far-se-á uso dos instrumentos metodológicos da autoconfrontação simples e cruzada, propostos por (CLOT, 2007, 2011, 2017). Para análise dos dados opta-se pelo uso da Análise do Discurso (AD) na perspectiva francesa de Michel Pêcheux. O projeto tem ótimo delineamento metodológico e possui relevância social e científica no campo da Psicologia e trará contribuições no âmbito das políticas públicas. Apresenta pendências relacionadas à não inserção do Termo de Anuência institucional que será descrita nas conclusões.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1. Folha de rosto: Apresentada e adequada, assinada pela Coordenadora do PPGPSI, Profª Drª Gisele Rezende;
2. Termo de Anuência: Apresentado e adequado, assinado pela coordenadora do DPSE/SEMASC, Mirella Lauschner;
3. TCLE'S: Apresentados e adequados;
4. Instrumentos para obtenção de dados: Apresentados e adequados;
5. Riscos e Benefícios: Apresentados e adequados;
6. Critérios de inclusão e exclusão: Apresentados e adequados;
7. Cronograma: Apresentado e adequado;
8. Orçamento: Apresentado e adequado, no valor de RS 4.132,00, através de recursos próprios da pesquisadora.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando que a pesquisadora responsável solucionou as pendências emitidas em parecer anterior, conforme exigências das Res. 466/2012 e 510/2016, através de carta-resposta, inserindo numeração de páginas no TCLE e Termo de Assentimento, bem como apresentou em anexo ao protocolo o Termo de Anuência Institucional que permite a realização da pesquisa nos CREAS do Município de Manaus e, adequou o cronograma conforme solicitado, o projeto em tela encontra-se apto para desenvolvimento após emissão e publicação de parecer final deste CEP.

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

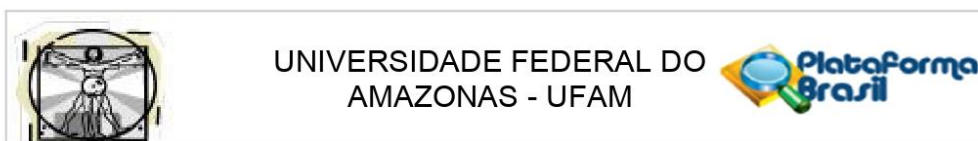
CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.177.509

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1263059.pdf	21/02/2019 20:58:52		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.docx	21/02/2019 20:56:53	KISSIA VALERIA CAVALCANTI LUNA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMOASSENIMENTO.docx	21/02/2019 20:56:24	KISSIA VALERIA CAVALCANTI LUNA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	INFORMACOESBASICASDOPROJETO.docx	21/02/2019 20:46:19	KISSIA VALERIA CAVALCANTI LUNA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMO_INSTITUCIONAL.PDF	21/02/2019 20:45:52	KISSIA VALERIA CAVALCANTI LUNA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	21/02/2019 20:45:27	KISSIA VALERIA CAVALCANTI LUNA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	17/12/2018 00:57:07	KISSIA VALERIA CAVALCANTI LUNA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 28 de Fevereiro de 2019

Assinado por:

**Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))**

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

UF: AM


Município: MANAUS


Telefone: (92)3305-1181


CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com

ANEXO 03 – Encaminhamento TJAM – CREAS

 ESTADO DO AMAZONAS PODER JUDICIÁRIO Juizado da Infância e Juventude Infracional	
ENCAMINHAMENTO PARA CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO	
SOBRE A LIBERDADE ASSISTIDA Com base no Artigo 118, Do ECA:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tem por finalidade o acompanhamento, auxílio e orientação ao adolescente; 2. O acompanhamento especializado será realizado por autoridade competente (CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social); 3. O prazo mínimo desta medida é de 06 meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, anulada ou substituída;
SOBRE O SERVIÇO COMUNITÁRIO Com base no Artigo 117, Do ECA:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prestará serviço gratuito à comunidade; 2. De interesse da comunidade; 3. Não pode exceder 06 meses; 4. Junto a entidades assistenciais (CREAS - Centro de Referência Especializados de Assistência Social)
SOBRE AS ATRIBUIÇÕES	<ol style="list-style-type: none"> 1. Carga horária de serviço não pode exceder 08 horas semanais, bem como não pode ser menos do que isso; 2. Pode, dependendo da entidade que está sendo prestado o serviço comunitário, ser realizado Aos finais de semana; 3. Não pode ser prejudicado a frequência em escola ou à jornada normal do trabalho; 4. Do local: Igreja católica ou evangélica, escolas estaduais ou municipais, posto de saúde, Policlínica, hospitais, corpo de bombeiros, delegacias e conselhos tutelares;

 ESTADO DO AMAZONAS PODER JUDICIÁRIO Juizado da Infância e Juventude Infracional	
ENCAMINHAMENTO PARA CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO	
SOBRE A LIBERDADE ASSISTIDA Com base no Artigo 118, Do ECA:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tem por finalidade o acompanhamento, auxílio e orientação ao adolescente; 2. O acompanhamento especializado será realizado por autoridade competente (CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social); 3. O prazo mínimo desta medida é de 06 meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, anulada ou substituída;
SOBRE O SERVIÇO COMUNITÁRIO Com base no Artigo 117, Do ECA:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prestará serviço gratuito à comunidade; 2. De interesse da comunidade; 3. Não pode exceder 06 meses; 4. Junto a entidades assistenciais (CREAS - Centro de Referência Especializados de Assistência Social)
SOBRE AS ATRIBUIÇÕES	<ol style="list-style-type: none"> 1. Carga horária de serviço não pode exceder 08 horas semanais, bem como não pode ser menos do que isso; 2. Pode, dependendo da entidade que está sendo prestado o serviço comunitário, ser realizado Aos finais de semana; 3. Não pode ser prejudicado a frequência em escola ou à jornada normal do trabalho; 4. Do local: Igreja católica ou evangélica, escolas estaduais ou municipais, posto de saúde, Policlínica, hospitais, corpo de bombeiros, delegacias e conselhos tutelares;

 ESTADO DO AMAZONAS PODER JUDICIÁRIO Juizado da Infância e Juventude Infracional	
ENCAMINHAMENTO PARA CUMPRIMENTO DE MEDIDAS	
SOCIOEDUCANDO:	IDADE:
TELEFONE:	REINCIDENTE: () SIM () NÃO
ENDEREÇO:	
<input type="checkbox"/> LIBERDADE ASSISTIDA Acompanhamento de 15 em 15 dias durante 06 meses no CREAS.	ATENÇÃO:
MEDIDA APLICADA <input type="checkbox"/> PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE POR ____ MESES Igreja católica/evangélica, escolas estaduais ou municipais, posto de saúde Policlínica, hospitais, corpo de bombeiros, delegacias e conselhos tutelares.	Documentos para apresentar no CREAS:
<input type="checkbox"/> MATRICULA E FREQUÊNCIA EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO	- RG - CPF
O(A) ADOLESCENTE, ACOMPANHADO(A) DO RESPONSÁVEL, DEVERÁ COMPARECER NO DIA ____/____/2020. Horário: 08h30 às 11h30 / 13h às 14h	
<input type="checkbox"/> CREAS ZONA SUL: Avenida General Rodrigo Otávio, s/n, Parque Lagoa Verde, Próximo a Makro - Japiim. Fone: 3214-5075. <input type="checkbox"/> CREAS ZONA CENTRO-SUL: Avenida Leonardo Malcher, nº 1101, Esquina com a Tapajós - Centro. Fone: 3232-7886 / 98842-2424. <input type="checkbox"/> CREAS ZONA CENTRO-OESTE: Rua 04, s/n, ao lado do Abrigo Marise Mendes - Alvorada I. <input type="checkbox"/> CREAS ZONA NORTE: Rua Curió, nº28, próximo ao Terminal 3 e a Igreja de São Bento - Cidade Nova I. Fone: 3214-6510 / 3214-6514 / 98842-1349. <input type="checkbox"/> CREAS ZONA LESTE: Avenida Itaúba, nº 200, Próximo ao CMEI Maria Luiza da Conceição Silva e Escola Municipal Temistócles Pinheiro Gadelha - Jorge Teixeira. Fone: 98842-1349 / 3215-4620 / 99403-0228.	

 ESTADO DO AMAZONAS PODER JUDICIÁRIO Juizado da Infância e Juventude Infracional	
ENCAMINHAMENTO PARA CUMPRIMENTO DE MEDIDAS	
SOCIOEDUCANDO:	IDADE:
TELEFONE:	REINCIDENTE: () SIM () NÃO
ENDEREÇO:	
<input type="checkbox"/> LIBERDADE ASSISTIDA Acompanhamento de 15 em 15 dias durante 06 meses no CREAS.	ATENÇÃO:
MEDIDA APLICADA <input type="checkbox"/> PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE POR ____ MESES Igreja católica/evangélica, escolas estaduais ou municipais, posto de saúde Policlínica, hospitais, corpo de bombeiros, delegacias e conselhos tutelares.	Documentos para apresentar no CREAS:
<input type="checkbox"/> MATRICULA E FREQUÊNCIA EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO	- RG - CPF
O(A) ADOLESCENTE, ACOMPANHADO(A) DO RESPONSÁVEL, DEVERÁ COMPARECER NO DIA ____/____/2020. Horário: 08h30 às 11h30 / 13h às 14h	
<input type="checkbox"/> CREAS ZONA SUL: Avenida General Rodrigo Otávio, s/n, Parque Lagoa Verde, Próximo a Makro - Japiim. Fone: 3214-5075. <input type="checkbox"/> CREAS ZONA CENTRO-SUL: Avenida Leonardo Malcher, nº 1101, Esquina com a Tapajós - Centro. Fone: 3232-7886 / 98842-2424. <input type="checkbox"/> CREAS ZONA CENTRO-OESTE: Rua 04, s/n, ao lado do Abrigo Marise Mendes - Alvorada I. <input type="checkbox"/> CREAS ZONA NORTE: Rua Curió, nº28, próximo ao Terminal 3 e a Igreja de São Bento - Cidade Nova I. Fone: 3214-6510 / 3214-6514 / 98842-1349. <input type="checkbox"/> CREAS ZONA LESTE: Avenida Itaúba, nº 200, Próximo ao CMEI Maria Luiza da Conceição Silva e Escola Municipal Temistócles Pinheiro Gadelha - Jorge Teixeira. Fone: 98842-1349 / 3215-4620 / 99403-0228.	



PREFEITURA DE MANAUS
 Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos
 Departamento de Proteção Social Especial— DPSE
 Centro de Referência Especializado de Assistência Social

FOTO

DATA DA ACOLHIDA	DATA DE INICIO DA MSE	CREAS
------------------	-----------------------	-------

PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO – PIA
 LA E PSC

1. IDENTIFICAÇÃO DO(A) SOCIEODUCANDO(A)

NOME COMPLETO			
NOME SOCIAL	GENERO	DATA DE NASCIMENTO	IDADE
FILIAÇÃO			
FILIAÇÃO			
LOCAL DE NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	POSSUI FILHOS	IDADE DOS FILHOS
ENDEREÇO			
PONTO DE REFERENCIA		TELEFONE	
TELEFONES DE FAMILIARES (NOME/GRAU DE PARENTESCO/ NUMERO)			
TELEFONES DE PESSOAS DE REFERENCIA FORA DA FAMILIA (NOME/ TIPO DE RELACIONAMENTO/ NUMERO)			

2. DOCUMENTAÇÃO

TIPO DE DOCUMENTAÇÃO	SIM	NÃO	TIPO DE DOCUMENTAÇÃO	SIM	NÃO
Certidão de Nascimento			Cartão do SUS		
Carteira de Identidade			Título de Eleitor		
CPF			Certificado de Reservista		
Carteira de Trabalho e Previdência Social			Declaração de Matrícula e Frequência Escolar		

3. MEDIDA(S) SOCIOEDUCATIVA(S)

PROCESSO Nº	ATO INFRACIONAL	TIPO DE MSE	
		() LA () PSC _____ meses	
() REMISSÃO	() SUBSTITUIÇÃO	() SENTENÇA	() PROGRESSÃO
REINCIDENCIA	RETOMADA DE MEDIDA		
() Sim () Não () Informação indisponível	() Sim () Não ()		

4. ESCOLARIZAÇÃO

SABER LER E ESCRREVER	GRAU DE ESCOLARIDADE	ESTUDA	SERIE	TURNO
() SIM () NÃO		() SIM () NÃO		
ESCOLA QUE ESTUDA				
CASO NÃO ESTEJA FREQUENTANDO A ESCOLA, APRESENTAR O MOTIVO:				

5. DADOS DA SITUAÇÃO FAMILIAR

Possui família natural, com vinculação afetiva positiva	Possui família natural, mas não apresenta vinculação afetiva positiva
Há impedimento judicial para contato com a família natural	Está em situação de orfandade
Não se dispõe de dados sobre a família natural	Outra situação: _____

ANEXO 06: Termo de encaminhamento para cumprimento de PSC



SEMASC
Secretaria Municipal da
Mulher, Assistência Social e
Cidadania

ENCAMINHAMENTO

DO CREAS CIDADE NOVA

PARA:

ENDEREÇO:

RESPONSÁVEL:

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

Art. 117 - A Prestação de Serviços Comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo Único - As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do (a) adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho. (Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90).

Com base no acima exposto, estamos encaminhando o (a) adolescente que deverá cumprir a Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade de acordo com determinação do Juiz da Infância e Juventude.

Para tanto solicitamos vossa especial colaboração no sentido de receber o (a) adolescente _____ que deverá nos devolver mensalmente a

Folha de Frequência assinadas por ele/ela (adolescente) e o **Relatório Avaliativo** anexo, **ambos devidamente assinados e carimbados pelo responsável pela Instituição.**

O (a) referido (a) adolescente iniciará suas atividades em ____/____/____ no(s) dia(s) de _____ e _____, no horário de _____, pelo período de ____ Meses.

(dias da semana)

OBS: Qualquer dúvida entrar em contato pelo fone:

Manaus, de janeiro de 2019.

Recebido em ____/____/____

Por:



SEMASC
Secretaria Municipal de
Mulher, Assistência Social e
Cidadania

ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES REFERENTES À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A COMUNIDADE - PSC

CREAS CIDADE NOVA

ATRIBUIÇÕES DO ADOLESCENTE

1. Apresentar-se na Instituição indicada no Encaminhamento da Prestação de Serviços à Comunidade, devidamente trajado, acompanhado dos pais ou responsável, levando o Registro de Frequência e Relatório Avaliativo (mensais), e Folha de Orientações Complementares anexada ao encaminhamento;
2. Observar as normas institucionais, informar sobre suas aptidões, bem como demonstrar iniciativa, responsabilidade, assiduidade e flexibilidade perante instruções recebidas;
3. Comparecer regularmente, assinando na data marcada na folha de frequência as horas presentes na instituição, em caso de falta, avisar previamente ou posteriormente, justificando o motivo junto ao responsável na Instituição, sendo acordado com a mesma dia específico para repor as horas faltosas;
4. Solicitar ao final de cada mês o Registro de Frequência e Relatório Avaliativo, devidamente assinado e carimbado pelo Responsável da Instituição, para entregar no CREAS no dia agendado para atendimento.

ATRIBUIÇÕES DO RESPONSÁVEL NA INSTITUIÇÃO (Gestor ou pessoa por ele designado)

1. Acolher e entrevistar o adolescente, para oportunizar funções conforme suas aptidões, evitando atitudes preconceituosas ou discriminatórias, podendo, em caso de real impedimento, apresentar justificativa por escrito;
2. Designar aos adolescentes, tarefas compatíveis com sua idade, condições físicas, grau de escolaridade, cursos profissionalizantes, entre outros, observando a **prevalência máxima de oito 8 horas semanais.**
3. Orientar o adolescente no que se refere à conduta no ambiente de trabalho e viabilizar o acesso do mesmo aos Serviços oferecidos na Instituição;
4. Preencher o Relatório Avaliativo ao fim de cada mês, registrando informações relevantes, tais como: interesse, iniciativa, responsabilidade, assiduidade e etc. ou faltas, destacando se houver ou não justificativa;
5. Assinar e carimbar a frequência e o relatório avaliativo no final de cada mês, entregando-os ao adolescente para devolução ao CREAS.

ANEXO 07: Ficha de frequência e Relatório avaliativo



SEMASC
Secretaria Municipal de
Mulher, Assistência Social e
Cidadania

FOLHA DE FREQUÊNCIA¹

NOME: _____ MÊS/ANO: _____

LOTAÇÃO: _____

OBS: NÃO ULTRAPASSAR 8 HORAS SEMANAIS

DIA	Horário de Entrada	Assinatura do Socioeducando (a)	Horário de Saída	Assinatura do Socioeducando (a)
01	DOMINGO	DOMINGO	DOMINGO	DOMINGO
02				
03				
04				
05				
06				
07	SÁBADO	SÁBADO	SÁBADO	SÁBADO
08	DOMINGO	DOMINGO	DOMINGO	DOMINGO
09				
10				
11				
12				
13				
14	SÁBADO	SÁBADO	SÁBADO	SÁBADO
15	DOMINGO	DOMINGO	DOMINGO	DOMINGO
16				
17				
18				
19				
20				
21	SÁBADO	SÁBADO	SÁBADO	SÁBADO
22	DOMINGO	DOMINGO	DOMINGO	DOMINGO
23				
24				
25	FERIADO	FERIADO	FERIADO	FERIADO
26				
27				
28	SÁBADO	SÁBADO	SÁBADO	SÁBADO
29	DOMINGO	DOMINGO	DOMINGO	DOMINGO
30				
31	FERIADO	FERIADO	FERIADO	FERIADO

Data: ____/____/____

Assinatura e Carimbo do Gestor Institucional

¹ Observação: O socioeducando deve cumprir semanalmente a carga horária de 08 horas semanais, conforme determina o parágrafo único do art. 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA
01 mês corresponde a carga horária de 32 horas mensais.



SEMASC
Secretaria Municipal de
Mulher, Assistência Social e
Cidadania

RELATÓRIO AVALIATIVO

NOME DO SOCIOEDUCANDO	MÊS DE REFERÊNCIA DEZEMBRO/2019
LOTAÇÃO	TELEFONE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE – PSC

Para avaliação mensal do desempenho do socioeducando acima identificado, solicitamos o preenchimento deste formulário, conforme as orientações a seguir:

Para cada item, é apresentada uma **escala de 01 a 05** que deve ser assinalada com um **X**, observando a seguinte correspondência:

(1) Insuficiente	(2) Regular	(3) Bom	(4) Ótimo	(5) Excelente
------------------	-------------	---------	-----------	---------------

AÇÕES E ATIVIDADES	1	2	3	4	5
Empenho no cumprimento da medida					
Participação no planejamento do seu cronograma de atividades					
Assiduidade e frequência com que comparece para cumprir a prestação de serviços					
Pontualidade					
Sociabilidade-frequência e intensidade dos contatos que o socioeducando estabelece com o grupo com qual está convivendo					
Desenvolvimento de habilidades no cumprimento da medida					


Percepção geral do orientador responsável pelo socioeducando no acompanhamento das atividades da PSC:

Manaus, _____ de _____ de _____.

RESPONSÁVEL INSTITUCIONAL

CARIMBO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO 08: Sugestão de local para cumprir PSC

LOCAIS SUGERIDOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE	
INSTITUIÇÃO	
ENDEREÇO	
PONTO DE REF:	
RESPONSÁVEL:	
TELEFONE	
LOCAIS SUGERIDOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE	
INSTITUIÇÃO	
ENDEREÇO	
PONTO DE REF:	
RESPONSÁVEL:	
TELEFONE	
	

ANEXO 09: Acompanhamento do cumprimento da medida

Assistência Social
E Direitos Humanos

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM
ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS
www.manaus.am.gov.br

ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DA MEDIDA

NOME DO SOCIOEDUCANDO:				
DATA DA TRIAGEM	QUANTIDADE DE HORAS MENSAIS	() PSC () LA	PERÍODO	TOTAL DE HORAS =
1 MÊS				
2 MÊS				
3 MÊS				
4 MÊS				
<u>5 MÊS</u>				
<u>6 MÊS</u>				
	TOTAL =			

ANEXO 10 – Termo de Anuência do CSPA



TERMO DE ANUÊNCIA DO CSPA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com o atendimento psicológico, caso necessário, dos participantes da pesquisa intitulada: "SABERES E FAZERES D EQUIPE TÉCNICA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO NO MUNICÍPIO DE MANAUS: "as especialistas são vocês"!". Pesquisa a ser realizada pela acadêmica de mestrado Kíssia Valéria Cavalcanti Luna, orientado(a) pelo(a) Professor(a) Dr(a) Cláudia Regina Sampaio Brandão. Projeto vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI), o qual terá o apoio deste Centro de Serviço de Psicologia Aplicada (CSPA).

Manaus, 28 de setembro de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA - C S P A

Rebeca Louise Pevas Lima de Freitas
.....
Rebeca Pevas
SIAPE: 2127355
Vice-Coordenadora

Rebeca Louise Pevas Lima de Freitas
Psicóloga responsável